



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA



ERON DA SILVA RODRIGUES

O MITOJUSTIFICADOR DA INJUSTIÇA AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DO
BRASIL: introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande

RIO GRANDE - RS
2017

ERON DA SILVA RODRIGUES

O MITO JUSTIFICADOR DA INJUSTIÇA AMBIENTAL NO EXTREMO SUL DO
BRASIL: introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Ambiental da Universidade Federal do Rio
Grande, como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre. Orientador: Prof.^o
Dr.^o Carlos RS Machado

RIO GRANDE– RS

2017

Ficha catalográfica

R696m Rodrigues, Eron da Silva.

O mito justificador da injustiça ambiental no extremo sul do Brasil: introdução aos estudos dos 100 primeiros anos da cidade do Rio Grande / Eron da Silva Rodrigues. – 2017.
108p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2017.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Rio Grande (Cidade) 2. Injustiça ambiental 3. Conflitos
4. Desigualdade 5. Educação Ambiental I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37

ERON DA SILVA RODRIGUES

Defesa em Março de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado (Orientador)

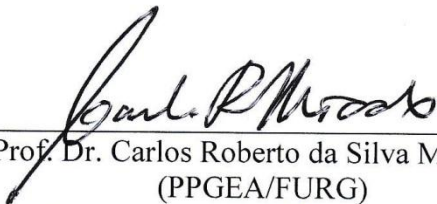
Prof. Dr. Eduardo Arriada (UFPEL)


Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli (FURG)


Eron da Silva Rodrigues

***“O mito justificador da injustiça ambiental no extremo sul do Brasil:
Introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande”***

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:


Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)


Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)


Prof. Dr. Eduardo Arriada
(UFPEL)

“Nós nos negamos a escutar as vozes que nos advertem: os sonhos do mercado mundial são os pesadelos dos países que se submetem aos seus caprichos. Continuamos aplaudindo o seqüestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuimos para o extermínio da escassa natureza que nos resta.” Eduardo Galeano

DEDICAÇÃO:

Dedico esta etapa da minha vida, para as quatro mulheres que me deram forças e suporte para chegar até aqui:

Alzira da Silva Rodrigues, avó guerreira de todas as horas que nos deixou muito cedo e a quem dedico amor eterno.

Mara Beneci da Silva Rodrigues, Mãe batalhadora que me educou e ensinou de forma sem igual e que sei que posso contar para tudo.

Kathleen Kate Dominguez Aguirre, companheira amada que me torna uma pessoa melhor a cada dia.

Lia Aguirre Rodrigues, filha recém-chegada que amo de forma única e que me faz querer lutar por um mundo melhor e menos injusto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo brasileiro que é o financiador de minha pesquisa, numa Universidade Pública, através de seus impostos pagos e que aqui fica representada na figura da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Ao professor Carlos Machado, sem o qual este trabalho não teria sido possível.

Ao PPGEA (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), desde o corpo docente, os colegas e a secretaria do curso.

Aos companheiros e companheiras pesquisadores que fazem/fizeram parte do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.

Aos amigos queridos, que estão sempre por perto nos momentos bons e ruins: Fernanda Santos, Luiz Paulo Soares e Tiago Costa.

Ao grupo de corrida Fábrica de Atletas que me acolheu desde o ano de 2016, na procura de qualidade de vida e descontração através do esporte.

Ao meu padrasto Pórcio Damião Marques da Conceição, falecido em 2015, que dentro de suas limitações e possibilidades me acolheu como filho.

A minha amiga/sogra Luciane Dominguez que está sempre disposta a ajudar no que for preciso.

E a todxs aquelxs que de alguma forma fizeram parte da minha trajetória nesses quase trinta anos de vida.

RESUMO

Este trabalho apresenta como se dá o mito da cidade do Rio Grande como sendo fundada e povoada unicamente por europeus açorianos. Nesta pesquisa, apresentamos os conflitos socioambientais presentes na região, conflitos estes que entendemos como consequência da construção de um discurso hegemônico que nega e marginaliza outros grupos como: os pobres, os negros e os indígenas. Para embasar os levantamentos feitos neste trabalho, apoiamos-nos no método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, realizamos uma análise histórica em documentos da prefeitura de Rio Grande, jornal local, livros didáticos, dados e apontamentos levantados por pesquisadores do observatório dos Conflitos, sendo através deste método e de seu pesquisador, que apontamos que os que possuem lugar cativo nos espaços formadores de opinião da cidade, são os “heróis, os desbravadores, os conquistadores” em detrimento daqueles que são colocados às margens dos livros, das escolas, dos discursos da mídia. Entendemos que isso se dá devido a uma ideia de pensamento colonial que continua arraigado nos discursos de gestores municipais, de pesquisadores, de parte dos professores e dos jornalistas rio-grandinos. Sendo assim, entendemos que tal realidade tem corroborado por mais de dois séculos para a desigualdade socioambiental, que tem sido marca histórica da região desde sua povoação organizada e arquitetada pelos colonizadores portugueses.

Palavras chave: Rio Grande. Injustiça Ambiental. Conflitos. Desigualdade. Educação Ambiental

RESUMEN

Este trabajo presenta cómo se da el mito de la ciudad de Rio Grande, como si esta fuera fundada y poblada únicamente por europeos azorianos. En esta investigación, presentamos los conflictos socioambientales en la región, conflictos que entendemos como consecuencia de la construcción de un discurso hegemónico que niega y marginaliza otros grupos como: los pobres, los negros y los indígenas. Con base a los levantamientos hechos en este trabajo, nos apoyamos en el método regresivo-progresivo de Henri Lefebvre, realizamos un análisis histórico en documentos de la alcaldía de Rio Grande, periódico local, libros didácticos, datos y apuntes levantados por investigadores del observatorio de los Conflictos, siendo a través de este método y de su investigador que señalamos que aquellos que poseen un lugar privilegiado en los espacios formadores de opinión de la ciudad, son los "héroes, los exploradores, los conquistadores" en detrimento de aquellos que son puestos al margen de los libros, de las escuelas y de los discursos en los medios de comunicación. Entendemos que esto se debe al pensamiento colonial que continúa arraigado en los discursos de gestores municipales, de investigadores, así como por parte de los profesores y de los periodistas riograndinos. De esta manera, entendemos que tal realidad ha corroborado por más de dos siglos la desigualdad socioambiental, que ha sido la marca histórica de la región desde su población organizada y concebida por colonizadores portugueses.

Palabras clave: Rio Grande. Injusticia Ambiental. Conflictos. Desigualdad. Educación Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Folheto produzido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande	25
Figura 2 Decreto Nº 34.471, de 11 de setembro de 1992	27
Figura 3 Reportagem Jornal Agora 13-08-2013.....	30
Figura 4 Reportagem Jornal Agora 15-05-2016	32
Figura 5 Gravura Jornal Agora	34
Figura 6 Capas da 1 e 3ª edição do livro didático.	36
Figura 7: Cidade do Rio Grande.....	56
Figura 8: Renda familiar do rio-grandino.	57
Figura 9: Frota de veículos em Rio Grande.....	58
Figura 10 Região de atuação do Observatório dos Conflitos.	61
Figura 11 - Relação conflitos x publicização no Extremo Sul do Brasil.	62
Figura 12 - Relação conflitos x publicização na cidade do Rio Grande.....	63
Figura 13 - desigualdade na apropriação da renda no Brasil e região	64
Figura 14: Mapa de Los Confines del Brasil - 1749.....	75
Figura 15: Chegada das embarcações para o povoamento do extremo sul do Brasil - 1737	82
Figura 16 - Mapa de Freguesias no Rio Grande do Sul em 1780.	85
Figura 17 - População negra escravizada trazida para o Rio Grande do Sul (1792- 1822)	86
Figura 18: População indígena no extremo sul.	90

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa de Bolsa Permanência
TAIM	Estação Ecológica do Taim

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Aproximação metodológica	15
1. Rio Grande: a construção de um discurso dominante	20
1.1. Primeiro exemplo: a Prefeitura Municipal do Rio Grande e a lei como promotores do discurso dominante.....	23
1.2. Segundo exemplo: o discurso dominante no Jornal Agora.....	28
1.3. Terceiro exemplo: o livro didático como ferramenta auxiliar para a construção de um discurso que marginaliza.....	36
La colonialidad del saber: posibilidades e desafios	40
2. A cidade do Rio Grande hoje: desigualdade ambiental e miséria social.....	48
2.1. Quem são “os tantos do sacrifício”?	48
2.2. Injustiça e desigualdade ambiental na região da cidade do Rio Grande	50
2.3. Os dados de uma cidade desigual	54
2.4. O panorama dos conflitos socioambientais na/da região	59
2.5. As pesquisas do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais como ponto de partida na busca de ir além.....	65
3. As raízes dos conflitos e das desigualdades no extremo sul do Brasil.....	71
3.1. Rio Grande: surgimento a partir dos conflitos.....	74
3.2. A participação da população negra na formação da cidade do Rio Grande	81
3.3. A participação indígena na formação da cidade do Rio Grande	87
3.4. O emergir dos conflitos na região: o conflito dos Dragões.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é consequência de um processo de maturação quanto à formação crítica do indivíduo – como historiador e educador – seja, diante das inúmeras injustiças sociais apresentadas as classes pobres do nosso país, e de sua própria história vivida na cidade como rio-grandino. Então, esta pesquisa não inicia no ano de 2015, ano em que começa oficialmente para a Capes, a FURG e para o PPGEA, mas vem se moldando e ganhando força, através das inquietações e instigações, desde o ano de 2012. Neste ano o pesquisador deste trabalho e o tema da dissertação passam a ter uma aproximação, devido às aulas de Políticas Públicas da Educação, ministrado pelo professor Carlos Machado, com a temática da injustiça e da desigualdade. Foi também, quando na turma de segundo ano de graduação do curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande, tive o primeiro contato com o Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil¹. Mas, poderíamos afirmar ainda, que foi neste momento que a relação professor-aluno, orientador-orientando, passou a se transformar em trocas de conhecimento e de respeito mútuo.

No ano de 2013, através do incentivo do Governo Federal e do MEC fui contemplado pelo PBP – Programa de Bolsa Permanência² – que me possibilitou a permanência no curso de graduação sem ter que dividir o tempo entre trabalho e estudos. Com a bolsa permanência passei a fazer parte do projeto 0074/2012 - *A Agricultura urbana e periurbana no extremo sul do Brasil: efetividade, limites e possibilidades no combate à fome*³, sob a coordenação do professor Dr. Carlos Machado. A partir deste momento passei a acompanhar e participar dos assuntos e temas de conflitos que são mapeados no extremo sul do Brasil pelos pesquisadores que fazem parte do Observatório dos Conflitos.

Nesta pesquisa e nas/das atividades do observatório e seu levantamento dos conflitos na mídia impressa realizados pelos pesquisadores deste grupo, me

¹ Para saber mais sobre o observatório ir em: < <http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br/> .

² “o Programa de Bolsa Permanência – PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas”. Ministério da Educação, Disponível em <<http://permanencia.mec.gov.br/index.html>>.

³ Projeto financiado pelo CNPq/MDS (2012-2013).

chamavam mais atenção eram aqueles relacionados aos conflitos ligados ao espaço rio-grandino; principalmente aqueles que evidenciavam as desigualdades acerca da utilização da terra e os diferentes atores envolvidos que, em sua maioria, estavam em vulnerabilidade social. E neste processo, e aliado a esses conflitos mapeados pelo observatório, foi se formando questionamentos acerca dos discursos de uma história da cidade do Rio Grande como portuguesa/açoriana. Discursos estes que se difundem na universidade, na história militar⁴ e política, nos jornais, nas escolas do município do Rio Grande, ou seja, um discurso uniforme e discriminatório que nega e marginaliza outros grupos sociais⁵.

Nestas inquietações acerca destes assuntos, me levaram a pensar e amadurecer o que seria pesquisado e colocado em prática na pesquisa de mestrado no biênio 2015-2017. Sendo assim, esta pesquisa e a parceria entre orientador e orientando estão se formando desde o ano de 2012⁶.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para os interessados nos assuntos da história do Rio Grande, assim como despertar o interesse daqueles que, assim como nós, não corroboram as inúmeras injustiças criadas e retroalimentadas por um sistema⁷ que expropria e explora as classes menos favorecidas sejam de forma econômica, social, educacional e ambiental e, que

⁴ Diz o coronel LP Macedo Carvalho, da Biblioteca do Exército na edição de 1998 (1ª tiragem limitada em 1959), na nova edição do livro **Síntese de Três Séculos de literatura Militar Brasileira**, de Francisco de Paula Cidade: “a nossa história militar se confunde com a própria história do Brasil, dos seus primórdios até hoje, com capítulos comuns identificados na tanto historiografia lusa como na brasileira” (conforme ele dito por Pedro Calmon); e que vai “dos imemoriais tempos coloniais até os idos da participação da FEB na Campanha da Itália”, durante a segunda guerra mundial (p.6-7); ou conforme o próprio historiador Francisco de Paula Cidade: “a literatura militar brasileira confunde-se, em seus primórdios, com a literatura militar portuguesa” (p.16), “a orientação dos mais antigos escritores militares que se ocuparam do Brasil não podia ser a nossa, a de nossos dias” (p.16), e coloca a origem do pensamento militar brasileiro, ainda durante a colônia, nas lutas de expulsão dos holandeses (1624-1654) (p.17). As considerações pertinentes, desde tal perspectiva, não o é desde os que foram dominados, explorados, mortos, escravizados como os índios, os negros e os pobres “bucha de canhão” e serviçais dos ricos e poderosos portugueses ou seus capangas nascidos aqui ou trazidos de fora na defesa de seus interesses.

⁵ O jornal Agora, da cidade, publicou ao longo de 2016, e ainda nestes primeiros meses de 2017 reportagens/artigos especiais sobre personalidades, monumentos, símbolos, etc. da cidade neste que será o 280º aniversário da cidade (1737-2017). Cidade portuguesa “com certeza”, legalmente colônia até 1822, e mitologicamente até hoje.

⁶ Esta pesquisa, e trajetória, de certa forma busca também ampliar historicamente e de forma mais profunda as raízes da desigualdade no extremo sul do Brasil, por esta dissertação bem como outras reflexões que se pretende dar continuidade.

⁷ Poderíamos dizer, ou destacar o sistema de forma mais ampla, enquanto organização social, econômica e política vigente – o capitalismo -; mas também, a ideia de UM sistema que existiria independente das relações sociais que estabelecemos entre nós e com a natureza, ou ainda, um sistema discursivo que se impõe como versão ou narrativa hegemônica e única da história do extremo sul do Brasil e da cidade do Rio Grande em particular.

também as expropria de sua participação (e relevância!) na produção e história desta cidade. Sabemos que o sistema se estabelece sobre a exploração daqueles que se encontra em maior vulnerabilidade (econômica, política, organizativa, etc.). Dentro desta exploração em um sistema opressor, a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e da cidade do Rio Grande é contada, escrita e divulgada em sua maioria, por aqueles que possuem o poder neste sistema e/ou foi produzida ao longo à história por eles e seus descendentes ou beneficiários, ou que estão coadunados com os detentores do capital.

Com isso, os que possuem lugar cativo nos espaços formadores de opinião e dos historiadores da cidade⁸, são os “heróis, os desbravadores, os conquistadores” em detrimento daqueles que são colocados às margens nos livros, nas escolas e nos discursos da mídia. Nessa construção de discursos dos heróis, dos vencedores, percebemos a importância de se contrapor e de se ocupar espaços que permitam novas formas de entender os processos históricos que constituíram a população brasileira, rio-grandense e rio-grandina. Acreditamos que ao permitir que se continue falando e contando a história sem seu contraposto (excluídos, explorados, injustiçados, dos de abajo⁹ ou dominados, etc.), permitimos que os que perpetraram ou se beneficiaram com as consequências de tais desigualdades ambientais e sociais continuem contando, apenas a sua versão, mas principalmente, que a mesma se mantenha sustentável, e se reproduza de forma permanente¹⁰.

Portanto, é sobre esta realidade descrita/interpretada atualmente no Brasil, mas que, também impacta e se reproduz em cada cidade e região, é que nossa pesquisa está alicerçada. Mas, traremos neste trabalho uma perspectiva diferente de ver, entender e interpretar a formação do território sul do Rio Grande do Sul. Isto porque, a partir das constatações decorrentes do mapeamento dos diferentes conflitos e, destes, a explicitação de visões e perspectivas diversas e diferentes

⁸ Que é o caso do jornalista Willy César, historiador da cidade e contador da história de personagens das elites da cidade como é o caso do fundador da refinaria Ipiranga; mas também, na atual obra sobre a cidade onde depois de mais de 500 páginas suas conclusões são o de refutar de: de que a praia do cassino não é maior do mundo, não foi Silva Paes que chegou primeiro em Rio Grande.

⁹ Dissertação de mestrado de Bruno Emilio: *REFLEXÕES POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESDE BAIXO: O COTIDIANO DAS COMUNIDADES UTÓPICAS*. 2016

¹⁰No Brasil atual temos o exemplo claro disso, onde uma presidenta eleita democraticamente foi impedida de exercer o cargo de governante do país por golpistas – elites dos bancos, agronegócio, empresários e políticos corruptos diversos com apoio internacional, na justiça e das polícias – na defesa e radicalização de seus próprios interesses (1%), colocando cerca de 200 milhões de habitantes num clima de insegurança e medo.

entre os envolvidos mostrou-se/emergiu na prática da análise não o único, mas o diverso e as múltiplas explicações e justificativas ao tema foco do conflito por parte dos grupos em pugna. Disso, então, ao verificarmos a história da cidade, sejam em materiais de publicidade de eventos, jornais e até nos livros didáticos e Universitários percebemos um discurso único e de ênfase nos heróis e desbravadores que foi problematizada nesta dissertação. E, por outro lado, da quase inexistência, ou quando aparecem com comentários depreciativos, de determinados grupos sociais na história da cidade do Rio Grande. Assim, surgiu e se construiu a problemática desta pesquisa.

Problemática e Objetivos da pesquisa

Então, partindo deste pressuposto enquanto realidade conflituosa em diversas áreas sociais, econômicas e políticas no presente, para afirmar que se estabeleceu explicitamente uma desigual apropriação da terra e dos espaços de poder na região do extremo sul do Brasil. Frente a isto, a **problemática** que direciona esta pesquisa é: **Como o discurso único sobre a formação da cidade do Rio Grande legitima a desigualdade socioambiental no presente da região?** Acreditamos que ao responder esta problemática que nos inquieta, poderíamos contribuir aos debates na superação do quadro de Injustiça Ambiental no presente da e na cidade do Rio Grande. Que também resultaria numa Educação Ambiental voltada aos problemas das comunidades, e destas mesmas comunidades e suas histórias, e não como fazendo parte subordinada de uma história passada e presente que beneficia, em sua maioria, os caprichos de uma minoria há 280 anos. É claro, no entanto, de que tal educação ambiental deveria focar na relação da sociedade/cidade com a natureza e da distribuição equânime de seus “frutos”, processo este que deveria ser antecedido de amplo debate de seus impactos negativos e positivos e a ponderação da pertinência de cada ação, empreendimento, exploração da natureza e de sua efetividade para todos e todas¹¹.

¹¹ Ver em: São José do Norte (RS/Brasil): Meio Ambiente como mercadoria. Disponível em <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/geografares/article/view/11991/10385>>. Acesso Fev. 2017

Os objetivos desta pesquisa foram:

- Identificar como se constrói e legitima o discurso único (emito açoriano-luso), na atualidade sobre a origem na/da cidade do Rio Grande.
- Mostrar que este mito da identidade e da memória preservado pelas elites se contradiz com a desigualdade na apropriação e uso do território ao longo de sua história.
- Evidenciar a participação de outros atores no processo de formação da cidade do Rio Grande (1737-1823).
- Contribuir para a história da cidade do Rio Grande dando os primeiros passos na produção de uma história da cidade desde o olhar/perspectiva destes atores relegados ou marginalizados.

Aproximação metodológica

O objetivo inicial de nosso trabalho foi pesquisar e mapear dados, informações e documentos históricos e administrativos e relatos, e neste identificar temas/categorias que utilizamos na etapa seguinte da pesquisa e da reflexão acadêmica. Nesta parte, buscamos indicações da existência de conflitos e da desigualdade social e ambiental do presente, naquele passado longínquo da cidade e região. Isso para mostrar que, ao contrário do que parte do discurso rio-grandino diz, há outros atores, conflitos, visões e percepções sobre a realidade.

Para tanto, nos apoiamos na perspectiva de que a história do passado é contada desde o presente, ou seja, são os historiadores do presente e no presente deste ponto de vista (BOURDIEU; CHARTIER, 2011) que “contam” a história do passado¹².

É a partir disso, que esta dissertação foi elaborada, destacando no presente o mito discursivo da historiografia tradicional, dos documentos administrativos, da mídia jornalística da cidade – de que ela é açoriana, uma família com identidade branca e como comunidade com uma memória das primeiras famílias que deverá

¹² Diferente, no entanto, da seguinte compreensão: “A História, definida como espelho plano em que se reflete o passado”, ou “a vida de uma sociedade se desenvolveu e seguiu normalmente seu curso” (p.18), e de que, “por um processo espontâneo, as ideias de um povo (...) fundem-se numa única resultante” (p.19), por exemplo. Ver. Francisco de Paula Cidade, Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. (1º edição limitada e revista pelo autor).

ser preservada – e o confronto com uma realidade desigual na apropriação da riqueza, de conflitos e problemas ambientais e territoriais diversos. Ou seja, no presente a cidade do Rio Grande é desigual e injusta social, econômica, política e também na apropriação e uso de seu território por parte de poucos em detrimento de muitos; e para tanto, um dos aspectos justificador de tais relações sociais e com a natureza desigual entre os rio-grandinos é esta narrativa hegemônica de ser a cidade – o mito - de ter sido fundada, colonizada e construída por portugueses (luso-açoriana).

Então, da identificação deste presente, em contradição entre o real (das relações sociais e materiais reais)¹³ com o discurso hegemônico na história da cidade, nossa pesquisa “vai ao passado”, ou seja, na história das primeiras décadas da região e da cidade. Neste, a partir da perspectiva de ser a sociedade/cidade conflituosa – pois a mesma é no presente - e na qual o uso, apropriação e significação do território naquela época (1737-1823) estavam em disputa naquele período de emergência da cidade identificar conflitos, disputas e atores. E sendo de disputa, portanto seriam diferentes os atores, as etnias e os grupos que deverão ser incorporados na história da cidade, e não apenas os brancos e açorianos ou os militares que, tem sustentado a versão tradicional da história da cidade. Este seria o segundo momento da pesquisa. Por fim, retornaremos ao presente, mas agora, com dados e informações para problematizar de forma mais consistente e fundamentada as concepções nucleares da história dominante da cidade.

Tal esquema, diríamos assim, estaria embasado no método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, no qual,

“La perspectiva teórica de Lefebvre articula la sociología y la historia que él llama "método regresivo-progresivo". La primera etapa de este método es la descripción detallada de una situación. Esta descripción permite comprender la estructura y las contradicciones. Para ello, es necesario remontarse al pasado, identificando en él la fuente de los problemas encontrados en el presente. Después de aclarar el origen de los problemas actuales, se busca encontrar en estos algunos elementos de lo posible”. (SOTO, 2012, p.5)

Buscamos então, a partir da realidade desigual do presente, em contradição com o discurso conservador e hegemônico de uma cidade formada, desde o início, pelos europeus portugueses e mais especificamente açorianos, retornar ao passado

¹³ O “real é relacional” (Bourdieu, 2001), e diríamos conflitivo também.

com as possibilidades e limitações peculiares deste tipo de pesquisa exploratória, tanto no campo da história como no relacionado à metodologia utilizada. Isto porque, com apoio e suporte teórico de diferentes pesquisadores, identificarem aspectos de um “outro” discurso, talvez um contra discurso, que possibilite outra forma de apresentar a formação do território rio-grandino. Mas, também ao nos inserirmos no movimento de/em busca de possibilidades que possam gerar novas perspectivas e quem sabe novas dúvidas e indagações, a partir de uma totalidade abrangente que se dê de forma aberta, permitindo probabilidades amplas (MARTINS, 2011) acerca das construções dos discursos, e suas controvérsias, que contemplem a formação do território do extremo sul do Brasil em suas diversidades, desigualdades e não uniforme e baseada em mitos justificadores das desigualdades sociais e ambientais atual.

Também utilizamo-nos desta perspectiva metodológica a partir de Martins, onde o pesquisador embasa que:

As designações sociológicas das expressões desse movimento são noções. Modo de produção capitalista é noção que nela se expressa a dinâmica da sociedade capitalista no desencontro e nas contradições entre o desenvolvimento da economia propriamente capitalista e a consciência social alienada por meio da qual ela se viabiliza socialmente e se nega, se mostra e se esconde. É na recíproca necessidade desses contrários que o todo se propõe em processo. (MARTINS, 2011, p.04)

Tal metodologia é uma interpretação de Henri Lefebvre sobre as escritas de Karl Marx, onde Lefebvre entende que a obra do filósofo alemão como sendo um todo, mesmo que de forma inacabado, tratando-se de um movimento sem rupturas, mas uma análise da sociedade capitalista contemporânea (MARTINS, 2011). Lefebvre em seus escritos, já dizia que seu método não se tratava de algo novo e sim de uma interpretação sobre as obras de Marx, onde lhe permitiam uma leitura de seus objetos de estudo de forma ampla e inconclusa, tendo assim, a possibilidade de retomar a problemática em questão, para ampliá-la e reinterpretá-la conforme sua realidade do presente.

Na perspectiva do método regressivo-progressivo lefebvriana (FREHSE, 2001), não se pode estabelecer verdades absolutas ou ter uma lógica única e concreta onde se tem que abolir o passado moderno, ou o moderno pelo passado; ou ainda, como tendo o presente como simples reflexo do passado, no qual ao

historiador restaria buscar as justificativas e explicações do e para sustentar o presente existente. O que se tem é uma complexidade de fatores que se deve ser levada em consideração, sendo estas submetidas às categorias culturais que estão ligadas as hierarquias sociais que decorrem dos processos históricos de cada região, cidade e país em cada momento de sua história vivida.

Sob esta perspectiva metodológica é que apoiamos nossa pesquisa que será apresentada da seguinte maneira.

No primeiro capítulo apresentamos como se dá a construção de um discurso dominante e hegemônico na cidade do Rio Grande, para isso, trazemos desde panfletos produzidos pela Prefeitura Municipal e documentos que foram criados pelo governo do Rio Grande do Sul; pela legitimação do discurso através de um periódico da cidade, o Jornal Agora e dos ensinamentos históricos às “gerações futuras”, através dos livros didáticos nas escolas municipais. Finalizo o primeiro capítulo identificando, portanto, aspectos centrais deste discurso mitológico nos dias de hoje, para na parte seguinte, apresentar dados das relações sociais, econômicas e ambientais desiguais em contradição a esta narrativa hegemônica.

Na segunda parte deste trabalho procuramos, então, dados e informações da realidade de desigualdade socioambiental na cidade do Rio Grande. Explicitamos o conceito de Justiça Ambiental que é um dos balizadores desta pesquisa; trazemos dados acerca da vulnerabilidade social em que as populações rio-grandinas se encontram; um panorama dos conflitos que estão acontecendo no município e ao final os conflitos que foram apresentados como objeto de pesquisa de diferentes pesquisadores do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.

No terceiro e último capítulo, trazemos as questões acerca do processo de formação do extremo sul do Brasil, onde apresentamos uma construção histórica que vai de encontro com as afirmações de uma cidade de discurso único, como sendo portuguesa somente. Para isto apresentamos o surgimento da cidade através da participação de diferentes atores sociais, explicitamos a formação do território rio-grandino através de conflitos permanentes ao longo do período; mostramos a importância das populações negras e as contribuições indígenas para a formação do território, mas preteridos na apropriação e uso de forma mais igualitária, e sim como explorados e dominados. Por fim, destacamos os conflitos entre os portugueses e suas tropas militares, como exemplo de maior visibilidade neste período, onde

procuramos romper com o discurso de uma grande família portuguesa e açoriana que formou e protegeu o território dos invasores. Ou seja, tal discurso busca produzir desde o hoje, à unidade e a uniformidade na identificação àquele que lê a história narrada e contada da região e da cidade como resultante de/pelos atores centrais de tal história – o mito: os brancos luso-açorianos contra os inimigos espanhóis!¹⁴

Ao final, não diríamos o fim da pesquisa, procuramos nas considerações finais deste trabalho apresentando nossas conclusões acerca da problemática exposta e dos objetivos e da problemática apresentada nas partes anteriores, e justificadoras desta dissertação. Mas, também deixar assentada indicações e rumos que em pesquisas futuras outros/as pesquisadores/as possam seguir adiante. Mas, finalmente, contribuir para outra possibilidade de entender a cidade do Rio Grande através de sua história, mas que contemple e explicita os lugares e papéis dos diferentes grupos e classes em suas relações, e através disso diminuir as desigualdades socioambientais encontradas na região.

¹⁴ Em tal história se busca a identificação com os brancos portugueses e lusos, portanto os dominadores e conquistadores, saqueadores e exploradores portugueses viram os heróis, pois em luta contra os inimigos de além “fronteira”, por parte de quem lê, e assim, nos colocando como parte desta família e mito; já no presente, tal história e mito reforçam os estereótipos de uma história branca, sem conflitos (exceção daqueles políticos e militares contra os espanhóis, e, portanto justificador do domínio geopolítico português naquela época), sem classes, grupos e setores sociais preteridos do/no uso e/ou na desigual apropriação dos “benefícios” desta terra.

1. Rio Grande: a construção de um discurso dominante

A Cidade do Rio-Grande é historicamente marcada pela desigualdade social e exploração de determinadas famílias sobre as camadas pobres, sejam os indígenas locais, os pobres trazidos para a região a ser ocupada durante as disputas entre os portugueses e espanhóis, no século XVIII, assim como os negros importados para a escravização nesta região também em meados da segunda metade do mesmo século. Entendemos que os espaços constituídos hoje na cidade são produtos das relações e conflitos entre estes grupos, e, portanto, da contradição aos discursos de sermos uma grande família, uma comunidade com uma única identidade, de sermos descendentes dos grandes líderes, dos heróis que formaram a cidade em sua história – no discurso único que pretendemos contrapor – contada e escrita que nos é apresentada pelos órgãos oficiais da cidade, ensinada nas escolas públicas bem como de no ensino superior.

Nos últimos anos (2005-2016) a cidade passou por uma explosão econômica decorrente da construção e produção no polo naval, ainda em benefício de poucos empresários que desfrutaram dos recursos públicos para o acúmulo de riqueza, pautados na forte exploração humana e ambiental. Mas, também de muitos cidadãos que lucraram com alugueis exorbitantes, os restaurantes e lojas, etc., apesar de inúmeros conflitos xenófobos contra os “estrangeiros” que vinham aqui trabalhar e motivador da justificativa do empreendimento (criação de emprego). Neste cenário houve levas de migração do sudeste, norte e nordeste do país para suplantar a falta de mão de obra qualificada que as empresas instaladas no polo naval rio-grandino necessitavam. Segundo Rafael Lopo,

A mão-de-obra qualificada para um projeto industrial extremamente particular é um dos grandes problemas enfrentados pelos atuais estaleiros. Segundo entrevistas com professores, observações no sindicato local e até mesmo durante uma visita ao ERG1, onde se constroem cascos replicantes, é nítida a necessidade de soldadores qualificados em cursos técnicos ainda concentrados em grande parte no sudeste do país. A demanda de mão-de-obra qualificada possui um tempo que não segue o tempo necessário para formação de trabalhadores locais e, com isso, a vinda de trabalhadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, entre outros locais, acabou sendo inevitável. (LOPO,2015.p78)

Também foi possível observar uma forte onda de migração estrangeira, que passara igualmente a servir como mão de obra para as empresas do setor da indústria naval instaladas na cidade. Spolle e Fabres nos dizem que

Segundo informações da Polícia Federal, entre os anos de 2006 e 2013 ingressaram em Rio Grande o total de 896 trabalhadores estrangeiros temporários. Os maiores movimentos de registros foram nos anos de 2011, 2012 e 2013. Segundo os dados dessa mesma fonte, só no primeiro trimestre de 2013 ingressaram aproximadamente 300 trabalhadores no município de Rio Grande e as nacionalidades tem variado de acordo com as principais atividades econômicas especializadas desenvolvidas por um determinado país, por exemplo, o pórtico do estaleiro Rio Grande é holandês; a parte elétricas dos guindastes são orientais (chineses, malasianos), a fábrica de blocos, para os cascos replicantes do tipo FPSO é projeto alemão, com uso de tecnologia e de trabalhadores de origem indiana, alemã e holandesa. (SPOLLE; FABRES,2014.p15)

A partir disso, foi possível perceber o emergir, ou reemergir manifestações de ódio e racismo que entendemos ser histórico da/na região¹⁵. Manifestações estas que ficam explícitas em diversos momentos do convívio social – no presente - da cidade e de seus moradores na produção desta amálgama ao mito: nós, descendentes dos luso-açoariana, e agora rio-grandina; e eles, os de fora.

Resolvemos trazer como exemplo para esta breve explanação o caso da produção de uma música que torna evidente os casos de racismo e xenofobia que estão latentes no processo diário de muitas pessoas, ficando, neste caso, mais brutal com os trabalhadores e trabalhadoras do Polo Naval. Evidenciou-se que

(...) no site aberto de vídeos na internet, YouTube, o vídeo da música “foge que é baiano”¹⁶, dos heterônimos MC Vatapá e Acarajé tem cerca de 66.200 visualizações¹⁷. Durante o vídeo, apenas uma foto caricata de dois cantores e na barra de comentários, é possível ler xingamentos que envolvem todo tipo de elementos. (LOPO,2015, p.77).

¹⁵ Por que histórico: pois para garantir a unidade contra o inimigo, no caso os espanhóis ou os saqueadores e estupradores dos inimigos (pois, existiam os saqueadores e estupradores amigos, não seriam alguns de nossos heróis da cidade?). Tal história ainda deverá ser resgatada!

¹⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=msOEogTW-hA>>. Acessado em abril de 2016.

¹⁷ O número de visualizações do referido vídeo, constava com 77.450 visualizações em abril de 2016; em inícios de fevereiro de 2017, passava de 79 mil, das quais 617 curtiram e, apenas 75 se manifestaram em contra.

Partimos da premissa de que esta realidade de preconceito e descaso com o próximo é ocasionada e alimentada por um sistema de sociedade que é, propositadamente, voltado para a exclusão, a desigualdade, o consumismo desenfreado e a busca incessante da sobreposição de alguns grupos sobre os outros. Embora possam geralmente passar despercebidos como consequências dos conflitos gerados pelo capitalismo, a injustiça e a disputa de poderes inerentes a ele. Assim, destacamos que a terra e os territórios, as riquezas e os espaços de poder são apropriados e usados em benefícios de poucos.

No Brasil, é sabido que desde a conquista colonial, passando pela ocupação das terras indígenas, pela exploração dos recursos naturais pela metrópole portuguesa, pela formação intersticial de um mercado doméstico, o trabalho de muitos fez do território um mundo para poucos. Por muito tempo o poder sobre os homens foi condição do poder sobre o território e seus recursos. Ante a vastidão continental do país e a enorme disponibilidade de terras livres, o escravismo foi condição essencial da apropriação privada da base material da sociedade. (ACSELRAD; et al,2009.p.121)

Portanto, a realidade encontrada hoje na cidade do Rio Grande é fruto de uma exploração e marginalização histórica dos grupos menos abastados, estando entre eles os negros, os indígenas e os brancos pobres. Marginalização que proporciona uma negação, por grande parte da população local, frente a estes grupos citados e assim tornando o povo rio-grandino, em sua maioria, racista e xenófobo.

Fronteiras sempre foram regiões de intensas disputas e constantes conflitos. E no extremo sul do Brasil não fora diferente, principalmente no período que tange o século XVIII e XIX. Os períodos que abrangem o início do século XVIII e metade do XIX foram de inúmeras disputas de territórios entre as coroas portuguesas e espanholas. Podemos observar no trecho abaixo como Francisco das Neves Alves esboça uma das principais causas para tais acontecimentos:

A primeira metade do século XVIII caracterizou-se pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para sustentação do sistema econômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo a partir disso uma série de conflitos entre diversos países europeus. As nações hegemônicas – Portugal e Espanha – passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica. (...) Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio

espanhol, Portugal iria eleger como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina. (ALVES, 2010, p.33-51)

Neste período, diríamos estarem se formando as raízes das classes e grupos sociais que, ainda hoje, através da educação nas escolas e da Universidade da cidade é contada como sendo de heróis e salvadores, desbravadores e lutadores que lutaram contra os selvagens, a natureza inóspita (CIPRIANO, 2009); ou que através de suas bravuras garantiam as “fronteiras brasileiras” que os espanhóis buscavam ocupar, invadir, dominar.

Nas partes seguintes, então, apresentamos três exemplos de como tal discurso se apresenta ou é publicizado na cidade do Rio Grande. Ou seja, no primeiro exemplo mostramos como a administração rio-grandina apresenta a cidade do Rio Grande desde sua fundação, assim como também uma lei promulgada pelo governo do estado no ano de 1992, legitima o discurso de uma fundação através de uma grande “família” portuguesa açoriana. O segundo exemplo que trazemos para demonstrar a construção de um mito fundador da/na cidade é o do Jornal Agora, o terceiro exemplo que trazemos adiante, é o do livro didático, que serve como base de ensino nas escolas de ensino fundamental do município. Por fim debatemos como esses discursos estão ligados a uma ideia de colonialidade, que ainda está intrínseca nos discursos acerca da fundação da cidade do Rio Grande.

1.1. Primeiro exemplo: a Prefeitura Municipal do Rio Grande e a lei como promotores do discurso dominante

Na identificação inicial do discurso atual, da cidade do Rio Grande ser denominada como herdeira da descendência açoriana, trazemos como primeiro elemento do processo de análise, um documento produzido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, no ano de 2012. Em nossa perspectiva, procura retroalimentar e assim fortalecer alguns grupos que defendem a narrativa de que o município de Rio Grande tenha sido formado e fundado de forma predominante por portugueses, mais especificamente pelos açorianos. Embora, de fato, tal migração tenha ocorrido a partir de meados da segunda metade do século XVIII, o que

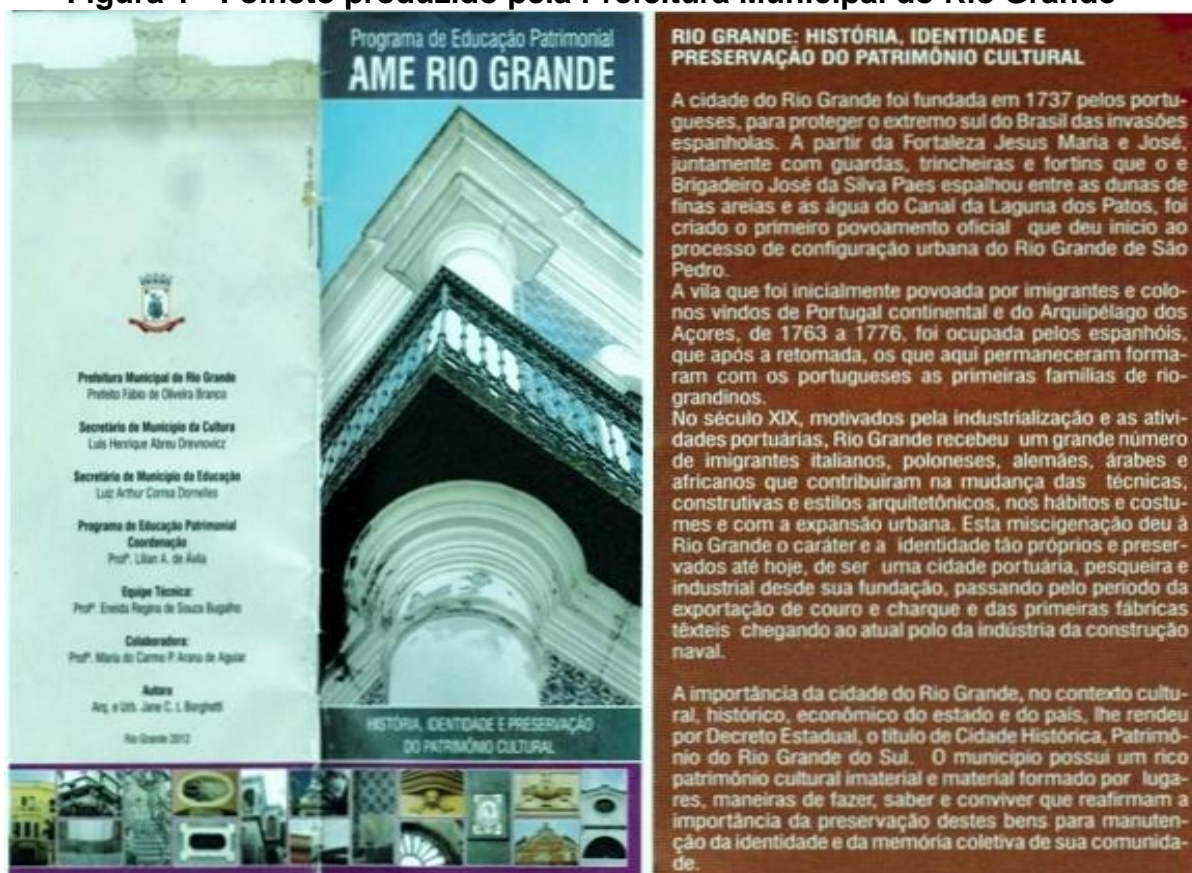
procuramos ressaltar é a falta de igual legitimação de outros grupos – até como contraponto da diversidade dos que aqui viviam naquela época - que no mesmo período também faziam parte dos processos de constituição do território sul.

Não procuramos aqui ignorar a presença e a relevância que os portugueses tiveram na formação deste território que atualmente entendemos como extremo sul do Brasil. Porém, nossa perspectiva é identificar como a construção de um mito¹⁸ fundador da cidade de Rio Grande, tornou-se praticamente um discurso único, o que torna outros grupos invisíveis à cidade, bem como dos conflitos ambientais e da injustiça decorrentes de tal invisibilidade, em suas consequências.

Identificamos, e procuraremos mostrar que jornais citadinos, museus e exposições, tal afirmação do mito é recorrente, ensinada e re-produzida de geração em geração do passado ao presente, e deste presente ao futuro que virá. Assim, como primeiro exemplo, na publicação e evento abaixo:

¹⁸ O dicionário Aurélio traz três significados para a palavra: 1. Personagem, fato ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza não obstante uma generalidade que devemos admitir; 2. Coisa ou pessoa que não existe, mas que se supõe real; 3. Coisa só possível por hipótese; quimera. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/mito> > Acesso em Abr. 2016.

Figura 1 - Folheto produzido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande¹⁹



FONTE: Prefeitura Municipal do Rio Grande – 2012

Podemos identificar no folheto produzido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, para promover o Programa de Educação Patrimonial da cidade intitulado “História, Identidade e Preservação do Patrimônio Cultural”, o **mito** fundador da cidade: um feito português, que deu origem a famílias tradicionais da cidade, e relacionado a proteção do território, frente as investidas e espanholas.

Observa-se que um texto que procura fazer um breve apanhado da história rio-grandina, tende a fazer algumas afirmações que em muito não corroboram com as diferentes realidades acerca do processo de formação desta região. Entre elas estão as seguintes afirmações: “a cidade do Rio Grande foi fundada pelos portugueses para proteger o extremo sul do Brasil das invasões espanholas”, embora saibamos que no início do século XVIII, este território que atualmente é a cidade do Rio Grande e o Estado do Rio grande do Sul era uma região de

¹⁹Folheto produzido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande para a promoção do Programa de Educação Patrimonial, onde é apresentada uma breve história do surgimento da cidade do Rio Grande, legitimando um discurso de descendência exclusiva açoriana.

intensas disputas territoriais entre as metrópoles Portugal e Espanha²⁰.

Outra afirmação mostrada pelo panfleto é a “a vila foi *inicialmente povoada* por imigrantes e colonos vindos de Portugal continental e do arquipélago dos açores”, negando assim a participação efetiva dos negros²¹ e dos grupos indígenas que por essa região circulavam. Outra afirmação colocada no texto é que após o período de ocupação desta região pelos espanhóis (1763-1776), “os que aqui permaneceram (espanhóis) formaram com os portugueses as primeiras famílias de rio-grandinos.”, novamente negando outros diferentes grupos e enaltecendo aí surgimento das famílias tradicionais brancas e portuguesas que formaram a cidade do Rio Grande²².

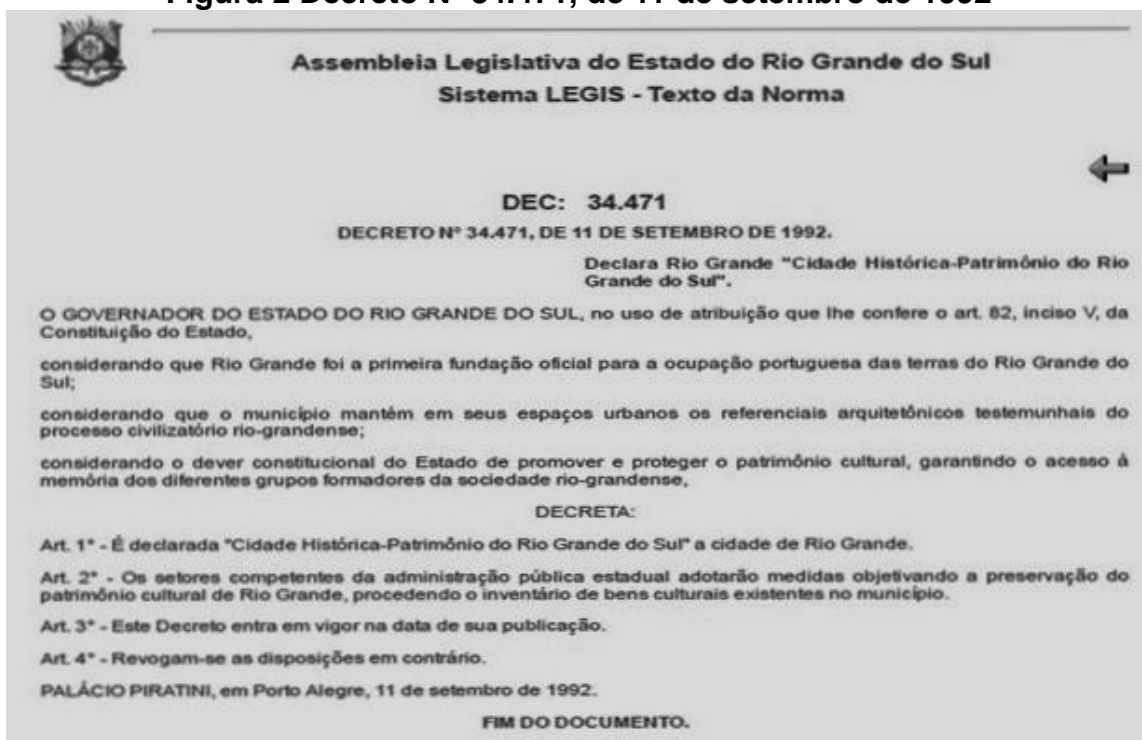
Questões como estas exemplificadas num folheto de produção da Prefeitura Municipal do Rio Grande, que ainda mantém um discurso afinado e fechado sobre o surgimento, ocupação e povoamento do território que hoje entendemos como cidade do Rio Grande e que são constantemente reafirmadas, como o exemplo do Decreto de 1992.

²⁰ E que estas disputas continuaram pós o período de 1737 (“fundação da cidade do Rio Grande”) e que terminariam somente a assinatura de diferentes Tratados internacionais, como os Tratado de Madri (1750) e o Tratado de SantolIdefonso (1777).

²¹ Negros estes que já faziam parte dos primeiros relatos de expedição de ocupação do território do Brigadeiro José da Silva Paes.

²² Questões estas (famílias tradicionais, de descendência exclusiva europeia), que se veem tão fortemente nos diferentes discursos de poder da cidade, que serão exemplificadas no decorrer deste trabalho.

Figura 2 Decreto Nº 34.471, de 11 de setembro de 1992



FONTE: Elaborado pelo autor, através do acesso on line no site do Estado do RS.

Observamos, que a lei de 1992 trazida na figura acima consistência legal àquelas visões e construções unilateralmente excludentes acerca da cidade do Rio Grande, e presente do panfleto do evento patrimonial referido acima, e que assim fortalecem afirmativas, baseadas em valores tradicionais que constituem a cidade e tudo que perpassa por seus espaços e sua população, como novamente nos evidencia o folheto:

O município possui um rico patrimônio cultural Imaterial e material formado por lugares, maneiras de fazer, saber e conviver que reafirmam a importância da preservação destes bens para manutenção da identidade e da memória coletiva de sua comunidade. (RIO GRANDE, 2012, p.03)

São questões e afirmações como estas que me perseguem e motivam a pesquisar e buscar deslegitimar este discurso único e intrínseco aos espaços de poder da cidade do Rio Grande. Questões que, ainda enquanto hipótese, me levaram a pesquisa e a dissertação. E que, desde o presente desigual e injusto no relacionado à apropriação da terra e do uso desigual do território e sua exploração me levou a buscar nos primórdios da cidade, desde o século XVIII indícios de sua legitimação nas narrativas dominantes. E aqui entendemos a desigualdade

ambiental a partir de que,

O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se às grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos. (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012, p.164)

Entendemos então, – como nossa hipótese guia? – de que a desigualdade ambiental exposta na cidade do Rio Grande nos dias atuais, poderá estar diretamente ligada a uma construção de superioridade portuguesa, branca e militar que se difundiu como sendo constituidora das raízes históricas desta região, e daí o mito luso-açoriano na identificação dos cidadãos; e como tal, constituidora da unidade em contra áqueles (estrangeiros) ou nacionais (negros, índios, pobres, etc.) que diante da desigualdade ou injustiças se revoltam/revolaram. Mas, também, o que mais se fez foi a invisibilidade ou a marginalização na história contada e escrita de outros grupos que também fizeram e fazem parte da constituição destes espaços mas que tiveram suas histórias esquecidas ou marginalizadas de tal maneira que em quase nada aparecem nas produções simbólicas do município, como observamos no folheto produzido no ano de 2012 pela Prefeitura.

Nossa perspectiva é de que hoje na região predomina a desigualdade socioambiental, à medida que uma minoria se apropria da terra e da riqueza produzida por ela e pelos trabalhadores, mas não em benefício destes últimos. Em decorrência disso, partimos que a história contada nos livros didáticos e na Universidade tende a reproduzir esta história dominante e branca.

1.2. Segundo exemplo: o discurso dominante no Jornal Agora

Outro exemplo de propagação de um discurso a cerca da fundação da cidade do Rio Grande, como feita por desbravadores, heróis e invariavelmente como sendo unicamente portuguesa, é o do periódico *Jornal Agora*. O referido jornal serve como ferramenta de informação aos moradores da cidade e região há mais de quatro décadas:

O Jornal Agora, fundado em 20 de setembro de 1975, é uma publicação de propriedade das Organizações Risul Editora Gráfica Ltda. Tem como área de abrangência Rio Grande, São José do Norte e região. Circula de segunda-feira a sábado, com o foco principal em matérias locais e regionais. Dentre as principais características, destaca-se sua linha editorial, que busca a integração da comunidade, com informação precisa, responsável e imparcial²³.(JORNAL AGORA)

Segundo o site *Influence*²⁴ a tiragem do Jornal Agora, por volta do ano de 2005, girava em torno de 6,880 exemplares diários. Sendo que destes cerca de 93% seriam de assinantes, o que nos remete a concluir que tal periódico volta-se para um público específico e fidelizado à suas informações e para tal procura trazer informações e publicações que caiam no gosto de seu público consumidor.

O próprio jornal em sua página online afirma que “Mensalmente o site já registra mais de 240.000 visitas (Google Analytics) e mais de 2 milhões de pageviews (Webalizer). Nos últimos 12 meses, foram registrados 29,4 milhões de pageviews.²⁵”. Informações como estas referentes a abrangência do Jornal Agora concretizam que as reportagens que serão trazidas logo abaixo, podem terem sido lidas de forma impressa ou digital por milhões de pessoas e com isso, estarem colaborando para a validação de um processo histórico/social que nega e marginaliza diferentes atores que fizeram/fazem parte da construção do território sul do Brasil.

A primeira reportagem que trazemos para debater as construções históricas feitas pelo Jornal Agora é uma reportagem feita no dia 13 de agosto de 2013, no caderno *O Peixeiro*²⁶, na página intitulada *Memória e História*.

²³ Disponível em < http://www.jornalagora.com.br/site/content/o_jornal/index.php>. Acesso em Jan. 2017

²⁴ Disponível em < http://influence.com.br/releases_detalhe.asp?id=401&clienteid=59>. Acesso em Jan. 2017

²⁵ Disponível em <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/anuncio/index.php>>. Acesso em Dez. 2016

²⁶ O caderno mencionado tem como ponto principal trazer matérias e reportagens que aproximem os leitores para as coisas relacionadas à comunidade rio-grandina.

Figura 3 Reportagem Jornal Agora 13-08-2013



A reportagem que elucidamos na imagem acima e que ocupou uma página inteira do jornal é: *HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE*, onde o autor procurou fazer um apanhado histórico do município, desde seus primeiros processos de povoamento. A chamada da reportagem, em destaque, diz que “com plena inserção geográfica na zona costeira do extremo sul do Brasil, o município de Rio Grande tem uma história de povoamento humano que recua aos últimos cinco milênios com a ocupação de grupos caçadores-coletores-pescadores e, no último milênio, de horticultores de floresta sub-tropical.” Ao passar o olhos rapidamente na reportagem, podemos nos iludir de que se trata de um apanhado de informações onde os diferentes grupos estarão ali representados como sendo fazedores de parte da história da região e do município, porém, ao adentrarmos as linhas desta reportagem o que se evidencia é algo diferente.

Destacamos aqui partes do texto em que vai de encontro a chamada da reportagem e que passam a tratar esta região de forma quase que exclusiva como açoriana e ainda enaltecendo os costumes e a cultura do ser rio-grandino como um processo identitário em que se dá destaque aos heróis e desbravadores desta terra:

Cenário geopolítico de enfrentamento entre Portugal e a Espanha pelo controle do estuário da Lagoa dos Patos (área onde foi edificado o único complexo marítimo portuário do Rio Grande do Sul), o início oficial do povoamento europeu ocorreu em 19 de fevereiro de 1737 com a chegada de uma frota naval portuguesa, **comandada pelo Brigadeiro José da Silva Paes**, o qual organiza uma Comandância Militar para administrar **o Rio Grande do Sul lusitano**. (...) O povoamento no século 18 teve predominância de açorianos,

portugueses, **cariocas e paulistas, dotando o local de uma identidade luso-brasileira.** (JORNAL AGORA, 2013, p.06) grifo nosso

A citação acima faz parte do corpo do texto da reportagem do Jornal Agora e nela mostra-se o destaque que é dado aos portugueses, enquanto, ao mesmo tempo outros atores sociais que faziam parte deste momento, juntamente com os portugueses, são esquecidos ou até mesmo mencionados de forma simplista como é o caso dos *cariocas e paulistas* ali mencionados. Sendo que em quase nenhum momento se faz menção aos grupos indígenas, ou quando se faz é como sendo selvagens, que em muito colaboraram para uma melhor adaptação dos portugueses ao território, assim como, também não fora mencionado a importantíssima participação da população negra, sendo africanos e brasileiros, que desembarcaram juntamente com o tão mencionado Brigadeiro José da Silva Paes²⁷.

Salientamos aqui que a referida matéria que obteve enorme espaço físico no periódico rio-grandino é datada do ano de 2013 e como já descrevemos anteriormente, este período foi de grandes conflitos e de emergir de discursos de racismo e ódio para com aqueles que vinham de fora para trabalhar no polo naval do estaleiro Rio Grande. Sendo assim, tal reportagem serviu para reforçar estes preconceitos e esses conflitos, ainda mais quando a escrita da reportagem encerra-se com a seguinte afirmação:

Em meio a **mudanças tão profundas, fortalece a necessidade de preservação e divulgação das raízes histórico-culturais** desta que é a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul e cuja **identidade deve ser redescoberta/construída.**(JORNAL AGORA, 2013, p.06) grifo nosso

Entendemos, que publicações como estas deveriam ter o compromisso de trazer a informação para a população e para seus leitores e não fortalecer uma falácia de descendência e identidade maciçamente portuguesa/açoriana, que em

²⁷ “Na cidade do Rio Grande o Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, obra inaugurada em 1939. Localizado na Praça Xavier Ferreira foi inaugurado em 1939, em homenagem ao fundador da cidade do Rio Grande. **Com uma coluna de pedra com 8 metros de altura o monumento reproduz a imagem do fundador em uniforme de gala** e ao lado a epopeia que se constituiu a fundação do Rio Grande de São Pedro representada por soldados, escravos, índios e obreiros brancos”. Disponível em <http://companhiaarte.blogspot.com.br/2010/08/monumento-silva-paes-monumento.html>data>. Acesso em Dez. 2016.

nada nos ajudará a entender nosso passado e nos alavancar a uma sociedade menos injusta e caricata.

Dando seguimento às reportagens do periódico Jornal Agora, trazemos a figura abaixo que se trata de uma matéria produzida no dia 15 de maio de 2016²⁸, portanto, reportagem que possui menos de um ano. E como poderá ser evidenciado, continua com as formações de heróis e com ideias simplistas acerca do movimento de constituição do território.

Figura 4 Reportagem Jornal Agora 15-05-2016

Forte Jesus, Maria e José

Em 19 de fevereiro de 1737, uma expedição chefiada pelo Engenheiro Militar Brigadeiro José da Silva Paes, enviada pela Coroa Portuguesa, a bordo da galera Leão Dourado e mais embarcações, entra na Barra do Rio Grande, atraca e desembarca na margem direita do canal de São Pedro, onde lançou os fundamentos de uma feitoria, iniciando a construção. Fundando neste mesmo ano, o Forte Jesus, Maria e José na desembocadura do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico.

O forte, erguido em forma poligonal irregular com quatro pequenos canhões possivelmente de calibre de 01 libra, foi construído de macega e barro, não existindo ruínas, pois, caso houvesse uma invasão, seria imediatamente destruído. Possuía uma paliçada, alinhamento de estacas apontadas e fincadas na terra que serve de barreira defensiva, com madeiras retiradas da Ilha dos Marinheiros, com fosso seco e revelins externos.

Essa fortificação (Colônia Militar - Presídio) abrigava os soldados e, com isso, deu-se consequentemente o início oficial da colonização do então Continente do Rio Grande, além das pessoas que andavam por esta região, como mendigos, prostitutas, desertores da Colônia do Sacramento no Uruguai, entre outros.

Em maio de 1737, foi fundada oficialmente a Colônia de São Pedro, tendo como núcleo o Forte Jesus, Maria e José.

Foto: Reprodução



FONTE: Jornal Agora

Trouxemos esta reportagem do ano de 2016 por se tratar de um texto produzido pelo Jornal procura novamente se oficializar o processo colonizador português na região sul. A matéria seria uma forma de relembrar, assim como já foi dito na reportagem anterior: “*a necessidade de preservação e divulgação das raízes histórico-culturais*”, quem são os herdeiros deste território e como tal devem manter a sobreposição aos demais²⁹.

²⁸ Disponível em <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=85704>>. Acesso em Dez. 2016.

²⁹ Lembrando que os últimos anos os discursos de ódio e xenofobia do rio-grandino tenha aumentado consideravelmente, por consequência das migrações e imigrações devido ao polo naval e a geração de emprego, já comentado em páginas anteriores.

Ao ler a reportagem é possível perceber que o comandante Silva Paes continua como sendo a figura central e também aparece ali como “Engenheiro Militar”, o que lhe confere uma importância ainda maior se pensarmos da relevância de tal profissão nos dias atuais, principalmente aqui na região devido às empresas de construção naval terem sido, até pouco tempo, as maiores geradoras de emprego na cidade. Sendo assim, chamá-lo de engenheiro poderia lhe conferir um prestígio ainda maior. Também chama atenção a parte final da reportagem em que é afirmado:

Essa fortificação (Colônia Militar - Presídio) **abrigava os soldados** e, com isso, deu-se conseqüentemente o início oficial da colonização do então Continente do Rio Grande, **além das pessoas que andavam por esta região, como mendigos, prostitutas, desertores da Colônia do Sacramento no Uruguai, entre outros.** (JORNAL AGORA, 2016)

As afirmações acima tendem a fortalecer a força militar luso-brasileira para povoar o lugar, assim como, empobrecer e marginalizar os demais participantes na formação do território como, ou seja, havia os heróis e os outros. Sendo que a informação carece de coerência, afinal o que fariam aqui mendigos e prostitutas, se como a reportagem mesmo diz que os militares chegaram para povoar? O que sabe-se é que foram trazidos pelos luso-portugueses prostitutas (QUEIROZ, 1985) para formarem casais com os militares para gerarem filhos desta terra e assim evitar que os militares desertassem da região. Porém a reportagem deixa a entender que estes, mendigos e prostitutas, já faziam parte desta região, juntamente com os desertores da Colônia de Sacramento e os outros que acreditamos nós se tratarem dos indígenas em que quase nunca é referenciado como sendo natural da região.

Para finalizar as influências que as reportagens do Jornal Agora poderão exercer na comunidade rio-grandina acerca de suas raízes históricas, trazemos a imagem abaixo de uma reportagem que foi publicada no dia 28 de setembro de 2010³⁰. O que nos motivou a trazer esta reportagem em si, foi o fato dela tratar de uma exposição itinerante que percorreu diversas escolas públicas do município de Rio Grande, ou seja, a referida exposição obteve um enorme público de crianças e adolescentes.

³⁰ Disponível em <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=1969>>. Acesso em Dez. 2016.

Figura 5 Gravura Jornal Agora

Exposição itinerante conta a história do Rio Grande

A história do Rio Grande contada em miniatura de uma forma atrativa e concreta

Com o objetivo de despertar o interesse e valorizar o passado da cidade, os irmãos Urano e José Carlos Espíndola criaram o Espaço Cultural e Histórico Rio Grande de São Pedro. Nesta semana, os alunos da Escola Municipal Helena Small conheceram a exposição itinerante que conta, através de maquetes e réplicas, os principais períodos do Município. São mais de 70 peças que correspondem à história da fundação do Rio Grande do Sul pelos portugueses em 1737, à invasão dos espanhóis em 1763 e à retomada pelos portugueses em 1776.

A exposição é composta por maquetes de todos os fortes, maquete da batalha da retomada, réplicas de armas, canhões, soldados, caravelas, brasões, entre outros. Há 23 anos os irmãos Espíndola fizeram a primeira maquete sobre o Forte Jesus, Maria e José. “Naquela época, estavam se aproximando os 250 anos do Rio Grande, e o Museu da Cidade seria fundado”, lembrou Urano. A maquete acabou sendo doada aos fuzileiros navais e atualmente está no Museu da Marinha, no Rio de Janeiro. O projeto foi retomado há seis anos e recentemente concluído.

Quando o trabalho ficou pronto, devido à falta de apoio, a alternativa encontrada foi realizar uma exposição itinerante com visitas às escolas do Município. **“Se não contarmos essa história, ela vai morrer. É importante saberem, por exemplo, quem foi Silva Paes. Esse homem foi um herói”**, destacou José. O amor dos irmãos pela história do Município é visível através do cuidado com que as peças são feitas. Todas pintadas minuciosamente, com detalhes enriquecedores e verossímeis. Desde a localização dos fortes no Município, assim como sua distribuição interna, que incluía hospital, igreja, casa do comandante, casa dos oficiais, armazém e quartel de armas, até os trajes de cada tropa e inclusive a vestimenta do homem do campo com utensílios como a bolhadeira, tudo é fielmente retratado com base em estudos sobre a história.

Foto: Fábio Dutra



Alunos da escola Helena Small receberam a exposição



FONTE: Jornal Agora

Como foi dito anteriormente, deixamos esta reportagem do Jornal Agora como última imagem para este subcapítulo por ser tão significativa para nós, por se tratar novamente de um periódico que tem uma grande tiragem no município de Rio Grande e por se tratar de um fato histórico rio-grandino diretamente com os jovens estudantes da cidade. Esta reportagem nos evidencia, em parte, como o surgimento da cidade do Rio Grande e o Rio Grande do Sul são expostos nas escolas da rede pública do município, ela também serve de porta de entrada para as questões acerca do livro didático que abordaremos em seguida.

Percebe-se que o discurso feito na reportagem segue a mesma linha das reportagens anteriores aqui mostradas, de uma cidade erguida por heróis militares portugueses³¹. Também fazendo referência, mesmo que de forma muitíssimo breve, a invasão espanhola, sem fazer ressalvas acerca dos conflitos gerados pelas coroas

³¹ **“Se não contarmos essa história, ela vai morrer. É importante saberem, por exemplo, quem foi Silva Paes. Esse homem foi um herói”**, trecho retirado do jornal acima, onde o responsável pela exposição demonstra sua visão acerca da cidade do Rio Grande.

portuguesa e espanhola através de seus tratados e novamente grupos de populações negras e indígenas são escanteados pela reportagem, o que nos faz refletir de como eram feitas estas exposições itinerantes nas escolas municipais? E de que forma eram explicitados os acontecimentos ocorridos no século XVIII desta região?

Acerca da exposição feita nas escolas, não temos como afirmar a abordagem feita. Porém, é possível ter uma ideia de como foram feitas através do discurso produzido por um dos realizadores do projeto, como o próprio realizador afirma na reportagem acima: *“se não contamos essa história, ela vai morrer. É importante saberem, por exemplo, quem foi Silva Paes. Esse homem foi um herói.”*, como é possível observar o projeto tem uma perspectiva histórica bem demarcada: é exaltar heróis, através de um viés conservador e eurocêntrico, negando a riquíssima contribuição de outros personagens desta história local.

Portanto, se o jornal, como empresa capitalista, “tem como objetivo principal a obtenção de lucros, gerando assim mercadorias políticas”, também como “órgão privado” (...) “exerça uma função pública de informação política” (BAZAGA; ROMANO, 2012); sua credibilidade e financiamento, via propagandas e assinaturas reproduz, mas também produz informações e conteúdos, que este público financiador deseja ler e se associa, compartilha, tem afinidade.

Como já foi dito acima, que cerca de 93% da tiragem do jornal é feita para seus assinantes, ou seja, uma parcela da população rio-grandina que possui um poder aquisitivo maior que a massa trabalhadora da cidade e nesse sentido, esse público com melhores condições da cidade ainda procura se agarrar na falácia de uma cidade açoriana, seja por ignorância ou por uma manutenção de poder já estabelecida.

Diante deste conjunto de reportagens do periódico Jornal Agora, como exemplos, poderíamos afirmar inicialmente de que o discurso *que se vende* sobre a região é que foi constituída quase que exclusivamente por europeus e militares luso-brasileiros. E, neste sentido, a existência de povos indígenas, o constante fluxo de espanhóis oriundos da região do Prata, as populações negras, seja escravizada ou mão de obra livre, e também as mulheres trazidas para servirem de afago aos militares solteiros, são silenciadas nesta história, diríamos hegemônica e simplista, pois desconsidera a complexidade das tramas sociais, da desigualdade e dos conflitos que ocorrem ao longo da história da cidade.

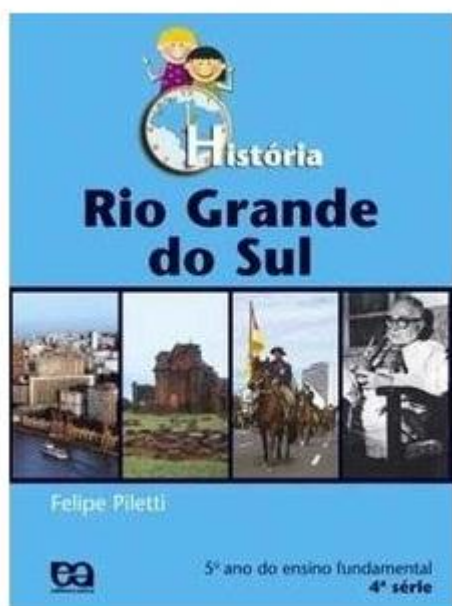
1.3. Terceiro exemplo: o livro didático como ferramenta auxiliar para a construção de um discurso que marginaliza

A valoração dos povos distintos, sejam aqueles que já aqui viviam ou aqueles que foram trazidos a força para serem escravizados, é deixada, ao longo dos séculos, à margem dos livros didáticos de história, ou, se aparecem, são em poucos casos e de forma marginal ou depreciativa de sua selvageria ou barbárie. Na cidade do Rio Grande não parece ser diferente, ao menos foi o que constatamos quanto a utilização do livro *“História Rio Grande do Sul: história regional”* de 4º e 5º anos do ensino fundamental, elaborado por Felipe Piletti e que fora utilizado pelas escolas municipais do município 2011,2012 e 2013.O referido livro vem sendo produzido desde o ano de 2006 e teve sua reedição até o ano de 2012, conforme a figura abaixo.

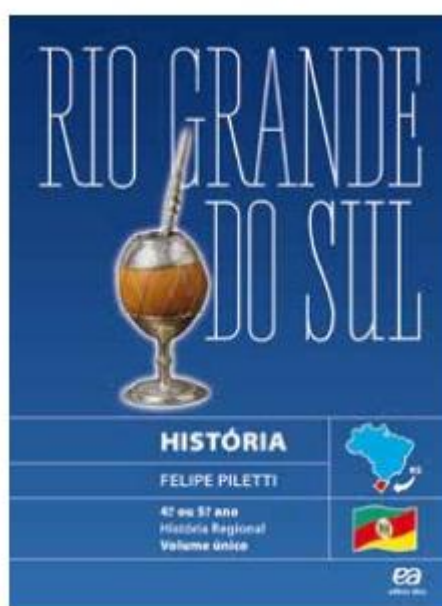
Salientamos aqui, que durante este período de cerca de sete anos em que este material didático foi produzido para as escolas públicas do Rio Grande do Sul, o mesmo obteve numa mesma edição inúmeras reimpressões, fato este que nos mostra que seu alcance frente ao público infantil tenha sido de significativo impacto.

Figura 6 Capas da 1 e 3ª edição do livro didático.

Capa 1. 1ª edição – 2006



Capa 2. 3ª edição - 2012



FONTE: Produzida pelo autor

A partir da constatação da grande gama de estudantes que este material didático atingiu, procuramos analisar e trazer para essa pesquisa aspectos e constatações acerca da seletividade de como é tratado derivados fatos históricos da nossa região sul e com maior atenção para a região sul do Rio Grande do Sul, por se tratar da nossa região de pesquisa. Para Circe Bittencourt, o livro didático:

(...) é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança e etnia de acordo com os preceitos da sociedade branca. (BITTENCOURT, 2012, p.72)

Debruçado no que aponta a pesquisadora Circe Bitencourt, referente às ilustrações produzidas ao longo do tempo nos materiais didáticos brasileiros que são distribuídos para as escolas públicas e que em inúmeras situações tornam-se a ferramenta principal de acesso ao conhecimento, fomos analisar o que dizia os *Guias de Livros Didáticos*, produzidos pelo Ministério da Educação. Este guia serve como base de análise para as secretarias municipais de educação e os professores responsáveis pela escolha dos livros didáticos. De nossa leitura e sistematização, acerca do livro didático “*História Rio Grande do Sul: história regional*” procuramos, em primeiro, como o referido livro era apresentado no *Guia de Livros Didáticos PNLD 2013* e nos deparamos com as seguintes observações:

O Livro Didático Regional destinado ao estado do Rio Grande do Sul apresenta a organização de conteúdos baseada no eixo cronológico, entendida a História como configurada por rupturas e permanências. (...) No Livro do Aluno, a proposta se efetiva ao destacar, por exemplo, o emprego de conhecimentos prévios e as atividades que desenvolvem competências argumentativas e o convívio social.(...) **Também são abordadas questões que envolvem o preconceito, a História dos africanos, afrodescendentes e povos indígenas, mas pouco explora a vivência contemporânea desses sujeitos.** (PNLD, 2013) **grifo nosso.**

Conforme podemos observar, já no início da avaliação deste determinado livro pelo MEC identificamos que seus avaliadores entendem que embora o livro se proponha a aguçar as questões do convívio social dos alunos acerca dos conteúdos históricos, as rupturas e permanências, o mesmo é feito de forma seletiva, não contextualizando determinadas situações com a realidade encontrada pelos alunos em seu convívio social diário.

Seguindo com a análise feita pelo Guia em relação ao livro didático aqui mencionado, fica muito evidente como determinados grupos tornam-se quase que fantasmas nos processos históricos e nos espaços que lhes são cedidos neste material didático. O trecho a seguir que destacamos serve como exemplificação. Para os construtores do Guia de Livros Didáticos 2013:

O respeito à diversidade e a implantação do ensino de **História da África, da cultura afro-brasileira e da História indígena** são discutidos no interior das orientações específicas para cada capítulo. Há promoção do reconhecimento da diferença e discussão sobre a diversidade étnica e cultural da população do Rio Grande do Sul, **mas as diferentes imagens pouco representam a diversidade étnica brasileira**. A obra questiona o preconceito, mas não explora a herança africana na sociedade do Rio Grande do Sul. Concentra a experiência dos africanos e afro-brasileiros no período relativo à escravidão. Além disso, discute a História dos povos indígenas, tanto no período da colonização quanto nos dias atuais, concebendo-os como sujeitos de direito e que lutam pela posse de suas terras, **embora nada revele sobre esses agentes no período monárquico**. (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS, 2013)

Novamente, os responsáveis pela elaboração do documento que serve como base de apoio, por parte das secretarias de educação e dos professores, para a aquisição dos livros didáticos mostram que embora o livro produzido por Felipe Piletti traga as discussões acerca da História indígena e História da cultura afro-brasileira, ela se dá de forma excludente da encontrada na sociedade brasileira e por consequência nas escolas brasileiras, ou seja, estas demandas como a cultura afro e cultura indígena são tratadas como materiais de segunda grandeza e por se tratarem de leis que obrigam que elas estejam nos materiais produzidos para as escolas.

O autor Felipe Piletti apresenta seu livro didático para os alunos de 4^o e 5^o ano com a seguinte mensagem:

Caro aluno: Neste livro você vai estudar um pouco da história do Rio Grande do Sul. **Vai conhecer os diferentes povos que construíram esse estado e os acontecimentos importantes que marcaram a história gaúcha**. A História, no entanto, não é feita apenas de acontecimentos marcantes. Ela é também construída no dia a dia. E cada uma de nossas ações contribui para essa construção. **Por isso, através deste livro você também vai poder pensar sobre a relação entre o nosso passado e o nosso presente**. Assim, vai se sentir mais integrado ao mundo em que vivemos e vai poder contribuir para torná-lo melhor e mais bonito. Aproxime-se, então, e **juntos vamos conhecer alguns dos causos que fizeram a história do nosso estado e as pessoas e**

povos que ajudaram a construí-la, descobrindo também um pouco mais sobre nós mesmos! (PILETTI, 2012, p.03) grifo nosso

A apresentação do livro didático elaborado por Felipe Piletti apresenta aspectos que num primeiro momento poderiam nos fazer acreditar, que o material produzido por ele leva em consideração os diferentes grupos que participaram da construção do território sul brasileiro. Porém, como já evidenciamos anteriormente, não é exatamente o que suas cerca de 210 páginas apresentam.

Quando o autor diz que o estudante, através de seu livro, “*Vai conhecer os diferentes povos que construíram esse estado e os acontecimentos importantes que marcaram a história gaúcha.*” Nos leva a pensar que no conteúdo do livro serão apresentados e discutidos as contribuições, com rupturas e permanências, dos diferentes grupos e classes na formação do Estado do RGS. Mas, o que se apresenta na sua escrita é a exaltação dos portugueses em detrimento de grupos como indígenas e negros e a massificação de um discurso do europeu, Piletti afirma que: “Essas terras foram ocupadas lentamente e, por muitas vezes, os portugueses tiveram de enfrentar os povos indígenas, os padres jesuítas e os espanhóis”. Percebe-se que, para o autor, o nascimento de Rio Grande e por consequência do Rio Grande do Sul, é como uma forma de conter a invasão espanhola e assim evitar o contrabando³². No trecho a seguir, é enaltecido o papel do homem branco português na constituição e construção do território onde atualmente é localizada a cidade do Rio Grande como foi feito nos materiais antes analisados de apologia aos heróis luso-açorianos.

Para proteger o continente, a Coroa portuguesa criou em 1737 o presídio e o povoado de Rio Grande, no canal que dá acesso à laguna dos patos. (...) O presídio, chamado de Jesus-Maria-José, serviu também de ponto de apoio para a Colônia de Sacramento, frequentemente atacada pelos espanhóis. Além disso, possibilitou o povoamento da região por causa da vinda de centenas de pessoas, que se instalaram nas áreas ao redor dele. (PILETTI, 2012, p.41)

Embora no discurso seu livro diga apresentar as diferentes populações que fazem parte da construção deste território, os povos indígenas pouco aparecem nas páginas do livro ou quando são mostrados não é de forma importante para a

³² Sobre isso, Guilhermino Cesar diz que “nem o contrabando de víveres ou de tecidos, nem o de gado, nem o da prata e ouro foram por aqui mais rendosos do que o de carne humana. (...) A Companhia de Jesus, por exemplo, pugnava pela total liberdade do índio, mas aceitava a escravidão dos negros, ao ponto de importá-los para suas fazendas.” (1978, p.19)

formação do espaço do extremo sul e sim como povos que não seriam pertencentes a estes espaços por serem ou terem uma cultura nômade e, portanto não serem assim representantes desta terra³³. No caso das populações negras o discurso se parece em muito com os dos indígenas na escrita do livro, os negros que ali são apresentados estão, em sua maioria, como populações de escravos ou povos eu escravizados (PILETTI, 2012) o que lhes nega um lugar de destaque que deve ser dado. Embora Felipe Piletti diga oportunizar um ensino dos diferentes grupos na participação na formação da cidade do Rio Grande e do Rio Grande do Sul, o espaço que lhes é dado em *“História Rio Grande do Sul: história regional”* é o de subalternos aos portugueses e de marginais desta região.

Como foi visto, nos subcapítulos acima, a história do extremo sul do Brasil perpassa por inúmeros discursos que corroboram para uma criação/formação do território, subalterna aos colonizadores europeus. Para entender estes como se dão estes discursos coloniais é que trabalhamos o subcapítulo a seguir.

La colonialidad del saber: posibilidades e desafios

Para procurar entender e interpretar os discursos atuais – seja os dos jornais, eventos e livros didáticos - que reafirmam esta região como sendo basicamente povoada e desenvolvida por portugueses, buscamos suporte teórico nas contribuições de autores como Edgardo Lander, Walter Mignolo, Arturo Escobar e Anibal Quijano³⁴, que a partir de uma nova perspectiva de ver e pensar a América Latina passaram a questionar e produzir novas propostas de se pensar e agir frente às questões de uma América Latina apresentada sob um ótica própria e que procura quebrar com o pensamento colonial que ainda é muito forte e intrínseco, na grande maioria, dos pesquisadores latino-americanos. Lander afirma que:

³³“Os Guarani costumavam realizar constantes migrações, o que dificulta a comprovação de ligação histórica com às áreas que eles habitavam hoje em dia e a demarcação de suas terras”. (PILETTI, 2012, p.24)

³⁴ Autores estes que em conjunto com outros pesquisadores latino-americanos procuram estabelecer novas possibilidades de interpretar e de tornar protagonistas as diversas populações tão marginalizadas e discriminadas da América Latina. Nesta perspectiva eles elaboraram: LANDER, Edgardo. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. No qual nos debruçamos para debates e pesquisas do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais.

De acuerdo a Maritza Montero, a partir de las muchas voces en busca de formas alternativas de conocer que se han venido dando en América Latina en las últimas décadas, es posible hablar de la existencia de un “modo de ver el mundo, de interpretarlo y de actuar sobre él” que constituye propiamente un episteme con el cual “América Latina está ejerciendo su capacidad de ver y hacer desde una perspectiva Otra, colocada al fin en el lugar de Nosotros”. (LANDER, 2000, p.27)

Tal percepção e modo de ver e reescrever a história da América Latina torna possível novas perspectivas para interagir com a heterogeneidade do povo latino e das diferentes populações que lhes constituíram ao longo dos séculos.

Segundo (LANDER,2000) vivemos num sistema único de sociedade, que está pautado e controlado pelo mercado, tornando-nos parte de um sistema neoliberal onde tudo se mede pelo potencial de lucro que poderá render. Seguindo este raciocínio, as ciências sociais e seus cientistas também passam a refletir e produzir debates e conhecimentos a partir deste modelo de sociedade e para tanto tornando suas realidades estruturais num emaranhado de reflexões já pré-guiadas pela lógica do mercado.

Entendemos que com a história não é diferente, pois, embora tenhamos inúmeros historiadores que procuram uma reflexão mais aprofundada acerca de seus estudos e pesquisas, que por consequência se tornarão base, mesmo que mínima, de acesso ao conhecimento, também o que se percebe é uma enorme produção bibliográfica pautada e financiada pelos grupos que defendem com afinco o sistema predatório de poder de uns sobre os outros. Com isso, a América Latina ainda padece de uma ideia colonial de desenvolvimento, seja ela em nível de governo, sociedade, natureza e pensamento científico.

Lander (2000) também nos faz refletir sobre como ainda a produção científica esta enraizada nos ensinamentos iluministas do século XVIII, onde se procurava obter uma resposta simplista e concreta sobre determinado assunto, fosse ele religioso, científico ou a nível da natureza. Trazendo para nossa reflexão de pesquisa, observamos o quanto este pensamento é intrínseco nas afirmações acerca dos processos de povoamento e de utilização de espaços na cidade do Rio Grande.

Podemos ver nos escritos acima, a ideia única de população, ocupação e hereditariedade que nos contam através da história de Rio Grande e que proporcionam conflitos de inúmeras formas nos dias atuais na região. Conflitos que colocam nitidamente pressupostos opostos em relação ao entendimento de pertencimento e direitos a usufruir de forma equilibrada a exploração e impactos negativos decorrentes da transformação da natureza e na produção do ambiente da cidade, sejam eles, sociais ou ambientais. Sobre isso, Edgardo Lander nos diz que:

El universalismo de la filosofía de la historia de Hegel reproduce este mismo proceso sistemático de exclusiones. La historia es universal en cuanto *realización del espíritu universal*. Pero de este espíritu universal no participan igualmente todos los pueblos. (LANDER, 2000, p.19)

Conforme afirma Lander, veremos no capítulo a seguir³⁵, que embora os discursos produzidos por diferentes meios de informação da cidade do Rio Grande de sermos uma grande família que descende de gente *mui heroica* portuguesa. Mas, na hora de arcar com os prejuízos e os danos socioambientais produzidos por uma sociedade em colapso a massa pobre que é a que sofre com os danos e os descasos produzido por àqueles, os maiores beneficiados.

A colonialidade do poder que (MIGNOLO, 2000) nos evidência, é aquela que não nega e não procura reduzir as populações e por consequência das etnias que formaram e ainda formam o continente americano desde a invasão europeia:

(...) este marco de 500 años es el marco del mundo moderno/colonial desde distintas perspectivas de su imaginario, el cual no se reduce a la confrontación entre españoles y amerindios sino que se extiende al criollo (blanco, negro y mestizo), surgido de la importación de esclavos africanos como de la población blanca europea transplantada por sus propios intereses, en la mayoría de los casos, a las Américas. Que la etno-racialidad sea el punto de articulación del imaginario construido en y a partir del circuito comercial del Atlántico, no excluye los aspectos de clases, los cuales estaban dados de entrada en los repartimientos y en la transformación que experimentó la esclavitud. (MIGNOLO, 2000, p.63)

³⁵ Capítulo 2: A cidade do Rio Grande hoje: desigualdade ambiental e miséria social.

Tal perspectiva, que tem avançado de forma significativa em diferentes países da América Latina, e que aos poucos vem ocupando espaços nas pesquisas de pesquisadores brasileiros, frente a uma história produzida e contada por uma ótica europeia acerca da invasão do Brasil, tem possibilitado um *empoderamento* tardio de grupos que são esquecidos propositadamente há cerca de quinhentos anos. Walter Mignolo nos afirma que,

El panorama que acabo de esbozar no es una descripción del colonialismo sino de la colonialidad, de la construcción de mundo moderno en el ejercicio de la colonialidad del poder. Pero, también, las respuestas desde la diferencia colonial a la coerción programada o ejercida, por la colonialidad del poder. El imaginario del mundo moderno/colonial surgió de la compleja articulación de fuerzas, de voces oídas o apagadas, de memorias compactas o fracturadas, de historias contadas desde un solo lado que suprimieron otras memorias y de historias que se contaron y cuentan desde la doble conciencia que genera la diferencia colonial. En El siglo XVI, Sepúlveda y las Casas contribuyeron, de distinta manera y en distintas posiciones políticas a construir la diferencia colonial. (MIGNOLO, 2000, p.63)

Para o autor, precisamos assim, não mais sermos arrolados por uma visão simplista, elitista, racista e ultrapassada do ocidental europeu sobre as populações americanas (a história desde a perspectiva colonial, portanto, única e não relacional) e sua riquíssima miscigenação que é intrínseca a ela, pelo menos durante estes últimos cinco séculos que vivemos pós invasão europeia. Esta (des)colonialidade, também possibilitando a aproximação com uma história, de fato, latino-americana, feita, contada e vivida por estes povos – desde *abajo* - sem as condicionantes e as visões distorcidas europeias da colonização, mas sim em confronto, em contraponto e como o outro lado daquela história de *lacolonialidad*.

Para avançar na pesquisa, enquanto pesquisador iniciante procurei nestas bases teóricas orientações possíveis ao trilhar novos caminhos para entender e através disto ressignificar a história local³⁶. Neste rumo, Aníbal Quijano argumenta que:

³⁶E, como cidadão poder atuar juntamente com os grupos historicamente desfavorecidos da nossa região, e também enquanto grupo, juntamente com outros pesquisadores que fazem parte do Observatório dos Conflitos, viemos nos apoiando em teóricos como os acima evidenciados, que procuram através de uma ecologia política dar novas faces a História da América e com essas faces possibilitar a quebra de paradigmas de um conceito de raça superior como, embora há muito já se tenha tentado quebrar, ainda persiste nos discursos e atos de ódio com aqueles grupos que não são os europeus ocidentais.

En América, la idea de raza fue un modo de otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista. La posterior constitución de Europa como nueva id-entidad después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo, llevaron a la elaboración de la perspectiva eurocêntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos. Históricamente, eso significó una nueva manera de legitimar las ya antiguas ideas y prácticas de relaciones de superioridad/inferioridad entre dominados y dominantes. Desde entonces ha demostrado ser el más eficaz y perdurable instrumento de dominación social universal, pues de él pasó a depender inclusive otro igualmente universal, pero más antiguo, el inter-sexual o de género: los pueblos conquistados y dominados fueron situados en una posición natural de inferioridad y, en consecuencia, también sus rasgos fenotípicos, así como sus descubrimientos mentales y culturales⁷. De ese modo, raza se convirtió en el primer criterio fundamental para la distribución de la población mundial en los rangos, lugares y roles en la estructura de poder de la nueva sociedad. En otros términos, en el modo básico de clasificación social universal de la población mundial. (QUIJANO, 2000, p.203)

Neste processo, em que o pensamento colonial já não fale em nosso nome, é necessária a quebra com um pensamento cartesiano, positivista e de ideias e reflexões a partir da Europa para tentar explicar ou entender a América, o Brasil e a cidade do Rio Grande.

Para entendermos os processos históricos produzidos, nesta perspectiva, a partir do século XVIII nesta região geográfica que hoje compreendemos como Rio Grande do Sul e mais precisamente a cidade do Rio Grande, é necessário quebrar com a ideia de distinção de diferentes grupos regionais como se fossem assim diferentes grupos raciais. Quijano (2000) argumenta que o processo de colonialidade do poder passa, a partir do século XV em diante, a definir e separar o que até então eram nomenclaturas para definir a região de origem como: portugueses e espanhóis, em divisões raciais ou étnicas. Portanto o ser português ou espanhol deixou de ser unicamente um nascido em Portugal e Espanha e passou a ser um referencial que os distinguia dos demais como negros, indígenas e demais povos americanos.

Essa mudança de conceituação é notoriamente utilizada ainda hoje, se pensarmos como são tratados estes grupos de negros, indígenas e americanos de outras regiões nas representações da construção da identidade do **ser** rio-grandino. Mostramos isto, no panfleto produzido pela Prefeitura Municipal, nas diferentes reportagens do Jornal Agora e também no livro didático que é produzido para o

ensino de história das crianças das escolas municipais de ensino fundamental da cidade.

Seguindo as representações construídas ao longo dos anos, por diferentes atores sociais deste **ser** rio-grandino, que se constituiu através de costumes e práticas legitimamente portuguesa, ou no caso de Rio Grande, ainda mais particular: açoriana, são, a nosso ver, uma miscelânea de diversos grupos que por aqui habitavam ou que para cá foram trazidos. Sendo assim, não podemos negar as diferentes interconexões causadas pela troca de conhecimento destes grupos e que tornaram o extremo sul do Brasil nesta região pescadora/agricultura e que tem suas peculiaridades que o processo de globalização não entende e em muitos momentos não respeita e que por consequência acaba causando os inúmeros conflitos socioambientais que presenciamos na cidade do Rio Grande. Sobre estes saberes locais e suas peculiaridades Arturo Escobar diz:

Antropólogos, geógrafos y ecologistas políticos han demostrado con creciente elocuencia que muchas comunidades rurales del Tercer Mundo “construyen” la naturaleza de formas impresionantemente diferentes a las formas modernas dominantes: ellos designan, y por ende utilizan, los ambientes naturales de maneras muy particulares. Estudios etnográficos de los escenarios del Tercer Mundo descubren una cantidad de prácticas -significativamente diferentes- de pensar, relacionarse, construir y experimentar lo biológico y lo natural. (ESCOBAR, 2000, p. 118)

Através destas constatações do autor podemos fazer relação com a realidade encontrada nos conflitos protagonizados pelos processos desenvolvimentistas dos que detém o poder capital e político em contraponto com as comunidades do sul do Brasil que lutam por terras, moradias, qualidade, mínima, de vida e também por respeito à educação de seus filhos e parentes³⁷.

Portanto, entendemos que as representações de verdades absolutas tão defendidas e disseminadas por diferentes pesquisadores de diversas partes do mundo, no qual Quijano, Lander, Mignolo e outros vão de encontro, já não cabem nas discussões e debates que procuramos estabelecer, para assim haver uma abertura para aqueles que até então na cidade do Rio Grande são mantidos como

³⁷ Sobre isto ver: *No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas/Rio Grande, RS)* In: MACHADO, Carlos R. S. et al. **A Educação no Extremo Sul do Brasil: contribuições ao estudo e à pesquisa da (in)sustentabilidade da qualidade e da democracia nas políticas educacionais**. 2. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. v. 13. 139p.

os estranhos, os de fora, os não pertencentes a esta história de descendência europeia e branca e que, por consequência, seriam os que sustentariam as situações de conflitos gerados na cidade.

Na esteira destes apontamentos (KÜHN, 2002) destaca a importância de se quebrar com os mitos e as representações do passado para que se possa, de fato, ter uma nova perspectiva acerca da história do Rio Grande do Sul, onde a historiografia tradicional já não dá mais conta de explicar de forma ampla e desmistificada os processos de avanços, retrocessos, fronteiras e disputas do/no território rio-grandense.

Nota-se que embora importantes pesquisadores, como a professora Helen Osório e o professor Fábio Kühn, ambos os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, venham trabalhando para romper com esta visão simplista e limitada sobre questões como o surgimento do Rio Grande do Sul, o seu território, suas fronteiras e as constantes disputas que nele ocorreram (KÜHN, 2002), ainda é muito forte e constante, principalmente nos discursos rio-grandinos o mito fundador e de descendência de europeus portugueses. Mas, também ao negarem e marginalizarem qualquer outra possibilidade de se pensar e de agir nos dias atuais frente as verdades absolutas impostas historicamente na região. Sobre esta falácia do mito fundador no extremo sul do Brasil, Helen Osório nos diz que,

Ao contrário do que é veiculado por certa historiografia, que afirma ter sido as sesmarias concedidas a militares a principal forma de ocupação de terras, criando uma espécie de “mito fundador” dos direitos de propriedade e de uma determinada estrutura fundiária, verificamos que a distribuição de sesmarias não foi abundante na fronteira meridional, se comparada a outras capitânicas da América portuguesa: aproximadamente mil e seiscentas e cinquenta para o período de 1738 a 1823. (OSÓRIO, 2013, p.02)

Conforme aponta a autora, é possível perceber que tal discurso, ainda muito usado como subterfúgio para afirmar a legitimidade da apropriação desigual das terras no sul do Brasil por parte de militares portugueses e luso-brasileiros, pois desbravadores ou por terem realizado feitos heroicos, seriam uma falácia à qual se articula ao mito da formação da identidade e da memória que depois de 280 anos da cidade ainda persiste através dos tempos. Tal mito se articula a uma concepção vinculada à formação, ocupação e apropriação desigual da terra que se traduz numa perspectiva de relação entre a população e a natureza, a cidade e as raízes daquilo

que os rio-grandinos devem preservar e conservar como sustentável³⁸. Portanto, falácia que tem como objetivo justificar a desigual apropriação da terra, das riquezas e dos espaços de poder – instituições de poder na cidade – aos “descendentes” daqueles até o presente. Enfim, é a história das famílias das elites brancas, portuguesas e espanholas, e depois de imigrantes que teriam formado a cidade do Rio Grande, e das quais todos faríamos parte numa grande e única comunidade de iguais. Mito e senso comum que, mesmo na história ensinada na Universidade e nas escolas públicas é produzido e re-produzido, se relacionando à sustentação e preservação da continuidade da estrutura sócio-econômica-política existente de desigualdade ambiental na cidade e região.

Sendo assim, discutir tal realidade relacional entre a materialidade desigual das “relações sociais” na apropriação da riqueza, das terras e dos espaços de poder por parte de grupos minoritários em detrimento da grande maioria da população, seja ela pobre branca, pobre negra ou descendente dos habitantes originários desta terra quando da chegada dos “desbravadores” é parte desta pesquisa.

³⁸MACHADO, Carlos R S; SANTOS, Caio F. **A hora de acabar com as injustiças sociais e ambientais é agora.** PO DE GIZ, APROFURG, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande nº 435 abril /maio de 2013 ISSN 2178-3403.

2. A cidade do Rio Grande hoje: desigualdade ambiental e miséria social.

2.1. Quem são “os tantos do sacrifício”?

O filme brasileiro *Narradores de Javé*, do ano de 2003³⁹, traz muito fortemente questões que podemos relacionar com o que discutimos e analisamos nesta dissertação. O filme trata de uma comunidade (Javé) que está prestes a ser inundada por decorrência da construção de uma barragem, que conforme seus proponentes trarão o progresso e desenvolvimento para a região. Mas, os moradores que ali residem, vivem e que se constituíram a partir e neste local, não terão direito algum sobre as decisões acerca da região e não receberão atenção alguma por não terem como comprovar que são pertencentes a aquele local.

Os moradores só descobrem que poderiam adquirir o direito e a legitimidade pelas terras se produzissem um “documento científico”, ou seja, algo que lhes legitimasse como pertencentes a aquele local. A população de Javé, constituída por pessoas analfabetas, não teria como produzir tal documento, logo não teriam como provar. O enredo do filme nos possibilita observar que por se tratarem de pessoas pobres e sem o mínimo de instrução que lhes permitisse enfrentar tal demanda que a eles estava sendo apresentada.

Fazendo a relação deste filme com a dos conflitos na cidade do Rio Grande – no referente à apropriação desigual da terra na cidade e região –afirmaríamos a semelhança do que ocorreu desde o processo de ocupação desta região por parte da colônia portuguesa no século XVIII e XIX; e ainda hoje, com diversas comunidades e grupos do município nos dias de hoje⁴⁰.No caso de Rio Grande, um

³⁹“O filme tem direção de Eliane Caffé, roteiro de Eliane Caffé e Luiz Alberto de Abreu, produção de Vânia Catani e no elenco conta com José Dumont (como Antônio Biá), Gero Camilo (como Firmino), Nelson Dantas (como Vicentino), Silvia Leblon (como Maria Dina) e outros. Foi rodado entre junho e setembro de 2001, em Gameleira da Lapa, cidade do interior da Bahia. Recebeu vários prêmios, entre eles: nove prêmios no Festival de Recife 2003, incluindo melhor filme; melhor filme também no Festival de Cinema das 3 Américas, de Québec/ Canadá, e no Festival de Buxelas – IndependentFilm.” (CARDOSO, 2008, p.02). Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_04_ABRILMAIOJUNHO_2008_Heloisa_Helena_Pacheco_Cardoso.pdf> Acesso em Fev. 2017.

⁴⁰ Alguns desses casos atuais veremos mais adiante, quando apresentamos algumas das pesquisas realizadas pelo Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, no subcapítulo **2.4.O panorama dos conflitos socioambientais na/da região.**

grupo, os açorianos, ou aqueles que falam em nome deles, passaram a contar a história do local como sendo de origem exclusivamente portuguesa e assim deslegitimando qualquer outro grupo como também pertencentes e construtores através de seu trabalho, de seus diferentes hábitos, costumes e culturas⁴¹.

Numa passagem logo no início do filme, em que parte da comunidade Javé que será atingida, está reunida para debater e entender como estão correndo o processo de perda de suas terras, um dos personagens, Vado, fala o seguinte:

(...) os engenheiros abriram os mapas na nossa frente e explicaram tudinho nos por menor, tudo com os números, as fotos, um tanto delas e iam explicando pra gente os ganhos e os progressos que a usina vai trazer. **Vão ter que sacrificar uns tantos pra beneficiar a maioria, a maioria eu não sei quem são, mas nois é que samu os tantos do sacrifício.** (TRECHO DO FILME NARRADORES DE JAVÉ, 2003) (grifo nosso)

Podemos afirmar pelo que pesquisamos e apresentamos nesta dissertação que este discurso que o personagem *Vado*, do filme *Narradores de Javé*, tem sido uma realidade constante em diversas situações de conflitos ambientais na cidade do Rio Grande. Histórias que se assemelham a casos ocorridos, e que ocorrem na cidade e na região, nas quais a maioria dos prejudicados são os mesmos, os pobres, os desinformados, os que “não pertencem” àquela região; e os beneficiados uma minoria, como o empresariado, os setores e grupos vinculados ao agronegócio, os influentes politicamente e os espertos ligados a tais grupos ou aproveitadores das oportunidades, portanto, as elites e seus agregados constituídos historicamente aqui em Rio Grande e na região do extremo sul do Brasil.

A cidade do Rio Grande tem apresentado cada vez mais casos de conflitos que estão ligados a terra, a moradia, a saneamento básico, a educação e que expõe as diferentes injustiças que colocam em confronto grupos que estão interessados na especulação imobiliária, escoamento das produções ligadas ao agronegócio,

⁴¹ Dentre eles estão: *Rio Grande portuguesa com certeza; Histórias de Vidas Luso Rio-Grandinas* de Maria de Lourdes da Rocha Piragine; *Vultos do Rio Grande: da cidade e do município* de Diego Vignoli das Neves.

interesses desenvolvimentistas que contribuem para o enriquecimento de poucos em detrimento da miséria social e exploração de muitos⁴².

São estas relações dissonantes entre o muito e o pouco, entre os que possuem muito e aqueles que nada têm entre os que degradam em proveito próprio e os que sofrem os danos da degradação socioambiental, que os educadores ambientais têm o dever de considerar em seu papel de educador e mediador social e ambiental. Neste sentido, o educador ambiental, e por que não também, o historiador, conforme Isabel Carvalho seria/é

(...) o educador ambiental é, sobretudo, um mediador da compreensão das relações que os grupos com os quais ele trabalha estabelecem com o meio ambiente. Atua, assim, como um intérprete dessas relações, um coordenador das ações grupais e/ou individuais, que visa proporcionar novas experiências de aprendizagem e novas posturas em face do ambiente natural e social. O entendimento do que sejam os problemas ambientais na EA Crítica passa por uma visão do meio ambiente como um campo de sentidos socialmente construído e, como tal, atravessado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse que caracterizam a esfera pública. (CARVALHO, 2008, p.14)

Entendemos assim, como educador/historiador ambiental ao interpretar as relações com o meio ambiente/a natureza, os conflitos seriam gerados a partir da demanda de lutas e utopias alicerçadas numa realidade de enfrentamento dos grupos explorados frente aqueles que lhes explora. Nossa perspectiva neste capítulo é demonstrar que sim a cidade do Rio Grande é marcada por conflitos seja de ordem social, ambiental, de identidade que afligem sua população e causam injustiças de diferentes proporções.

2.2. Injustiça e desigualdade ambiental na região da cidade do Rio Grande

Para entender estas situações de conflitos que ocorrem com enorme frequência no Brasil, e na cidade do Rio Grande, me utilizei de um conceito de base à nossa pesquisa - o de *Justiça Ambiental* -, na intenção de explorar as questões relacionadas às injustiças ambientais, decorrentes no modelo de sociedade ao qual

⁴² Conforme apresentamos nas figuras 11 e 12 das páginas 63-64 deste trabalho.

todos nós estamos inseridos, apoiando-nos no professor/pesquisador Henri Acselrad⁴³; e no livro *O Que é Justiça Ambiental* de Henri Acselrad, Cecilia Mello e Gustavo Bezerra.

Os autores afirmam que na maioria das vezes, os que tendem a ser prejudicados pelo processo desenfreado de produção e consumo, são os grupos de baixa renda, os grupos étnicos historicamente inferiorizados e aqueles com um menor grau de educação.

(...) é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.12)

A realidade social e ambiental desses grupos está diretamente ligada à má utilização dos recursos naturais por parte de um pequeno grupo no qual tais injustiças dificilmente chegam, pois são estes que as geram; mas quem as sente em maior número e impacto são aqueles que em quase nada desfrutam dos lucros e das riquezas geradas por eles.

Nossa pesquisa de mestrado, a partir disso, então procurou identificar como que no processo de ocupação do território, onde hoje é denominado de Rio Grande do Sul, alguns grupos certificaram-se de apropriar-se da região e dos bens por ela gerados, enquanto outros grupos como negros, indígenas e hispano-americanos foram marginalizados de tais locais e como ao longo da história da região estes sofrem com as injustiças ambientais. Embora tenha se passado cerca de três séculos desde o processo de ocupação e exploração deste território, ainda hoje é causadora de impactos negativos, pois:

(...) é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder, recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente. (ACSELRAD, et al, 2009, p.12)

⁴³ Henri Acselrad possui mestrado em Economia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e doutorado em Planejamento, Econ. Pública e Org. do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1980). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelos de desenvolvimento e conflitos ambientais; Ecologia política da sustentabilidade; Política e regulação ambiental; Apropriações sociais da sustentabilidade urbana; Movimentos sociais, desigualdade e justiça ambiental; Cartografia social. **Informado pelo autor na plataforma Lattes.**

Este movimento de justiça ambiental dialoga com nossas expectativas de alertar e evidenciar que, embora sejam um momento diferente do século XVIII, os impactos, os riscos, os desastres ambientais e os conflitos ambientais da cidade do Rio Grande hoje, poderão ter sido geradores ou uma consequência da exploração humana, ambiental e social, históricas da natureza na e da região em benefícios de poucos. Além disso, as injustiças tem no pensamento colonizador voltado para a exploração das riquezas em detrimento da manutenção da coroa portuguesa, que estava extremamente enfraquecida no século XVIII, sua justificação que vigora ainda hoje com pequenas modificações em seus argumentos.

O movimento de justiça ambiental, que começa a ganhar força a partir da década de 80 do século passado, com seus atores trazendo as questões sociais, territoriais, ligadas aos direitos civis e ambientais (ACSELRAD, et al, 2009). Tais afirmações nos evidenciam o quanto esta luta por justiça ambiental ainda é recente e o quanto é preciso legitimá-la para que suas pesquisas e efeitos na sociedade possam continuar de forma sólida e assim sejam capazes de, se não acabar com as degradações, os impactos, os riscos e as injustiças, amenizar de forma significativa a constante nocividade que estes grupos impactados sofrem.

Para Acselrad (2013, p.10):

Os sujeitos das lutas por justiça ambiental denunciam, portanto, a vigência, por parte das forças hegemônicas, de uma “irresponsabilidade organizada”, como diria Ulrich Beck⁴⁴, mas “classista”, posto que os grandes projetos hidrelétricos, minerários e monoculturais expropriam de seus recursos os grupos sociais mais despossuídos, ao mesmo tempo em que pouca atenção governamental é destinada a proteger ou remediar o risco sofrido particularmente por grupos sociais menos capazes de se afastar das fontes de risco – trabalhadores e moradores pobres residindo ou trabalhando em áreas onde o preço é mais barato e para onde o mercado, apoiado na omissão política do Estado – quando não os próprios projetos financiados e promovidos pelo Estado – destinam sistematicamente as atividades geradoras de risco.

É extremamente necessário que os grupos mais atingidos possam participar e influenciar nas problemáticas ambientais que lhes assolam. Sobre esta

⁴⁴ U. Beck, From Industrial Society to Risk Society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment. *Theory, Culture e Society*, v, 9, p.97-123, 1992.

problemática entendemos que a desigualdade ambiental se amenizará a partir do momento que entendermos que:

Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerado como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material. Além de diversos, os sujeitos se localizam desigualmente na sociedade. São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza. Fato que chama a atenção para as desigualdades na distribuição dos recursos naturais [desigualdade ambiental] e dos riscos do desenvolvimento [injustiça ambiental]. Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre os direitos para o debate sobre interesses. (ZHOURI; TEIXEIRA, 2010, p.444).

Nesta levada, se pode problematizar como o acesso ao que é produzido, é extremamente desigual, mostram-nos que uma pequena parcela da população mundial consome a grande maioria do que é produzido pelo restante da população (ACSELRAD, et al, 2009,p.37). Isto evidencia como nossas práticas diárias estão intrinsecamente ligadas a manipulação de uma pequena esfera de poder que nos permite ou não consumir tal bem, seja ele natural ou industrializado e assim nos ratifica como o pensamento colonial ainda está presente nas nossas relações. Embora não sejamos mais colônia de superpotências exploradoras, o pensamento de dominação de nações ou, na realidade atual, de grupos/corporações sobre os demais ainda persiste.

Entendemos que o movimento de Justiça Ambiental, do qual autores como Henri Acselrad propõem não é capaz de responder todas nossas angustias ideológicas, também sabemos que não é esse o propósito do autor e de suas reflexões e pesquisas, porém, assemelha-se muito com o que acreditamos com relação a tornar nossa sociedade menos injusta. Também sabemos que este referencial teórico não poderá nos trazer respostas definitivas frente às demandas que se apresentam diariamente, tanto no meio intelectual da academia, quanto também nas nossas adversidades enfrentadas diariamente no campo pessoal.

Portanto, mais do que uma receita pronta para o sucesso, como se tem nos intermináveis livros de autoajuda que brotam diariamente nas prateleiras das

livrarias do mundo, apoiamo-nos nas contribuições teóricas do movimento de *Justiça Ambiental* como ferramenta de suporte para avançar na utopia de uma sociedade melhor, onde não se tenha exploradores sedentos por poder e controle da natureza e do homem.

2.3. Os dados de uma cidade desigual

A cidade do Rio Grande desenha-se desigual, desde o processo de ocupação em 1737, quando grupos de militares luso-brasileiros estabeleceram-se aqui amparados por fortificações e já passando a explorar ambiental e socialmente a região. Ambiental por não estarem na região com o propósito de estabelecer raízes e sim de utilizá-la como território estratégico de enfrentamento com a coroa espanhola que ocupava a região da Bacia do Prata⁴⁵. Mas, já nas primeiras expedições de povoamento, os militares traziam população negra para o trabalho escravo, mulheres para prostituição aos militares e também a população indígena que por aqui habitavam era exploração em serviços que os luso-brasileiros não tinham o domínio por serem típicos da região pampiana (QUEIROZ, 1985).

Esta região, fora durante muito tempo somente de interesse fronteiriço para a coroa portuguesa, por de tratar de uma região de difícil acesso e de poucas riquezas com potencial de exploração para as pretensões dos portugueses. Já acostumados com uma ideia de exploração imediata do território americano, a região não apresentava, na visão dos exploradores, riquezas naturais que lhes pudessem trazer algum lucro significativo. Durante muito tempo tratou-se, este local com desdém e repulsa por parte dos portugueses e também por europeus que por aqui passavam. Este é o caso, por exemplo, do conhecido viajante naturalista francês Auguste de Saint-Hillaire que em sua passagem por aqui e que num de seus relatos de viagem escreveu:

(...) Nada se iguala à **tristeza desses lugares**. De um lado, o bramir do oceano; e do outro, o rio. O terreno, extremamente plano e quase ao nível do mar, é todo **areal esbranquiçado**, onde crescem plantas esparsas, principalmente o senecio. **As choupanas, mal**

⁴⁵ Por Buenos Aires, sede do vice-reino do Prata, era escoado parte significativa da prata explorada e extraída da região andina.

conservadas, só anunciam miséria: destroços de embarcações semi-enterradas na areia recordam pungentes desgraças e nossa alma se enche, pouco a pouco, de melancolia e terror.(CIPRIANO, 2009, p.51, apud Saint Hillaire: 1820: 100)

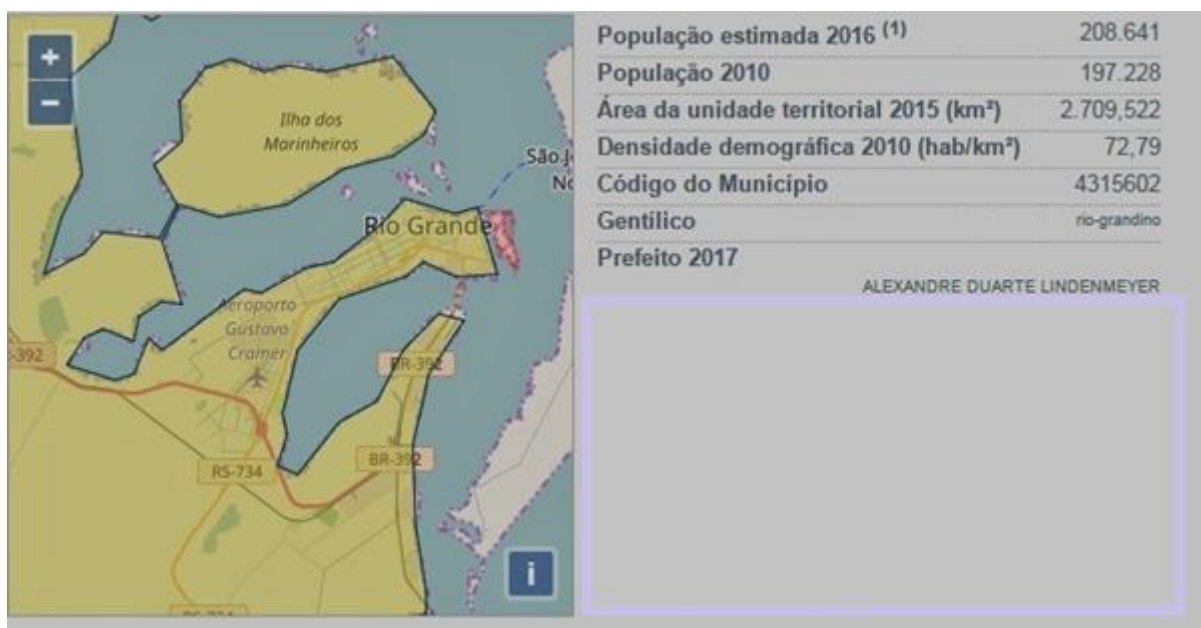
O viajante naturalista Auguste de Saint-Hillaire apresenta em seus relatos, um cenário devastador do território que aqui se passava a povoar com as populações europeias, africanas, luso-brasileira e nativa. Tais abordagens feitas pelo viajante nos certificam que o discurso de construção do povoamento do território como sendo de uma grande “família” lusitana, onde a ordem e pacificação predominavam, é, se não fictício, ao menos romantizado por aqueles que produzem tais discursos hoje.

Após diversos conflitos⁴⁶ entre Portugal e Espanha na disputa pela ocupação do espaço onde hoje se localiza o extremo sul do Brasil, dentre o mais significativo o que ocasionou a perda do território, por parte dos portugueses, para os espanhóis por cerca de treze anos⁴⁷, Rio Grande possui, atualmente, um território de aproximadamente 2,800 km², como podemos observar abaixo.

⁴⁶ Ver em: **A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina**, de Maria Fernanda Baptista Bicalho. Disponível em < http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf > . Acesso em Fev. 2017

⁴⁷ Sobre isto ver em: *O Poente e o Nascente do projeto luso-brasileiro (1763- 1776)* de Luiz Henrique Torres.

Figura 7: Cidade do Rio Grande



FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Como podemos observar nos dados acima elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada no ano de 2016 gira em torno de duzentos e oito mil habitantes⁴⁸. Embora seja uma região demarcada por um grande território, a realidade urbana da cidade é demarcada por uma faixa estreita da região e que tem sido ampliado sobre terrenos alagadiços e de areia ao entorno do canal do Rio Grande, devido a falta de moradia apropriada para a população crescente da cidade do Rio Grande(CIPRIANO 2015). Notoriamente a formação de moradias nestas regiões de alagadiços ou areais se dá, em grande parte, pela população pobre da cidade, seja, pela má estruturação do município frente ao crescimento populacional ou mesmo por força da forte especulação imobiliária que empurra e marginaliza os de classe baixa para as zonas periféricas⁴⁹.

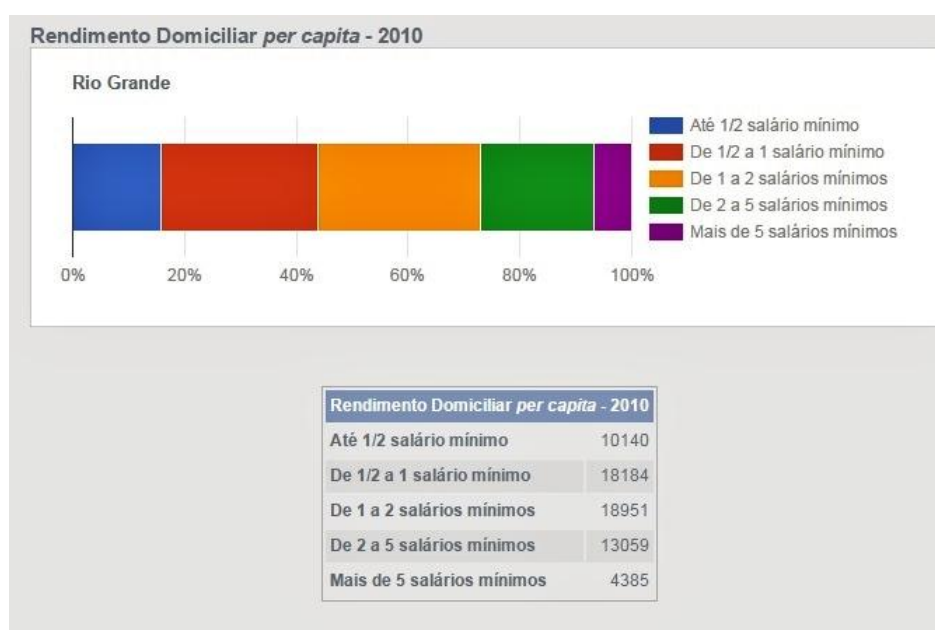
Portanto, a falta de moradia ou suas localizações em áreas inapropriadas, atinge a população mais pobre e sem condições de morar em outras lugares da cidade. Mas, por outro lado, a desigualdade e a disparidade de renda familiar no/do

⁴⁸ Destacamos que os dados do IBGE aqui trazidos são referentes, em sua maioria, ao censo de 2010 e neste momento a população estimada estava em torno de 197,228 habitantes. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431560&search=||infoqr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>> .

⁴⁹ Ver mais em: *O bairro Getúlio Vargas e a faxina dos anos 1970 (Rio Grande-RS): remoção de moradias, destruição de histórias das pessoas e a produção da desigualdade ambiental*. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano Dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. *Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

município do Rio Grande no censo⁵⁰ de 2010, portanto no auge do polo naval, mostra-nos de forma mais límpida a configuração desigual inclusive neste item na cidade e região. Situação e condição que afeta nas questões referentes a moradia, mas também a educação, a falta de segurança e de saneamento básico, ou seja, está diretamente ligado a qualidade de vida da maioria da população rio-grandina.

Figura 8: Renda familiar do rio-grandino.



FONTE: IBGE 2010

Se esmiuçarmos esses números, percebemos que do total de sessenta e quatro mil setecentos e dezenove famílias trazidas pelo gráfico do IBGE no ano de 2010, vinte e oito mil trezentos e vinte e quatro famílias, ou seja, algo aproximado a 45% das famílias rio-grandinas possuem uma renda máxima de um salário mínimo per capita, e que desta renda deve-se retirar moradia, saneamento, educação, alimentação dentre outras necessidades básicas para uma qualidade mínima de vida. Levando em conta que no ano de 2010, o número de emprego na indústria do polo naval encontrava-se em alta, realidade totalmente diferente dos dias atuais onde já tivemos demissões em massa, portanto, esses números de famílias que

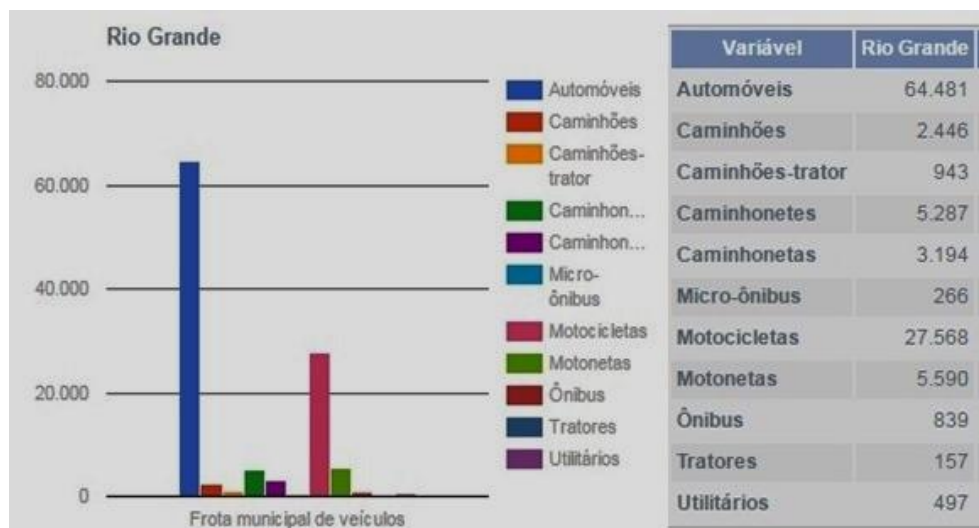
⁵⁰ O Censo 2010 é um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios, ou seja, ele nos diz como somos, onde estamos e como vivemos. No Censo 2010, mais de 190 mil recenseadores visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros. Neste site você encontra as informações sobre todas as etapas de realização do Censo 2010, com destaque para os resultados da pesquisa. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>>.

vivem com renda um salário mínimo per capita, provavelmente, deve ter aumentado consideravelmente e agravado ainda mais a pobreza na região.

A cidade do Rio Grande, assim como a maioria das cidades do mundo, está intrinsecamente envolvida pelo consumismo exacerbado, onde a sociedade capitalista nos impõe a cada dia o peso de estarmos adquirindo incessantemente os produtos produzidos pela exploração humana e da natureza. Esta ideia de que só estamos realizados, quando estamos adquirindo novos produtos tem nos tornado a sociedade que em menos tempo é a que mais degradou o meio ambiente.

Dentre os produtos que estão com o alto poder nocivo ao meio ambiente no século XXI e que estão com um exponencial aumento de produção está o veículo particular⁵¹, que vem tornando os meios urbanos em verdadeiros caos, tanto no aspecto da locomoção, quanto na qualidade de vida devido aos altos índices de poluição. O aumento de automóveis era um indicador de progresso e desenvolvimento por parte das empresas e governo municipal em apologia ao que viria com o pólo naval nos anos 2005 e 2006.

Figura 9: Frota de veículos em Rio Grande.



FONTE: Produzida pelo autor, a partir de dados do IBGE 2010.

Os números apresentados pelo IBGE 2010, referente à frota de veículos da população rio-grandina com a população total e a estrutura viária do município é possível mensurar o caos de locomoção que é vivenciado todos os dias. Se

⁵¹ Sobre isto ver: *Automóveis: excesso e suas consequências*. Disponível em <http://www.extecamp.unicamp.br/gestaodainovacao/biblioteca/Revista_ComCiencia_10_06_08.pdf>

somarmos todos os veículos elencados no gráfico acima, chegamos ao absurdo número de cento e seis mil e trinta e oito veículos para uma população de cerca de cento e noventa e oito mil habitantes aproximadamente⁵², o que nos remete a cerca de um veículo a cada duas pessoas no município.

E se ainda levarmos em consideração o gráfico anterior em que apresenta o número de famílias com renda per capita de até um salário mínimo na cidade do Rio Grande, esta frota veicular rio-grandina torna-se ainda mais absurda.

Estes dados nos ajudam a mapear a desigualdade na cidade do Rio Grande, e conseqüências as causas ou as motivações para os inúmeros conflitos que surgem na cidade, e decorrem da radical e profunda desigualdade social e ambiental na existente cidade e região. Sabemos que estes conflitos não são exclusividade do extremo sul do Brasil, e que, embora trazendo outras demandas e atores envolvidos, está é uma realidade do Brasil e do sistema capitalista como um todo. Portanto, é a partir desta região e de seus conflitos que partimos para entender e a partir disto tentar, de alguma forma, uma alteração neste quadro caótico que é este modelo de sociedade atual.

2.4. O panorama dos conflitos socioambientais na/da região

Nos anos de 2012, 2013 e 2014 atuei como bolsista voluntário do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, e isso me propiciou acompanhar uma série de estudos ligados a temáticas que envolvem esta região. Dentre estes, passei a tomar conhecimento dos conflitos, das desigualdades e as injustiças sociais e ambientais que, há muito, aqui vicejam.

O Observatório dos Conflitos Socioambientais e Urbanos percebe na realidade brasileira “a apropriação desigual da riqueza sobre o território impedindo a democratização em benefício de toda a sociedade”. Sob esta compreensão o grupo de pesquisa se dedica ao mapeamento e pesquisa de conflitos no Extremo Sul do Brasil para a promoção do debate público e contribuição para a justiça social. (AGUIRRE, RODRIGUES, MACHADO, 2013, p.01)

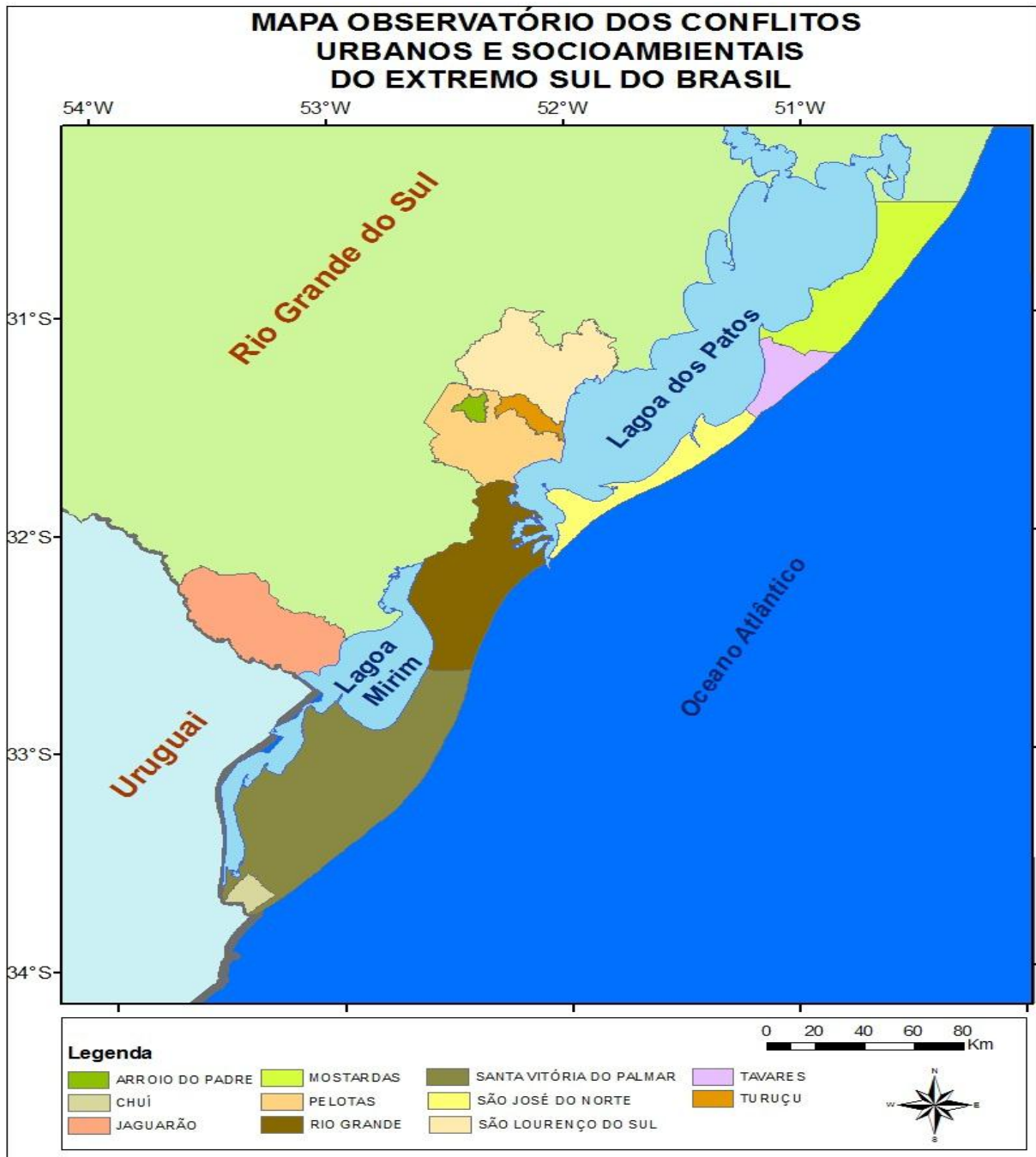
O Observatório dos Conflitos Socioambientais e Urbanos do Extremo Sul do Brasil passa a partir do ano de 2011, a fazer levantamentos em diferentes

⁵² Lembrando que este era o número estimado de população na cidade do Rio Grande no ano de 2010.

documentos, como jornais, revistas, documentos oficiais de órgãos públicos e privados, formando uma central de dados que possibilitam fazer levantamentos e apontamentos de conflitos em várias frentes de inúmeras comunidades que abrangem a região do Extremo Sul do Brasil.

O Observatório é composto por pesquisadores professores universitário e da rede pública, doutorandos, mestrandos, bolsistas e voluntários. Constitui-se em fins de 2010, e tem aprovado financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (SANTOS; MACHADO, 2013) para suas atividades. A região de atuação destes pesquisadores é mostrada no mapa da região elaborado Marcela Mascarello.

Figura 10 Região de atuação do Observatório dos Conflitos.



FONTE: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos. EXTREMO SUL DO BRASIL: UMA GRANDE “ZONA DE SACRIFÍCIO” OU “PARAISO DE POLUIÇÃO”. In: MACHADO, Carlos RS. et al. Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.181-204

Nas tabelas abaixo, elaboradas pelos pesquisadores Carlos Machado e Caio Floriano, ilustram o que apresentamos antes da existência de desigualdade e injustiça socioambiental para os quais os conflitos seriam indicadores de sua

existência. Ou seja, os conflitos indicam que alguém está sendo prejudicado e está se manifestando contra as causas geradoras de tal situação.

A primeira tabela se trata de levantamentos realizados em publicizações de sete municípios da região sul do estado, trazendo para o conhecimento dos interessados nas temáticas ligadas a pesca, luta de trabalhadores, mobilidade urbana, moradia, educação (MACHADO; FLORIANO, 2013,) um panorama de como estão aparecendo estes conflitos na região onde o observatório tem procurado mapear.

Figura 11 - Relação conflitos x publicização no Extremo Sul do Brasil.

Tabela 1: Conflitos Ambientais e Urbanos do Extremo Sul do Brasil do ano de 2011 - região de abrangência e atuação do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.

Categoria	Publicização e Conflitos/ município	Rio Grande	Pelotas	SJN	SVP	SLS	Arroio do Padre	Canguçu	total
Luta dos Trabalhadores	Publicização	32	17	04	-	09	-	-	62
	Conflitos	10	09	03	-	03	-	-	25
Educação	Publicização	05	01	01	-	-	-	-	07
	Conflitos	01	01	01	-	-	-	-	03
Gestão Urbana	Publicização	01	01	01	-	-	-	-	03
	Conflitos	01	01	01	-	-	-	-	03
Habitação /moradia popular	Publicização	06	04	-	-	-	-	-	10
	Conflitos	04	02	-	-	-	-	-	06
Mobilidade Urbana	Publicização	13	-	-	-	-	02	01	16
	Conflitos	04	-	-	-	-	01	01	06
Saúde	Publicização	06	-	-	-	-	-	-	06
	Conflitos	03	-	-	-	-	-	-	03
Pesca	Publicização	22	02	-	01	-	-	-	25
	Conflitos	04	01	-	01	-	-	-	06

FONTE: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos. EXTREMO SUL DO BRASIL: UMA GRANDE “ZONA DE SACRIFÍCIO” OU “PARAISO DE POLUIÇÃO”. In: MACHADO, Carlos RS. et al. Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.181-204

Como se pode observar há uma efervescente disputa de interesses na região do extremo sul do Brasil, que abrange inúmeras demandas, onde grupos

estão em constantes desvantagens frente a ganância do capital. Seja ela nos conflitos do Polo Naval, dos trabalhadores de diferentes áreas, da especulação imobiliária, que age com braço de ferro influenciando diretamente no deslocamento de famílias em vulnerabilidades extrema, na (i)mobilidade urbana que a cada dia torna as cidades mais caóticas e também na questão da saúde que sob nossa ótica está diretamente ligada e sendo causada por decorrência dos conflitos e problemáticas citadas antes.

Já a segunda tabela, trata especificamente dos conflitos ocasionados na cidade do Rio Grande e que estão diretamente relacionados com nossa pesquisa e nossas inquietações frente a explícita injustiça ambiental que diversos grupos e comunidades da cidade do Rio Grande enfrentam.

Figura 12 - Relação conflitos x publicização na cidade do Rio Grande.

Tabela 2: Conflitos Ambientais e Urbanos no município de Rio Grande anos de 2011 e 2012

Categoria	Publicização e Conflitos/ ano	2011	2012	Total
Luta dos Trabalhadores	Publicização	32	73	105
	Conflitos	10	11	21
Educação	Publicização	05	01	06
	Conflitos	01	01	02
Gestão Urbana	Publicização	01	00	01
	Conflitos	01	00	01
Habitatio /moradia popular	Publicização	06	19	25
	Conflitos	04	04	08
Mobilidade Urbana	Publicização	13	14	27
	Conflitos	04	03	07
Saúde	Publicização	06	01	07
	Conflitos	03	01	04
Pesca	Publicização	22	07	29
	Conflitos	04	02	06

Fonte: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos. EXTREMO SUL DO BRASIL: UMA GRANDE “ZONA DE SACRIFÍCIO” OU “PARAISO DE POLUIÇÃO”. In: MACHADO, Carlos RS. et al. Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.181-204

Trouxemos estes dois quadros onde temos um breve panorama dos conflitos mapeados pelo Observatório dos Conflitos Socioambientais e Urbanos do Extremo Sul do Brasil, a partir do ano de 2011, e que nos permitem evidenciar indícios de que há algo errado, seja na apropriação da riqueza e das terras, e de que os espaços de poder não têm garantido ou agido na superação da desigualdade ambiental no Extremo Sul do Brasil.

Diríamos então que, os “conflitos são a face visível (ou indicadores) da existência de desigualdade social e ambiental configurada na região”, e que no quadro abaixo, podemos expressar de forma mais explícita tal desigualdade na apropriação da renda (riqueza) produzida na cidade do Rio Grande, RS e Brasil (MACHADO, 2016)⁵³:

Figura 13 - desigualdade na apropriação da renda no Brasil e região⁵⁴

ANEXO C – Porcentagem da Renda apropriada por Faixas da População - Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande (anos 1991, 2000 e 2010)

Referência/Ano	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres			% da renda apropriada pelos 40% mais pobres			% da renda apropriada pelos 60% mais pobres			% da renda apropriada pelos 80% mais pobres			% da renda apropriada pelos 10% mais ricos			% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	1,92	1,84	2,41	6,72	6,85	8,59	15,7	15,9	19,23	32,79	32,44	36,6	51,14	51,94	48,93	67,21	67,56	63,4
Rio Grande do Sul	2,63	2,78	3,57	8,65	9,19	11,22	18,95	19,6	22,96	37,16	37,47	41,28	46,5	46,63	43,9	62,84	62,53	58,72
Rio Grande	3,35	2,98	3,75	10,66	9,79	11,56	22,3	21,03	23,83	41,63	39,7	43,32	41,83	44,11	40,66	58,37	60,3	56,68

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

Podemos perceber que, conforme (MACHADO, 2017) é notória a desigualdade, no que se refere à apropriação de renda, quando entre os 10% mais ricos com o 80% mais pobres e é correto afirmar, conforme os dados da tabela, que

⁵³ A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Reflexões desde a experiência do Observatório do Extremo sul do Brasil e este do Uruguai, Prof. Dr. Carlos RS Machado, artigo foi apresentado em Cuba (EGAL, 2015) e será publicado – revisto – no livro do Observatório de 2017.

⁵⁴ Quadro retirado da tese de Priscilla Borgonhoni Chagas, **DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)** Priscilla Borgonhoni Chagas, defendida na UFRGS (2014). A autora utilizou-se de informações e dados do Observatório dos Conflitos do extremo sul além de entrevistar diferentes atores sociais e gestores na região.

houve uma apropriação desigual mais radical nos anos 1990-2000, que no auge do neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso, no qual os mais ricos ampliaram sua participação na apropriação da renda (de 51, 14 para 51, 94%); e de que, depois de 2000, nos governos Lula, tal apropriação diminuiu.

No entanto, também podemos afirmar que tal melhoria foi insignificante, se comparar com a desigualdade absurda existente no Brasil, e isso sem alterar a estrutura socioeconômica desigual, e muito menos realizar-se qualquer questionamento mais de fundo sobre a questão ou de políticas e ações de *empoderamento* das classes e grupos populares na superação mais radical de tal condições de desigualdade e injustiça. E se considerarmos ainda, na atualidade os processos de impedimento de Dilma, e a ameaça da retirada destas pequenas melhorias através da articulação das elites no parlamento, empresariais e financeiras, com apoio de juízes, entidades diversas, setores amplos da classe média, diríamos justificar ainda mais a nossa pesquisa: de como mitos anteriores e arraigados justificadores da superioridade de uns sobre os outros, da riqueza de uns sobre e em detrimento das minorias, se articulam nesta cidade chamada Rio Grande, e parte da história de nosso país.

2.5. As pesquisas do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais como ponto de partida na busca de ir além

Nesta parte, apresentarei três pesquisas realizadas por investigadores do Observatório dos Conflitos, sendo elas duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, defendidas⁵⁵ por Cleiton Oliveira, Vinicius Puccinelli e Caio Floriano respectivamente⁵⁶. O trabalho do pesquisador Cleiton Oliveira apresenta o descaso em que órgãos públicos como DNIT⁵⁷ e o Governo Estadual do Rio Grande do Sul,

⁵⁵ Os três pesquisadores defenderam suas pesquisas, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, no mês de março de 2016. Sendo os três trabalhos aprovados e elogiados pelas bancas avaliadoras por se tratarem de trabalhos de suma importância e pelos protagonismo com relação aos conflitos ali apresentados, estando as mesmas nos ajustes finais para serem disponibilizadas para consultas e leituras da população brasileira, que é quem financiou e possibilitou tais trabalhos.

⁵⁶ Já tivemos outros pesquisadores que fazem parte do Observatório dos Conflitos Socioambientais e Urbanos do Extremo Sul do Brasil e que já defenderam e publicizaram suas pesquisas, porém com temas outros, que não conflitos ligados à cidade do Rio Grande.

⁵⁷ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

pensando maciçamente nos interesses do capital, destruíram uma escola do meio rural para a duplicação da BR392⁵⁸:

Nesta dissertação objetivamos pesquisar os processos de injustiça ambiental e educacional decorrentes da duplicação da BR-392 a qual liga a metade sul do estado ao Porto de Rio Grande que ocasionou a demolição de parte do prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, situada no distrito do Povo Novo, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, entre os anos 2007-2015. (OLIVEIRA, 2016, s/n)

Em sua dissertação “*No meio do caminho tinha uma Escola: Educação Ambiental a partir dos Injustiçados Ambiental e Educacionalmente na duplicação da BR-392 no Extremo Sul do Brasil*”, o pesquisador Cleiton Oliveira nos mostra que embora se tenha feito intervenções por parte de governo e das empresas envolvidas a cerca de uma educação ambiental, o que se percebeu foi uma tentativa leviana de conscientizar aquela população que tal duplicação, e por consequência a demolição da escola, de alguma forma seria benéfica para toda a comunidade.

A duplicação da BR-392 se deu em um andamento acelerado. Para a qual, conforme já afirmamos, havia recursos disponíveis, sendo prioridade do Governo Federal. A mesma imediatividade não ocorreu com o caso da escola, como é percebido pela falta do prédio prometido. (OLIVEIRA, 2016, p.108)

Porém, como se pode observar, da pesquisa e dados coletados pelo pesquisador, é que a realidade foi e ainda está sendo bem diferente aos impactados negativamente pelo BR daquele dos discursos institucionais, sejam do governo, do DNIT ou da empresa responsável pela obra. Isto porque, a escola e a comunidade sofrem diariamente com os efeitos nocivos da duplicação que em praticamente nada lhes trouxe qualidade de vida, seja no âmbito familiar, escolar e profissional.

O Lugar em que se realiza a nossa pesquisa, a cidade de Rio Grande, sul do estado do Rio Grande do Sul está inserida em planejamentos de grandes projetos pensados por aqueles “a quem compete”, sob o ponto de vista hegemônico, incidir e decidir sobre os caminhos do desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2016, p.60)

Portanto, o pesquisador nos dá indícios de que os projetos desenvolvimentistas brasileiros acabam por servir a uma pequena parcela da

⁵⁸Esta pesquisa e seus desdobramentos em muito me causam angústias e revolta, se tratando de uma escola na qual lecionei durante o ano de 2013, como aluno bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência).

população e por consequência colocando sob-riscos e desigualdades socioambientais aqueles grupos que notoriamente estão em vulnerabilidades eminentes, e conclui:

Como resultados, a pesquisa revelou o descontentamento da Comunidade Escolar com os efeitos do projeto no local, bem como, explicitou que as ações de Educação Ambiental promovidas pela empresa se limitaram a algumas práticas voltadas para a fauna e flora, desconsiderando as necessidades concretas da população.” (OLIVEIRA, 2016, s/n)

A segunda pesquisa, que trazemos para elucidar a constante desigualdade socioambiental que assola a cidade do Rio Grande, foi realizada pelo pesquisador Vinicius Puccinelli. PUCCINELLI afirma que

As políticas de preservação materializadas através da criação e estabelecimento de unidades de conservação alastram uma arena de conflitos e tensões no território brasileiro. **Deste modo, construímos a hipótese de que o ICMBIO juntamente com o terceiro setor, desconsiderando o cenário de desigualdade e injustiça ambiental da região e destinando projetos socioambientais e de Educação Ambiental pautados em “mudanças de valores culturais” aos atingidos pelas políticas de preservação, produzem um processo de ecologização nos moradores do TAIM.** Ao longo do trabalho explicitamos como estão estabelecidas as distintas formas sociais de apropriação do território e como são afetadas, assimetricamente, pela ESEC e seus “projetos socioambientais”. A partir das falas e da *observação participante* no cotidiano dos moradores da Capilha, arguiremos que tais projetos “participativistas” (incluindo os de Educação Ambiental) apesar de diferentes na forma autoritária outrora assumida em abordagens dos órgãos gestores, pouco diferem em seu conteúdo. Por fim, constatamos que a maioria dos participantes da pesquisa não se manifestam contrários à ESEC, mas reconhecem o tratamento desigual que eles recebem em comparação ao tratamento dado aos empresários. (PUCCINELLI, 2016. s/n) grifo nosso

Em seu trabalho, Vinicius Puccinelli vai questionar as áreas de conservação e proteção integral, a área do TAIM⁵⁹, e como nestas áreas têm surgidos conflitos e problemas ambientais, nem sempre publicizados, que prejudicam principalmente aqueles com menor poder aquisitivo e que são os que mais sofrem as injustiças ambientais.

No Taim existem outros grupos que ampliariam o entendimento das questões de dominação no território. A Serraria e agrovilas são outros agrupamentos que, diferentemente da Capilha, estão

⁵⁹ Estação Ecológica do TAIM.

fortemente condicionados à exploração do trabalho assalariado pelas reflorestadoras e pelo agronegócio. Mais do que isso, muitas dessas pessoas estão condicionadas também às questões de moradia, pois suas casas são de propriedade dos empresários. (PUCCINELLI, 2016, p.102)

O pesquisador traz a baila um fator também levantado por Cleiton Oliveira (2016) em sua dissertação, que é a questão de como o agronegócio, o empresariado e aqueles que possuem mais recursos, financeiros ou políticos, se sobrepõem aos interesses de comunidades inteiras, como as comunidades pesqueiras, de agricultura familiar, pescadores artesanais, entre outros.

Vinicius Puccinelli corrobora com nossas evidências até o momento pesquisadas de que a história desta região é imersa em desigualdade e injustiça:

É em meio a estas disputas que será fundada a cidade do Rio Grande, uma das mais antigas do estado do Rio Grande do Sul, em 1737, e que depois, em 1763 será ocupada pelos espanhóis durante 13 anos. A história tradicional, em sua maioria escrita por militares e descendentes de portugueses, busca mostrar a unidade dos brasileiros contra os “criminosos” e contra as ilegítimas pretensões dos espanhóis (versão também apresentada de modo inverso pelos espanhóis na construção de sua unidade histórica tradicional interna); o que fica evidente é que ambos negligenciam outros grupos sociais os quais (espanhóis e portugueses) exploravam e escravizavam como negros e índios, ou ainda, os grupos pobres que eram trazidos como colonos para povoarem a região em litígio, e assim legitimar sua ocupação do território. (PUCCINELLI, 2016, p.61).

As disputas por terras ou territórios, seja no século XVIII pelas potências europeias, Portugal e Espanha, ou em pleno ano de 2016, movidas pelos interesses do capital e da esfera financeira global, continuam a beneficiar os ricos e poderosos. Novamente o interesse daqueles que se beneficiam e exploram é sobreposto ao restante da população e, em alguns momentos, sob a falsa capa da proteção ambiental, como é o caso da reserva ecológica do TAIM, ou sobre o discurso de desenvolvimento e progresso caso da duplicação da BR392 e a demolição da escola Alfredo Ferreira Rodrigues.

Por fim, a terceira pesquisa foi realizada pelo pesquisador Caio Floriano dos Santos numa tese de doutorado: *“O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a educação ambiental na gestão “empresarial dos riscos sociais”*

e "*social do território*". Nesta pesquisa o autor mostrará como o Porto do Rio Grande é desde sua formação um grande fomentador de conflitos e desigualdades:

O município de Rio Grande/RS, localizado no extremo sul do Brasil, constituiu-se primeiramente como um porto em virtude de sua posição estratégica para a Coroa Portuguesa. Durante sua expansão migrantes instalaram-se em seu entorno constituindo os Bairros Getúlio Vargas, Santa Tereza, Vila Mangueira, Barra Velha e mais recentemente a Barra Nova. Essa história é constituída de conflitos e desigualdades ambientais que vem sendo imputadas a essas comunidades. Essa realidade é sempre atualizada a cada nova fase de expansão do Porto do Rio Grande, o momento atual é marcado pela modernização portuária e implementação da indústria naval impulsionadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesse contexto, **o objetivo geral de pesquisa** foi "identificar e analisar a Educação Ambiental desenvolvida pela Superintendência do Porto do Rio Grande através do Programa de Educação Ambiental no contexto e em relação aos projetos de expansão portuária e industrial e das ações desenvolvidas junto às comunidades em áreas/territórios do seu entorno na cidade de Rio Grande/RS/Brasil (entre 2005-2014)". **Nossa hipótese inicial** realizava a resolução negociada dos conflitos ambientais através da "gestão empresarial dos riscos sociais" e da "gestão social do território". O ProEA/PRG é uma condicionante da Licença de Operação do Porto do Rio Grande e tem como autoridade portuária a Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG. **Observa-se a ocupação de espaços e funções deixadas de lado pelo Estado, ampliando o seu "estoque de capital reputacional" e obtendo sua "licença social para operar.** (SANTOS, 2016, p.03) grifo nosso

Tal pesquisa foi de grande contribuição para nossos levantamentos e para tentar dar conta de nossa problemática de pesquisa, que caminha em direção, em diversos momentos, ao que o pesquisador traz em sua tese de doutorado:

Ao longo da história de Rio Grande como cidade portuária podemos afirmar que ela foi se constituindo a partir de diferentes ações e políticas municipais, estaduais e federais, que propiciaram condições favoráveis para a implementação de diversas atividades (industriais, agrícolas e outras). Essas ações acabaram por transformar Rio Grande em uma zona de sacrifício, nesse sentido é importante que possamos explicitar os incentivos financeiros e fiscais dados ao longo da história que ajudaram a atrair essas indústrias. (SANTOS, 2016, p.99)

Pois, também entendemos que é desde o processo de fundação da cidade do Rio Grande, ainda em 1737, que as desigualdades e os conflitos estão sendo produzidos, mesmo que em escala e proporção diferentes, já que os debates que procuram dar conta sobre conflitos, desigualdade ambiental, (in) justiça ambiental e

educação ambiental são assuntos e preocupações mais recentes. Mas, a atualidade nos ajudaram a evidenciar que,

Ao longo da sua história, e mesmo nos dias atuais, fica claro que o Porto do Rio Grande tem uma vida própria e uma dinâmica própria, mesmo que em algum momento possam ser convergentes. Assim, o planejamento sobre obras de infraestrutura e a alocação de novos empreendimentos é na maioria das vezes pensada de cima para baixo, como fica claro na instalação do Porto Novo, Super porto, Distrito Industrial e Polo Naval. Esse modelo de planejamento e alocação de empreendimentos não leva em consideração que "Em todas as áreas passíveis de expansão, atividades ligadas ao porto e/ou a pesca conformam meio de sobrevivência de muitos moradores (ALMEIDA; TEIXEIRA; SILVA, 2012 *apud* SANTOS, 2016, p.101-102)

Mas, tais pesquisas corroboram e esperamos dar sustentação a existência no hoje na cidade e na região de injustiças e desigualdades ambientais seja na apropriação e uso da terra e territórios, bem como da riqueza e dos impactos daí advindo distribuídos de forma desigual entre os grupos e classes sociais no presente.

Disso, no entanto, ainda nos falta mostrar ou apresentar dados e informações, estudos e pesquisas sobre o passado, ou seja, será que nos primórdios da história do Rio Grande era também assim, ou seja, com injustiças e desigualdades? Veremos isso no próximo capítulo da dissertação.

3. As raízes dos conflitos e das desigualdades no extremo sul do Brasil

Neste terceiro capítulo, pretendemos trazer para o debate o surgimento deste território que hoje compreende o extremo sul do Brasil, sob uma ótica diferente da que apresentamos na primeira parte deste trabalho. Não pretendemos aqui estabelecer novas verdades absolutas sobre o território, seus conflitos e seus atores envolvidos, mas sim, apresentar outra possibilidade de entender os processos históricos que fizeram e fazem parte da constituição do território sul-rio-grandense.

Na esteira destas outras possibilidades de se apresentar a história rio-grandense nos apoiamos Fábio KÜHN (2011) quando diz:

Repensar História do Brasil e a história do Rio Grande do Sul significa principalmente romper com certos mitos e desconstruir certas representações do passado que não têm mais muita utilidade analítica para a historiografia contemporânea. A concepção de fronteira utilizada pela historiografia tradicional é uma dessas formas de representação idealizada, que supervalorizam as rivalidades e a exclusão entre povoadores hispânicos e lusitanos. Isso sem falar na exaltação das virtudes quase heroicas de um grupo de colonizadores/conquistadores que garantiu a posse do território rio-grandense para a causa portuguesa e também para o Brasil. Um bom exemplo dessa abordagem é encontrado na obra de Moysés Vellinho, que construiu uma narrativa que tinha como ideia subjacente a noção da lusitanidade da formação do Rio Grande.” (KÜHN, 2011, p.23)

Entendemos que tais construções retroalimentam discursos excludentes e fictícios acerca da formação do território e como consequência, da participação de diferentes grupos humanos na formulação do ser sul rio-grandense. Sobre a diversidade da população formadora da região, também Tau Golin pondera que,

Em sua gênese, o Rio Grande nascia afeito à mais complexa representação do Brasil, o laboratório espacial para a mistura formativa de seu futuro povo, com mamelucos, cafuzos, índios de várias nações, mestiços de outras misturas regionais, adensados nas identidades de baianos, lagunenses, paulistas, fluminenses, negros, com alguns representantes portugueses. (GOULIN, 2015, p.31)

Tal afirmação nos remete as possíveis bases justificadoras de atitudes racistas e preconceituosas que são fortalecidas pelas constantes negações da

participação das populações negras⁶⁰, desde a chegada das tripulações luso-portuguesa em 1737 e, do extermínio do indígena no imaginário do rio-grandino, onde quase ninguém faz referência aos indígenas como grupos que aqui já estavam⁶¹. Mas, também é o caso dos castelhanos, ou seja, a invisibilidade da participação dos espanhóis ou hispano-americanos como participantes da gênese do território do extremo sul (KÜHN, 2011) e da cidade do Rio Grande⁶². O autor exemplifica esta negação dos grupos hispanos, quando nos diz que “um bom exemplo disso é a história dos Sete Povos das Missões, que não é considerada como parte da história do Rio Grande do Sul simplesmente porque os jesuítas estavam a serviço da Coroa espanhola.” (KÜHN, 2011).

Essa construção, de uma narrativa negatória acerca da contribuição mais efetiva destes grupos e populações na formação do território sul do Brasil por parte destes outros atores sociais, diríamos estar relacionada ao uso desigual e injusto das terras e seus benefícios pelos setores que se beneficiam desta história mitológica.

(...) sem desconsiderar a importância do povoamento e da ocupação luso-brasileira da região sulina do Brasil, queremos chamar a atenção para os variados influxos demográficos de um território fronteiriço. **Sugerimos um novo quadro de referência, em que o espaço fronteiriço colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento, com intensa circulação de homens e mercadorias, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política.** (KÜHN, 2011, p.24) (grifo nosso)

Assim como o autor traz acima, a região estava cercada de conflitos e incertezas do século XVIII, não era possível que os grupos tivessem de forma clara uma ideia de territorialidade que lhes permitissem assumirem discursos de nacionalidade que concretizassem suas raízes como sendo portugueses ou espanhóis. O discurso nacional, ou seja, do Brasil constituído depois de 1822, não pode ser transposto para justificar a unidade e homogeneidade das populações que

⁶⁰ Onda de racismo com a vinda de trabalhadores negros, que formavam a mão de obra do polo naval.

⁶¹ Exemplo disso é o tratamento aos indígenas que veem para a venda de seus artesanatos na Avenida Rio Grande, no balneário cassino. Geralmente tratados como algo exótico e com extrema diferença.

⁶² Um exemplo disso é a reprodução em inúmeros historiadores e reprodutores do mito rio grandino são de que os espanhóis quando invadiram Rio Grande (1763) teriam violado e profanado a igreja matriz; roubaram peças e teriam até entrado a cavalo dentro da mesma. Os espanhóis eram tão religiosos, inclusive católicos, como os portugueses.

aqui viviam sendo estas diversas e heterogenias, além de estarem em conflitos entre elas. Por exemplo, no momento em que as tropas hispano-americanas tomaram a cidade do Rio Grande do domínio português (1763), onde os moradores que ali ficaram, pois as elites portuguesas e seus asseclas fugiram para São José do Norte, e daí para Viamão, da noite ao dia, passaram de portugueses a espanhóis.

Não é nossa intenção fazer um discurso que procure extirpar a participação e a importância lusa na região, nossa perspectiva é apresentar outros participantes na formação da região e que estes fazem parte, assim como os portugueses⁶³, dos processos conflituários da cidade, ontem e hoje. Sendo assim,

(...) repensar a história do relacionamento entre hispanos e lusitanos na América meridional significa, antes de mais nada, apontar novas perspectivas na compreensão do fenômeno fronteiriço, que ultrapassem as visões tradicionais e indiquem novos caminhos de entendimento do passado, favorecendo a integração cultural dos países de origem ibérica.” (KÜHN, 2011, p.27)

Para isso, procuraremos trazer uma escrita baseando-se em diferentes autores/pesquisadores que nos possibilitam apresentar a região e sua formação como um processo histórico complexo e diverso, diferente de uma historiografia que defendem os heróis e suas façanhas. Pressupomos que,

Atualmente, os estudiosos tendem a entender a história regional inserida em um contexto mais amplo, com evidentes elementos que indicam uma forte vinculação platina. Isso não quer dizer que a formação histórica do Rio Grande do Sul não se insira fundamentalmente na história do Brasil. Dito de outra forma, apesar dos vínculos com o prata, a história sul-rio-grandense nos ajuda a entender a própria formação do Estado imperial brasileiro, tanto em seu aspecto de formação territorial quanto na própria questão da elaboração de uma *identidade nacional*, que se contrapunha às influências platinas (como o republicanismo ou o federalismo).” (KÜHN, 2011,p.73)

Procuramos assim, coadunarmos nossa pesquisa com aqueles que nos propicie uma nova possibilidade de interpretar as raízes históricas do extremo sul do Brasil, e que também nos possibilite entender o porquê da continuidade deste

⁶³ Sobre a importância deste grupo na formação do território, Fábio Kühn afirma que “O impacto demográfico dessa migração foi muito grande. Analisando o caso da vila do Rio Grande, verificamos que a importância da imigração açoriana para essa vila foi excepcional. Ela representou um acréscimo, em menos de cinco anos, de pelo menos 1.273 pessoas adultas brancas, a uma população que, incluído todos os grupos raciais, na metade da década anterior, teria 1.400 pessoas. Ou seja, a população de Rio Grande praticamente dobrou devido à chegada dos açorianos.” (KÜHN, 2011, p.54).

discurso por parte, significativa, das elites rio-grandinas, que possuem os meios de comunicação mais significativos da cidade do Rio Grande, como vimos na parte inicial deste trabalho. Apoiamo-nos numa perspectiva de “hoje, a nova historiografia brasileira tem como objetivo de estudo os multifacetados fenômenos ligados às relações econômicas, sociopolíticas e culturais” (FORTES; FRENCH, 2013, p.22-23)

3.1. Rio Grande: surgimento a partir dos conflitos

A colonização portuguesa em terras americanas, desde o século XV, foi pautada na exploração de riquezas destas terras para a manutenção de uma vida de luxo, vivenciada pela corte em Portugal. A exploração no território americano e que hoje entendemos com Brasil, foi feita de inúmeras maneiras, desde as primeiras devastações das matas brasileiras, passou pela exploração do açúcar, que era utilizado como moeda de troca no mercado europeu para uma coroa portuguesa já enfraquecida frente a outras potências europeias, também teve seu momento de exploração intensa de metais preciosos⁶⁴, onde degradou extensões de terras na procura principalmente de ouro e prata, novamente, em nome de uma coroa que embora já não obtivesse poder político para encarar as potências como a Inglaterra, inda assim procurava ostentar uma vida de luxo.

Conforme os recursos que tinham valor para a coroa portuguesa iam se escasseando nas regiões centrais do Brasil, mais o processo de interiorização ia ganhando força. Neste processo de interiorização em busca de bens e riquezas possíveis de serem exploradas pelos lusos-brasileiros, ia-se concretizando o projeto de extermínio em massa dos povos originários, projeto este que ainda não foi concluído, já que os noticiários nos mostram diariamente os assassinatos de populações indígenas em nome do progresso e do desenvolvimento.

No processo de interiorização dada por parte da coroa portuguesa, uma das últimas regiões a despertarem o interesse dos portugueses foi à região sul do Brasil,

⁶⁴ Sobre isso ver em: **A Colonização Ecológica do caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII** de Alexia Helena de Araujo Shellard. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/19334/pdf>>.

cabe salientar que no período esta região sul, ainda era uma região que não se tinha claramente qual coroa pleitearia para si, se Portugal ou Espanha. Sendo assim, a região passa a despertar interesse por parte da coroa portuguesa ao final do século XVII (MARTINS, 2001), quando o fluxo na região do Prata pelos espanhóis e castelhanos tem aumentado consideravelmente, principalmente como área de desafogo e despacho de metais preciosos para a Europa. A partir disso, Portugal passa a ver a região como uma interessante possibilidade de exploração e funda em 1680 a Colônia de Sacramento, localizada as margens do Rio Prata, com o intuito de barrar a expansão espanhola e também passar a obter lucro com o comércio da região.

Figura 14: MAPA DE LOS CONFINES DEL BRASIL - 1749⁶⁵



FONTE: GARCIA, João; ALMEIDA, André Ferrand de. **A Terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do século XVIII**. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

É neste momento que os conflitos na região ganham força entre portugueses e espanhóis, Garcia; Almeida (2000) nos dizem que:

(...) foi a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, na margem norte do Rio da Prata que viria a constituir a principal razão de conflito entre as coroas portuguesa e espanhola na América, até finais do século XVIII. A presença portuguesa no Prata era bem mais antiga . já durante o período da União Ibérica existia um importante fluxo comercial entre o Rio da Prata e os portos brasileiros.(...) Mas, o estabelecimento da Colônia, fundada por D. Manuel Lobo, por ordem expressa de D. Pedro, não visava apenas a constituição de

⁶⁵ “Mapa de los confines Del Brazil con las tierras de la corona de Esp.^a en la América Meridional. – Escala [Ca. 1:8 500 000], 1 grau de latitude = [1,3 cm] – 1749.” (FORTES; FRENCH, 2013, p.69)

um entreposto comercial. (...) A Colônia não teria nunca uma vida fácil, devido ao antagonismo espanhol, contudo, a sua fundação foi essencial para a obtenção da prata, tão necessária ao Brasil e à coroa portuguesa, sobretudo durante a década de 80 do século XVII. Por outro lado, a Colônia do Sacramento, ao deslocar o conflito luso-espanhol para a margem do Prata, acabou por favorecer o expansionismo português para sul de São Paulo, em direção aos territórios de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro.” (GARCIA, ALMEIDA, 2000, p.12-13)

A partir disso, Portugal passa de uma vez por todas a disputar o território com a coroa espanhola. Tentando assim fazer parte dos lucros que a região estava possibilitando, fosse à exploração de metais preciosos ou mesmo na exploração e comércio de couro e derivados da caça de gado vacum da região fronteiriça.

Frente as investidas portuguesas na região, os castelhanos e a coroa espanhola passam a tomar providencias que lhes permitissem continuar com o domínio comercial e territorial da região. Pensando em ofensivas que inibissem os avanços portugueses sobre a região do Prata, Kühn (2011) argumenta que:

Em 1726, diante da ameaça que a Colônia portuguesa passou a representar, os espanhóis fundaram a sua primeira cidade na Banda Oriental. Com a fundação de Montevidéu foi criada uma base para evitar a expansão lusitana por todo o território que era nominalmente castelhano. A política espanhola em relação à Colônia só se tornou mais repressiva com o passar dos anos. Entre 1735 e 1737, ocorreu em eficaz cerco espanhol à Colônia, que na época tinha cerca de 2.600 habitantes. Esse longo cerco trouxe a fome aos seus habitantes e levou muitos a abandonarem a cidadela sitiada. Alguns desses “colonistas” se tornaram os primeiros povoadores da vila de Rio Grande, fundada em 1737 pela expedição de Silva Pais, que justamente procurava criar um ponto de apoio para tentar salvar a Colônia. (KÜHN, 2011, p.31-32)

Passamos então, a ter os primeiros auspícios do surgimento do povoado que daria origem a cidade do Rio Grande como conhecemos hoje. A construção do forte Jesus Maria José e o processo de povoamento que se estabeleceu ali, era em primeira ordem estabelecer apoio militar para a povoação da Colônia de Sacramento, como vimos acima na escrita do professor Fábio Kühn, no entanto, como o próprio autor nos mostra, este não fora o projeto único da coroa Portuguesa para a região:

A fundação de Rio Grande não estava vinculada somente à necessidade de apoiar a Colônia de Sacramento, tratava-se, na verdade, de um plano já discutido e preparado há algum tempo entre autoridades coloniais e metropolitanas. A fundação de Rio Grande contou com diferentes tipos de povoadores, além dos militares que serviam no Presídio. Dentre os povoadores indígenas, destacam-se dois contingentes principais, um composto por índios aldeados enviados de São Paulo e outro, pelos tapes (guaranis) missioneiros. Nesse momento, não ocorreu uma aproximação maior com os minuanos, que permaneceram totalmente fora do controle dos portugueses. (KÜHN, 2011, p. 50-51)

Como observamos, é a partir de meados do século XVIII que a coroa portuguesa passou a ter um projeto de ocupação e assentamento de bases no território sul rio-grandense e não somente um entreposto para fazer frente a expansão comercial da Espanha na região. Começa-se aí uma série de conflitos e tratados entre Portugal e Espanha que seguiriam durante anos até as demarcações definitivas da região que resultaram no Rio Grande do Sul e no Uruguai como entendemos hoje. Queiroz (1994), acerca do processo de desenvolvimento da região, argumenta que:

O desenvolvimento do Rio Grande pode ser delineado em três períodos distintos. O primeiro tem início com a fundação do presídio, em 1737, passa pela depressão do período de dominação espanhola (1763-1776), estendendo-se até a recuperação econômica e demográfica da década de 1780, e é marcado pelos fatos políticos e militares ligados ao processo de definição de fronteiras do Brasil no contexto geopolítico platino, que entravaram o crescimento da povoação. No segundo período, de 1790 e 1819, a histórica função militar recua para segundo plano, e a Vila do Rio Grande assume a posição de principal centro de comércio legal e ilegal do Sul do País, dando início a um rápido processo de urbanização. No terceiro período, de 1820 a 1849, a atuação direta da elite comercial coloca o Rio Grande entre as mais importantes cidades da América do Sul. (QUEIROZ, 1994, p.22)

Para entendermos essa região de litígio entre Portugal e Espanha, que passa a se formar no decorrer do século XVIII, é necessário levar em consideração seus atores envolvidos. Como dissemos anteriormente, os espanhóis e os hispano-americanos juntamente com as populações indígenas já perambulavam por estas regiões, realizando a courama, ou seja, a caça do gado vacum para a retirada de seu couro para comercializar, porém, estes grupos não demarcavam territórios (QUEIROZ, 1985), não estabeleciam raízes, cabe ressaltar que não estabeleciam raízes como entendemos nos dias de hoje, mas sentiam-se

pertencentes a este local. O convívio com o espanhol, por parte dos indígenas locais, fora de melhor aceitação se comparar com o processo de extermínio português com as populações indígenas desde os anos de 1500.

Devido a frágeis números de contingente populacional desde a fundação do povoado (1737) por parte dos portugueses, é que no ano de 1746 a coroa portuguesa passa a tomar providências que lhe permitisse uma consolidação da região, com isso, passam a chegar os primeiros açorianos no extremo sul do Brasil:

O objetivo primordial da imigração açoriana ao Rio Grande do Sul foi estratégico. Visava-se ao estabelecimento de povoados que resguardassem o domínio português. O Edital de 02.11.1746 autorizava a vinda de açorianos, estabelecendo as condições de migração e as concessões do Estado: limite máximo de 40 anos para os homens e de 30 anos para as mulheres; ajuda de custo; instrumentos agrícolas; animais; farinha no primeiro Ano; isenção de serviço militar nas tropas pagas; um quarto de légua quadrada de terra." (p.53) divisão da terra para os açorianos. (KÜHN, 2011, p.53)

É neste momento, entendemos nós, que se têm os primeiros resquícios de doação de terras do extremo sul brasileiro para famílias açorianas, com o intuito de legitimar a região como sendo (OSÓRIO, 2013) a partir de então, região sob controle da coroa portuguesa e, sobretudo aumentar as possibilidades de enfrentamento com os espanhóis que avizinhavam esta região.

Contudo, frente às investidas da coroa portuguesa neste território, e temendo perder o controle da região do Prata, onde os níveis de comércio espanhol já eram significativos à época, a coroa portuguesa passa a fazer maiores investidas contra as povoações luso-brasileiras. Dentre as investidas espanholas, com o intuito de estremecer e enfraquecer o avanço português está o processo de ataque e ocupação em 1763 do povoado luso que ocupava a região de Rio Grande desde o ano de 1737.

Aproveitando-se de uma tentativa frustrada de retomar a Colônia do Sacramento, neste momento sob o domínio espanhol, com a ajuda da coroa inglesa, Portugal é surpreendido com uma resposta imediata de parte dos espanhóis, com isso,

Em janeiro de 1763, uma expedição naval luso-britânica tentou retomar a Colônia, mas foi rechaçada pelas forças de Cevallos. O

general espanhol não perdeu tempo e prosseguiu o seu plano de expulsão dos portugueses, voltando-se agora para o Rio Grande, onde conquistou inicialmente os fortes de São Miguel e Santa Teresa. (...) Apesar da posição vantajosa ocupada pelos portugueses, a guarnição acabou desertando em massa, o que facilitaria os objetivos espanhóis. Em seguida os atacantes dirigiram-se á fortaleza de São Miguel, situada sete léguas ao norte, onde também obtiveram um sucesso relativamente fácil, já que sua guarnição também se renderia. (KÜHN, 2010, p. 48)

Percebe-se que, conforme o autor nos mostra, que embora os portugueses possuíssem uma posição estratégica que lhe possibilitava vantagens sobre os espanhóis, o que de fato aconteceu foi uma debandada em massa, principalmente por parte dos militares de alta patente, que foram os primeiros a bater em retirada. Sobre isso, entendemos que tal deserção tenha ocorrido pelo fato das péssimas condições em que estava o povoamento luso neste período, e devido ao descaso de parte da coroa portuguesa com relação a aquele povoado⁶⁶ é que não se demonstrou resistência maior frente ao ataque espanhol.

Por consequência desta ocupação espanhola na região de Rio Grande, aquele povoado ficou sob o domínio castelhano por cerca de treze anos, ou seja, se levarmos em consideração o momento da época e o tempo de permanência do controle da região por parte dos espanhóis e de sua guarnição civil-militar pode-se dizer que a influência destes em conjunto com os portugueses, os negros e os indígenas fora de significativa colaboração para o povoamento da cidade e também fazem parte da constituição do rio-grandino.

Embora Rio Grande tenha ficado sob o domínio espanhol por cerca de treze anos (1763-1776), no ano de 1776 os portugueses, com o suporte de uma grande junta militar, retomam o controle da região, o que acarreta na expulsão das tropas espanholas que por consequência acabam tomando a Ilha de Santa Catarina e a Colônia de Sacramento (KÜHN, 2011).

Sobre esta nova retomada portuguesa do território sul rio-grandense, Fábio Kühn ainda nos afirma que,

Outro dado revelador da configuração da sociedade sul-rio-grandense no seu período formativo era o grande desequilíbrio existente entre os sexos, tanto entre escravos quanto entre os livres, típico de uma região de fronteira. Entre os escravos, havia uma

⁶⁶ Refrente a isto, destacamos o caso da revolta dos Dragões que trataremos mais adiante.

proporção de mais de três homens para cada mulher. (...) no que se refere à população livre, havia praticamente dois homens para cada mulher, indicando a grande quantidade de indivíduos solteiros. (KÜHN, 2011, p. 67)

Esse foi um fator a mais para o processo de vinda de famílias açorianas para esta região, pensando assim, em tornar a região numa localidade onde se tivesse um fluxo de crescimento populacional contínuo, sem serem necessários grandes levadas de deslocamentos de populações de outras regiões do Brasil ou até mesmo de Portugal e assim firmar de vez a consolidação do território como sendo legitimamente português. KÜHN (2011) também nos afirma que,

Nesse momento inicial da colonização, os maiores proprietários de escravos eram homens de pequena envergadura se comparados aos seus herdeiros do século XIX, que tinham de cinquenta até quase cem escravos nas suas estâncias e charqueadas. (KÜHN, 2011, p.68)

Tal afirmação nos permite questionar algumas afirmações feitas nos dias de hoje, na cidade do Rio Grande, que as primeiras populações açorianas vindas para o povoamento do território não se utilizaram de mão de obra escravizada, como é defendida por Torres (2004):

Em relação ao lugar social dos açorianos na Vila do Rio Grande, Queiroz observa que o insignificante número de famílias açorianas que se tornaram proprietárias de escravos até abril de 1763 (invasão espanhola) significa claramente que, nesta fase, a mão-de-obra básica das pequenas propriedades – as chácaras ou sítios –, que os casais açorianos partilharam com tios, primos, sogros, e outros casais, foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autêntica classe camponesa da sociedade rio-grandina deste período. (TORRES, 2004, p.189)

Este discurso trata-se de uma tentativa de evitar a eminente utilização dos povos escravizados por parte das pequenas famílias portuguesas da época e também, a partir disso, negar a participação negra na constituição do território desde os primeiros momentos de ocupação.

3.2. A participação da população negra na formação da cidade do Rio Grande

Como observamos, na primeira parte deste trabalho, há uma forte tendência a exaltar a formação da cidade do Rio Grande como fundamentalmente açoriana; e ao dar realce e destaque aos açorianos se nega a participação e contribuição de outras étnicas, até por que marginalizadas até hoje da riqueza, das terras e dos espaços de poder na cidade e região. Sobre a participação da população negra na região, Guilhermino Cesar afirma que:

O escravo entrou no Rio Grande do Sul com os povoadores da “frota” de João de Magalhães (1725), que saiu da Laguna e caminhou pelo litoral abaixo, até o canal da Barra, para “estabelecer uma recruta de gente de guerra” capaz de impedir que os espanhóis, Tapes e Minuanos se introduzissem na Campanha. Formavam-na trinta e uma pessoas, “sendo a maior parte deste corpo, homens pardos escravos. (...) Negros participaram também, conforme prova documental, da expedição comandada pelo Brig. Silva Pais (1737), fundador do presídio militar do Rio Grande. (CESAR, 2002, p.29)

Para abordarmos a presença e a participação das populações negras no território do sul do Brasil, trazemos uma imagem que para nós é marcante para desconstruir um discurso que persiste em marginalizar os povos afros desde os primeiros processos de povoamento do estado. Para isso, a imagem que selecionamos é a do artista Luiz de Francesco, que retrata a chegada das embarcações luso-brasileira na localidade onde hoje se situa a cidade do Rio Grande.

Figura 15: Chegada das embarcações para o povoamento do extremo sul do Brasil - 1737



FONTE: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Como podemos perceber, a ilustração apresenta as figuras dos “heróis” portugueses em destaque no centro da tela, com a figura do Brig. Silva Paes em frente dos seus comandados militares. Destacamos, na figura que retrata a imagem da chegada dos povoadores em 1737 as figuras das populações negras. E esta figura se assemelha ao monumento da Silva Paes na praça da cidade em frente a prefeitura, na qual à frente e em destaque estão os portugueses – ao centro os comandantes e em colunas ao horizonte seus soldados e bandeiras. Os negros e demais estão em atividades secundárias, como de apoio ou suporte, aos desbravadores carregando mantimentos, ferramentas⁶⁷, etc. Sabemos que o fato de chegarem às mesmas embarcações, não lhes dera direitos iguais aos colonizadores e que se tratava de populações escravizadas e que vinham para fazer o serviço braçal que os europeus não praticavam.

⁶⁷ Inclusive contraditória a representação de ferramentas, pois os soldados eram proibidos de plantar, pescar ou matar o gado para se alimentarem o que foi um dos motivos da revolta dos dragões em 1742.

Porém, vimos no primeiro capítulo desta pesquisa que a realidade encontrada na cidade do Rio Grande é bem diferente, o que se apresenta ainda nos discursos de formação do território sul rio-grandense é uma exaltação em cima de uma descendência europeia, branca e açoriana, em detrimento dos outros grupos. Sobre isso, Santos (1991) preconiza que,

No caso do Rio Grande do Sul, o papel da historiografia tradicional é crucial no escamoteamento da identidade e consciência do negro, visto que postulam pelos valores da elite opressora branca, contribuindo decisivamente e inculcando a visão que exclui a participação do negro do processo histórico real. Percebe-se, assim, que esta historiografia apresenta-se enquanto mecanismo intelectual eficiente na barragem étnica, estabelecida historicamente, procurando legitimar a violência da sociedade. (SANTOS, 1991, p. 141)

Portanto, foi neste momento, em meados da metade do século XVIII, que passam a surgir neste território social pela exploração de alguns, principalmente portugueses, sobre outros como negros e indígenas e também uma desigualdade socioambiental onde um pequeno grupo passa a controlar e explorar a maior parte da terra e do território.

Edward Said (2011) vai mostrar que a produção literária na Europa aponta sempre no sentido colonizador com a afirmação de que o *outro* é o exótico, inculto, bárbaro e selvagem, justificando a exploração e a exclamação de superioridade do branco e das elites daquele continente sobre os povos escravizados da América e da África, utilizados para povoação e trabalho forçado para riqueza dos europeus. Esta perspectiva é ainda hoje reproduzida nos espaços educativos, na mídia e na imprensa servindo como apoio na produção das relações de poder contra aqueles grupos sociais considerados “de baixo”. Lander vai apontar que,

“La conquista ibérica del continente americano es el momento fundante de los dos procesos que articuladamente conforman la historia posterior: la *modernidad* y la *organización colonial del mundo*. Con el inicio del colonialismo en América comienza no sólo la organización colonial del mundo sino –simultáneamente la constitución colonial de los saberes, de los lenguajes, de la memoria y Del imaginario. Se da inicio al largo proceso que culminará en los siglos XVIII y XIX en el cual, por primera vez, se organiza la totalidad del espacio y del tiempo -todas las culturas, pueblos y territorios del planeta, presentes y pasados- en una gran narrativa universal. En esta narrativa, Europa es -o ha sido siempre- simultáneamente el centro geográfico y la culminación del movimiento temporal. (...)Con los cronistas españoles se da inicio a la “masiva formación discursiva” de construcción de Europa/Occidente y lo otro, del

européu y el indio, desde la posición privilegiada del *lugar de enunciación* asociado al poder imperial". (LANDER, 2005. p.16)

Os pesquisadores, que retratam o povoamento do sul do Brasil, principalmente os pesquisadores na cidade do Rio Grande, ainda possuem os laços e as ideias coloniais em suas escritas e na forma de retratarem a formação do território⁶⁸. Portanto, o que procuramos aqui é apresentar, com a ajuda de outros pesquisadores, uma outra forma de pensar a historicidade da região sul, onde a população negra seja apresentada como participante e constituidora dos processos históricos do povo rio-grandino.

Noutro sentido, as pesquisas de Helen Osório em sua tese de doutorado, e que posteriormente virou livro intitulado *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*, traz esboços e materiais que questionam esta negação da não participação do negro no povoamento e por consequência, de sua não participação na constituição do Rio Grande do Sul⁶⁹.

Sobre o tema da participação negra na cidade, trazemos dois quadros, de diferentes momentos, que mostram explicitamente a população negra como atores pertencentes da sociedade formadora do extremo sul do Brasil.

No primeiro quadro, elaborado por Mario Maestri Filho (1979), traz as populações das freguesias do Rio Grande do Sul no período de 1780, ou seja, logo após a retomada do território por parte da coroa portuguesa em relação aos espanhóis. Nós destacamos, com um círculo vermelho, principalmente a população negra de homens e mulheres que residiam na freguesia de São Pedro do Rio Grande, atual cidade do Rio Grande.

⁶⁸ Dentre estas produções que corroboram com a ideia de uma pensamento colonial na cidade do Rio Grande poderíamos citar: *a colonização açoriana no rio grande do sul (1752 – 1763; Alfândega do Rio Grande: fundamentos históricos e edificações; O perfil do comércio de exportação e importação na cidade do Rio Grande em 1911; Os muros da cidade antiga: as trincheiras; de Luiz Henrique Torres, O acesso portuário rio-grandino no "tétrico" ano de 1881 a partir da perspectiva da imprensa cidadina; Alfredo Ferreira Rodrigues e uma notícia histórica e descritiva do Rio Grande do Sul; de Francisco das Neves Alves.*

⁶⁹ Helen Osório mostra em seu livro uma série de gráficos e quadros que mostram o quão forte foi a participação negra no extremo sul do Brasil nos séculos XVIII e XIX, momento em que se consolidada a fundação da cidade do Rio Grande e o Rio Grande do Sul.

Figura 16 - Mapa de Freguesias no Rio Grande do Sul em 1780.

FREGUESIAS															
	N.S. Madre de Deus de Porto Alegre	Sm. Pedro do Rio Gde.	N.S. da Conceição do Estreito	S. Luiz de Mostardas	N.S. da Conceição de Viamão	Sto. Antônio da Gda. Velha	N.S. da Conceição do Arroio	N.S. dos Anjos da Alda.	N.S. de Oliveira da Vacaria	O. Snr. Bom Jesus do Triunfo	Sm. José Tabiquari	Santo Amaro	N.S. do Rosário de Rio Pardo	Sm. Nicolau da Cachoeira	Soma Total
Homens casados	134	298	121	104	196	146	43	496	47	142	88	90	395	65	2.365
Homens velhos	25	50	9	7	—	13	3	—	—	—	—	—	—	9	116
Homens solteiros	150	353	33	83	228	128	26	216	71	153	45	46	211	88	1.831
Meninos de confissão	210	276	393	36	149	180	58	269	85	52	110	123	348	129	2.418
Mulheres casadas	180	289	121	104	201	145	43	496	44	142	38	90	318	65	2.326
Mulheres velhas	28	60	16	3	—	8	6	—	—	—	—	—	—	9	130
Mulheres solteiras	80	239	84	34	200	194	16	342	11	71	49	47	160	9	1.536
Meninas de confissão	160	260	200	29	168	105	64	281	65	77	200	116	323	51	2.099
Escravos	315	380	200	156	439	180	103	157	153	407	67	129	381	152	3.219
Escravas	230	216	77	35	310	90	55	98	95	233	42	79	238	85	1.883
Soma	1.512	2.421	1.254	591	1.891	1.189	417	2.335	571	1.277	689	720	2.374	662	17.923
Destes capazes de armas														2.000

FONTE: MAESTRI FILHO, Mário J. **O escravo africano no rio grande do Sul**. In: DACANAL, José Hidelbrando & GONZAGA, Sergius. RS: economia e política. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1979. (grifo nosso)

O segundo quadro elaborado pela professora da UFRGS, Helen Osório (2007), traz o período de tempo de 1792 e 1822, mostrando como a importação de escravos no estado do Rio Grande do Sul vinha aumentando consideravelmente principalmente pós- virada do século XVIII para o século XIX, desconstruindo a insignificância da população negra neste momento em que se formavam as bases territoriais do Rio Grande do Sul. Osório (2013) corrobora dizendo:

Avançando quatro décadas e chegando ao princípio do século XIX, momento de grande expansão econômica, produção de charque e exportações “também de trigo e couros”, a análise do censo de 1802 indica percentual de população escrava de 35%. (...) Estas proporções são muito semelhantes à de outras regiões da América portuguesa, tipicamente escravistas, e aproximam o Rio Grande delas, e, conseqüentemente, torna o extremo sul menos “peculiar” do que se supunha. (OSÓRIO, 2013, p.190)

Figura 17 - População negra escravizada trazida para o Rio Grande do Sul (1792-1822) .

Anos	Total de escravos importados pelo Rio Grande do Sul	Escravos importados do Rio de Janeiro	Escravos importados da Bahia	% importações do Rio de Janeiro sobre o total
1792	-	316	-	-
1800	400	-	-	-
1802	519	452	66	87,1
1803	752	618	88	82,2
1805	559	515	28	92,1
1808	1.072	598	363	55,8
1809	768	585	139	76,2
1810	731	552	131	75,5
1811	1.527	1.174	320	76,9
1812	1.330	1.168	110	87,8
1813	2.073	1.791	173	86,4
1814	3.256	2.560	297	78,6
1815	1.297	1.185	41	91,4
1819	1.601	1.537	23	96,0
1820	1.443	1.232	194	85,4
1822	-	1.799	-	-

FONTE: OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

Os quadros acima vão de encontro com os inúmeros discursos de que o negro pouco participou do processo de ocupação do território⁷⁰. Sabe-se também que neste período o português usava da mão de obra escrava em sua grande maioria, realizando assim o mínimo necessário de serviços braçais. Entendemos, a partir disso, que é quase irrisória a tentativa de negar a participação negra em inúmeras tarefas de ocupação e de construção da Vila do Rio Grande que depois viria a tornar-se cidade do Rio Grande.

Continuando sobre a questão da população negra nesta região, em sua maioria escravizada, temos a narrativa de autores, como Maestri Filho, que reafirma como o contingente negro fora significativo, pois,

A presença de escravos nas nossas primeiras povoações, nas primeiras estâncias, é um fato pouco estudado. Os primeiros mapas estatísticos da Capitania sugerem, no entanto, **o papel importante** que devem ter desempenhado. Introduzidos com as primeiras expedições, ocupando lentamente os mais diversos trabalhos e ofícios urbanos, a presença do escravo será remarcável, porém,

⁷⁰ Discursos estes que trouxemos na primeira parte deste trabalho e também em artigos acadêmicos que referenciamos anteriormente.

irregularmente distribuída. (...) Segundo Guilhermino César, “negros participaram, também, conforme prova documental, da expedição comandada pelo Brig. Silva Paes (1737), o fundador do presídio militar do Rio Grande”. (MAESTRI FILHO, 1979, p.37)

Tais colaborações, como a de Mário Filho, não nos permitem corroborar com uma história unicamente portuguesa no extremo sul do Brasil, mas nos fazem repensar e questionar algumas produções, acadêmicas ou não, que há muito estão colocadas na história do município de Rio Grande como verdade absoluta, sem ressaltar a importância que diversos grupos étnico-raciais tiveram e ainda tem para que possamos compreender nossas raízes e nossa cultura rio-grandina.

3.3. A participação indígena na formação da cidade do Rio Grande

Sobre as populações indígenas, e sua ausência nos discursos que tratam a historicidade da região sul do Brasil, trataremos nesta parte. Indo de encontro aos discursos de negação das populações indígenas, Ribeiro (1994) pondera que:

Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, bem como de toda a América, foram aqueles que convencionalmente chamamos de indígenas. Uma preocupação que desde os primeiros contatos emergiu nos europeus foi a da origem dessas criaturas. O caminho que seguiram, até o povoamento do nosso continente, foi longo. (...) Os primeiros habitantes americanos vieram da Ásia, através do estreito de Behring. Isso ocorreu em torno de 20000 anos antes do presente, quando esse estreito encontrava-se seco. (RIBEIRO, 1994, p.07)

É sabido que nossas primeiras populações foram, sem dúvida, as populações indígenas que habitavam todo o continente europeu, muito antes da invasão europeia, a partir do século XV. Contudo nossa perspectiva nesta pesquisa não é debater os movimentos de invasão, exploração e extermínio dos povos originários da América, mas sim, mostrar que no momento de ocupação do território sul do Brasil, no século XVIII, os indígenas estavam por essas bandas e também tiveram papel importante na consolidação da formação da cidade do Rio Grande.

Na chegada das embarcações portuguesas na região do Rio Grande do Sul, o espaço geográfico já “era ocupado há mais de oito mil anos. Existiam, na época,

três grupos indígenas principais na região, sendo os guaranis (também chamados de tapes, arachanes e carijós) os mais numerosos.” (KÜHN, 2011, pp.9-10) Sendo assim, é nessa região conflituosa, onde já circulavam índios, contrabandistas de gado vacum, mercadores hispano-americanos, que em 1737 é fundado o Presídio Jesus Maria José que deu origem a primeira cidade do Rio Grande do Sul e que hoje é conhecida como cidade do Rio Grande.

Novamente, procurando fazer um contraponto a uma exclusiva descendência europeia e portuguesa da História do Rio Grande, procuraremos dar nos trechos a seguir visibilidade a cultura indígena, ou as diferentes culturas indígenas que contribuíram para o processo de construção, povoamento e constituição da cidade do Rio Grande.

Segundo KÜHN (2011) os indígenas que viviam na região foram de grande ajuda para engrossarem o número da população na região de fronteira com a coroa espanhola, também foram utilizados como “reservatório” de trabalho para as diferentes atividades laborais da época, lembrando que no primeiro momento da ocupação portuguesa na região sul, ninguém tinha melhor conhecimento do ambiente local que estes indígenas que por aqui viviam.

Para relatar a importância da participação indígena no processo de povoamento do extremo sul do Brasil, trazemos a escrita de Maria Luiza Queiroz, que escreveu a obra *A Vila do rio Grande de São Pedro*, onde dentre outros aspectos ela aborda a participação dos povos indígenas na construção deste território:

Também por volta de setembro de 1737 o presídio passou a incorporar elementos índios que eram apresados na campanha, durante as diversas incursões que se fazia. Encontram-se nos livros de Batismos da freguesia vários assentamentos de índio ou índia “apanhado na campanha”; são tapes (guaranis) procedentes “do sertão de Buenos Aires”, sendo em grande número mães apresadas com seus filhos. (...) A grande maioria desse contingente, entretanto, **contribuiu decisivamente para a implantação da nova colônia**, sobretudo pelo engajamento na atividade pecuária, nas estâncias reais e de particulares. (QUEIRÓZ, 1987, p.54-55) grifo nosso.

Sobre o tratamento aplicado aos grupos indígenas da região, por parte das coroas portuguesa e espanhola, o professor historiador Fábio Kühn apresenta as seguintes ponderações:

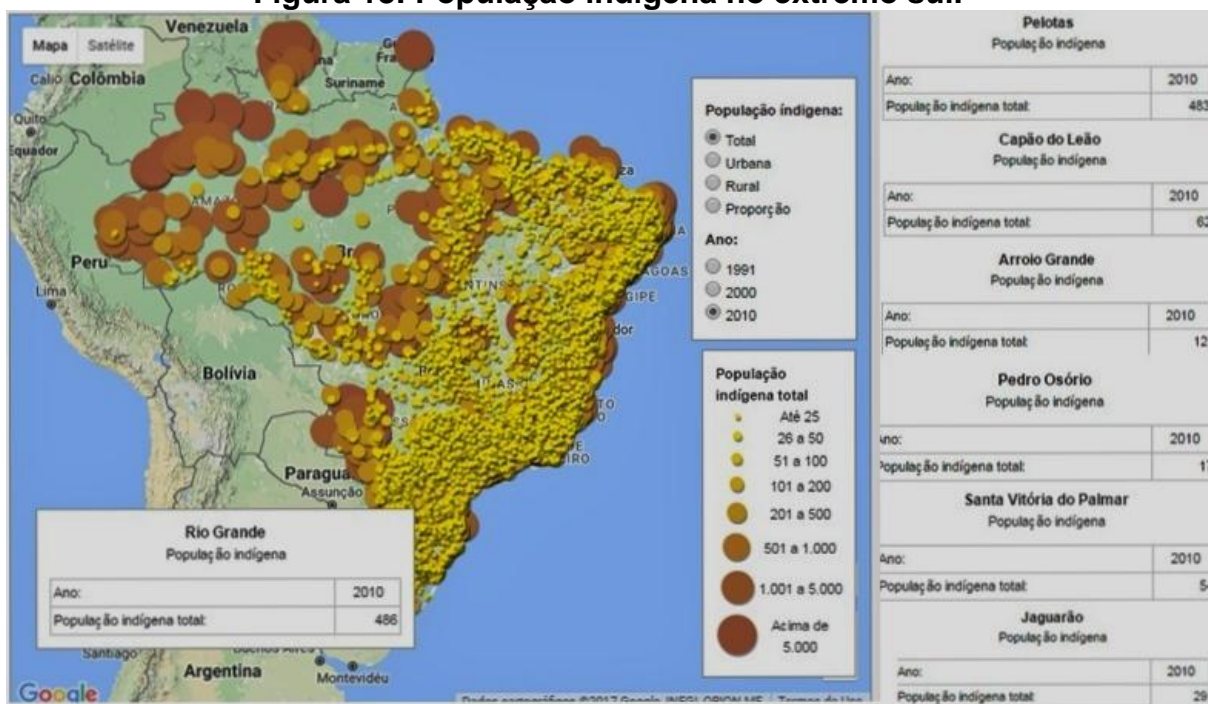
No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, os portugueses e espanhóis ocuparam definitivamente o território, empurrando a população indígena cada vez para mais longe dos centros litorâneos. **Nesse período a vida indígena se desorganizou: os recursos se tornaram cada vez mais escassos e os toldos já não ofereciam nenhuma segurança. Os cavalos estavam cada vez mais estropiados e os caciques e muitos de seus homens haviam morrido em combate, sendo suas mulheres e filhos distribuídos entre os povoadores de Montevideu e Buenos Aires.** A esses problemas se somaram as epidemias de varíola que se abateram sobre os índios e que tiveram grande incidência sobre as crianças. **Desse modo a população se viu drasticamente reduzida em consequência das guerras de fronteira, das enfermidades e da fome.** Os indígenas foram finalmente exterminados pelo exército uruguaio na década de 1830, quando foram atacados traiçoeiramente, para não sacrificar muitos soldados brancos, e em duas batalhas foram aniquilados. (KÜHN, 2011, p.22)

Partimos que é nesse momento histórico e começaram a se desenhar os discursos da não participação indígena na formação da cidade do Rio Grande. Poderíamos dizer, que se portugueses e espanhóis praticamente dizimaram os povos originários da região no decorrer dos séculos XVIII e XIX, ao negarem a história deste povo podem estar procurando dar fim, de uma vez por todas na história do RGS destas populações, inclusive no imaginário através das histórias que contam. A ação destes que negam a história dos povos indígenas no extremo sul, legitima o esquecimento da cultura destes povos, seja nas escolas, nos jornais ou mesmo nos documentos dos órgãos públicos. Portanto,

[...] apesar dos avanços verificados em outras áreas do continente, o “índio colonial” no Rio da Prata ainda é o grande ausente na historiografia regional, posto que o estudo das sociedades indígenas não despertou o devido interesse dos historiadores *de nuestro pago*. Tal situação somente começa a mudar, no Brasil, no final do século XX; na Argentina, segundo Mandrini, a temática indígena ainda segue como pouco atraente aos historiadores. Por sua vez, o diminuto interesse demonstrado pelo historiadores no estudo das populações indígenas da América portuguesa, contudo, não corresponde a sua importância e participação no processo de formação da sociedade colonial.” (NEUMAN, 2009, p.22)

Para tentar entender o massacre que foi feito com as populações indígenas por parte dos colonizadores do sul do Brasil, trazemos aqui as informações levantadas pelo IBGE no ano de 2010, acerca dos indígenas que habitam a cidade do Rio Grande e as cidades vizinhas que formam o cinturão do extremo sul.

Figura 18: População indígena no extremo sul.



FONTE: Imagem reproduzida pelo autor, utilizando dados do IBGE.

O quadro evidenciado acima é extremamente arrasador, pois, os percentuais de população indígena se comparados com o número de habitantes de cada cidade é quase irrisório. Se lembrarmos de que em menos de três séculos estes grupos eram quase 100% da população local e que no ano de 2010, na cidade do Rio Grande eles representam 0,25% da população total, em São José do Norte são apenas 0,04%, em Pelotas 0,15% do contingente populacional, 0,26 em Capão do Leão, Arroio Grande 0,06% da população é de grupos indígenas, Pedro Osório apenas 0,22%, Santa Vitória do Palmar 0,17% e a cidade de Jaguarão inacreditáveis 0,1% de população do que já foi à totalidade nesta região.

Pode se dizer que esta realidade atual – da cidade e da região do extremo sul do Brasil – é fruto de um projeto colonizador que ceifou o indígena de tal forma que quase o levou ao extermínio completo. Também podemos afirmar que se a continuidade dos discursos que transformam a história indígena local como não pertencente a cultura do extremo sul, estes números que são assustadores e impactantes se tornarão ainda mais negativos e críticos para esta população. Entendemos, que os pesquisadores, professores, jornalistas e gestores públicos ao

negarem o passado indígena da região estão, por consequência, também impossibilitando o presente e o futuro destes povos.

Por fim, pode-se notar que embora ainda que predomine um discurso elitista e de mito açoriano, que está intrínseco nas argumentações dos livros didáticos e de artigos acadêmicos que circulam na cidade do Rio Grande, também há historiadores com perspectivas e relatos que contrapõem tais discursos, como é o caso de Fábio Kuhn, Helen Osório, Maestri Filho, Maria Queiroz, dentre outros que procuram resgatar nestes espaços a participação, contribuição e lugar destas populações. Em nosso caso, apoiando-nos neles podemos justificar e fundamentar este capítulo da dissertação de seu objetivo.

3.4. O emergir dos conflitos na região: o conflito dos Dragões

Desde a chegada dos primeiros portugueses na região do extremo sul do Brasil no ano de 1737, foi forte a participação dos contingentes militares na localidade de Rio Grande. Essas tropas serviam para a proteção dos comandantes que estavam a serviço da coroa portuguesa, salvaguardarem o forte Jesus Maria José, forte criado como a base da ocupação portuguesa na região. Também serviu como demonstrativo de força bélica da coroa portuguesa com relação aos espanhóis que dominavam a região do Prata e também tiveram papel muito importante como contingente populacional para a expansão dos territórios portugueses no sul (QUEIROZ, 1985).

Diferentemente do que se procura apresentar, por parte de alguns historiadores mais conservadores⁷¹, de que a fundação da cidade do Rio Grande se fez de forma coesa e unida pelos luso-brasileiros do século XVIII, é sabido que já no período de ocupação/formação da cidade apresentavam-se inúmeros conflitos. Sendo que estes conflitos não se tratavam somente entre portugueses e espanhóis, ou portugueses e indígenas ou até mesmo portugueses e a população escravizada

⁷¹como o professor Luis Henrique Torres, que ministra a disciplina de História do Município na Universidade Federal do Rio Grande e também é colunista do Jornal Agora, escrevendo sobre os temas históricos da cidade.

negra. Houve conflitos entre os próprios grupos que foram destinados para controlarem a região a mando da coroa portuguesa, sendo que o mais significativo da época e também o que uma maior construção documental produziu acerca do conflito, este fato ficou referenciado, pela historiografia local, como a Revolta dos Dragões.

Tal revolta foi resultado de um levante do Regimento de Dragões, nomeado a para uma elite militar que tinha o propósito de defender as causas portuguesas na região sul. NEVES (2010) define este regimento da seguinte maneira:

Os dragões consistiam tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria e foram originalmente enviados para servir na Colônia do Sacramento, situação impraticável naquele momento, sendo então deslocados para o Rio Grande. (...) Nessa linha, os dragões consistiam inicialmente um corpo de cavalarianos que, na intenção de seus organizadores, deveria possuir mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo ser capaz até de lutar como corpo de infante. (ALVES, 2010, p.35)

Conforme o autor ressalta acima, tal regimento tinha o status de “tropas especiais” no período inicial de ocupação do território sul, na primeira metade do século XVIII. Embora este regimento fosse considerado de suma importância para a legitimação do enfrentamento português em relação aos avanços espanhóis, o que se apresentou foi um forte enfrentamento deste corpo militar com os comandantes portugueses, devido a inúmeros problemas enfrentados por essa guarnição.

Com relação aos conflitos gerados pelos militares desde os primeiros momentos de povoação portuguesa no território do Rio Grande, Maria Luiza Bertulini Queiroz observa que,

Desde a implantação do presídio, em fevereiro de 1737, **os soldados vinham sendo mantidos como prisioneiros**; não podiam ter cavalos ou arreios seus e eram impedidos de se locomoverem de uma povoação para outra sem autorização dos oficiais, **sob “pena de prisão e severos castigos”**, e eram trancados às oito horas da noite, sendo submetidos a mostras, à meia noite, ao meio dia e às dezoito horas que, **não raro, culminavam com “prisões e pancadas com insígnias”**. (QUEIROZ, 1985, p.101) (grifo nosso)

Podemos observar, que conforme afirma a historiadora acima, já nos primórdios da ocupação portuguesa gerava conflitos de ordem estrutural no corpo militar que protegia o Forte Jesus Maria José. Essas observações feitas pela autora nos possibilitam por em dúvida os diversos discursos que aparecem, com frequência, nos meios de comunicação e informação da cidade, onde afirmam que a fundação do município se dera de forma coesa e unida pelos portugueses e os outros atores sociais que contribuíram para a formação do sul brasileiro. Também nos chama atenção o fato de como era tratado o corpo militar, principalmente os soldados que aqui estavam no período, o tratamento dado a estes militares mais se assemelhavam a tratamento aplicado a inimigos de guerra. Francisco das Neves Alves que,

Os constantes castigos constituíam mais um dos pontos de queixas dos militares, os quais destacavam que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passavam a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o hospital, e depois os mantinham em rigorosas prisões e galé. Ficavam eles escandalizados também de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados, chegando alguns a ficar aleijados de mãos e pés, bem como serem afrontados, como no caso do soldado que, chamado á casa de um capitão, na qual portas fechadas, foi tão maltratado por dois mascarados, com sacos e calabrotes, que teve de ser levado para o Hospital. Denunciavam que tais tratamentos teriam sido praticados apenas por razões particulares. (ALVES, 2010, p.39)

Pressupomos que se tal tratamento aplicado aos soldados portugueses, algo parecido com presidiários da atualidade, com direito a mostras três vezes ao dia e sob a vigilância constante por parte de seus superiores, seriam indícios de que o tal entendimento de uma nacionalidade ou de uma identidade portuguesa não estaria tão assentada nos sentimentos dos subalternos que ocupavam a região. Dos relatos constatamos que a situação local seria tão precária que se tais procedimentos de vigília e punições não fossem constantes naquele momento, aqueles militares poderiam bater em retirada e tornar os planos portugueses, de transformar a região um território português, num grande vexame.

As condições na qual estavam submetidos esses soldados luso-brasileiros eram extremamente precárias, viviam sob condições mínimas para a sobrevivência da tropa. Faltava-lhes a farinha e a carne necessária para a alimentação da tropa, a ração que recebiam para findar o ano de 1741 era constituída de uma misera espiga

de milho por dia e uma abobora para durar quinze dias (QUEIROZ, 1985), não o bastante ainda tinham ordens claras de proibição de exercerem a caça ou qualquer outro tipo de procedimento que lhes permitissem prover outras formas de alimentação.

Tais condições de extrema precariedade e de descaso por parte dos superiores portugueses levaram os soldados a se amotinarem no ano de 1742, dando início a uma revolta que não ficou somente reservada ao corpo militar, ou seja, obteve o apoio civil, com a população amotinando-se em conjunto com os soldados de baixa patente. Segundo Queiroz (1985) a Revolta dos Dragões configurou nitidamente uma revolta de cunho social, onde a população civil da época não apenas apoiou como também teve participação ativa no levante.

Sobre as precárias condições apresentada no período inicial da ocupação portuguesa no território sul, Queiroz (1985) apresenta o relato do diário dos náufragos John Buckley e John Cummins⁷², que relataram:

[...] 2 de fevereiro de 1742 (...) o povo tem estado, há vários dias, sem farinha, que é do que fazem o seu pão (...) o Guarda do presidio mostrou-me todo o stock que havia, o qual, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas por ele era, de fato, muito escasso, e não duraria mais de seis semanas, na base da ração distribuída presentemente (...) 21 de fevereiro de 1742 – quanto ao pão, não havia mais. (QUEIROZ, 1985, p. 103. Apud BUCKLEY; CUMMINS, 1936, p.151)

O relato dos náufragos da embarcação “Wagner” (QUEIROZ, 1985) relatava a miséria que o forte apresentava aos seus povoadores. Ressalta-se que no relato acima é constatada não somente a precariedade enfrentada pelos militares, mas sim, pelo povo que dependia diretamente dos suprimentos que até então eram fornecidos e controlados pelos representantes da coroa portuguesa. Quando Queiroz (1985) afirma que a revolta obteve um cunho social, o faz em razão de que todos que ali residiam dependiam da gestão dos responsáveis pelo forte e com isso, quando as precárias condições de vida atingiam o corpo militar, por consequência afetava a todos de forma igual.

⁷² “Trata-se do diário dos náufragos ingleses do navio Wagner; eles se encontravam no porto do Rio Grande aguardando oportunidade de seguir para o Rio de Janeiro ou Inglaterra, e presenciariam os acontecimentos que aí se desenrolaram de janeiro a março de 1742.” (QUEIROZ, 1985, p.104)

Em outro relato retirado do diário dos naufragos do navio Wagner, constata-se a continuidade da escassez de suprimentos que era de responsabilidade dos representantes da coroa portuguesa providenciar:

[...] 6 de março de 1742 – Faz vários dias que o povo está agitado, porque o navio não chega, **apesar do vento ter estado favorável há mais de três semanas**; a escassez de mantimentos torna-o receoso do futuro (QUEIROZ, 1985, p. 103. Apud BUCKLEY; CUMMINS, 1936, p.151)

Conforme relata os autores do diário, embora o tempo estivesse favorável para uma embarcação chegar na região para o abastecimento de suprimentos, indispensáveis para a alimentação das tropas militares e a distribuição para a população civil, os responsáveis por manterem a povoação em condições mínimas de vida em nada ajudavam. É notório que o descaso com essa região e com aqueles que aqui estavam em nome de Portugal fora um dos estopins para o Regimento de Dragões e por consequência o restante da população se rebelassem contra a realidade apresentada.

Com a revolta instaurada no presídio Jesus Maria José, o domínio português sobre o local ficara em perigo, com isso, fora enviado para o forte a figura do comandante Silva Paes, que por se tratar do responsável pela criação do povoado português no local teria o respeito necessário para acalmar a revolta dos soldados. Porém nem mesmo o comandante Silva Paes obteve êxito na tentativa de dissipar o conflito, pois, ao chegar no dia primeiro de fevereiro de 1742 ao presídio, sem os soldos para saldar o atraso dos soldados e também sem os suprimentos necessários, causou ainda maior amotinação entre os soldados (QUEIROZ, 1985).

Ao tentar partir do povoado na manhã seguinte, Silva Paes encontrou enorme dificuldade, pois, os grupos que estavam revoltosos com a situação,

não permitiram que o Brigadeiro voltasse, como era sua intenção fazer esta manhã, enquanto não promettesse remeter o dinheiro, roupa e providenciar para que todas as suas queixas fossem atendidas. Só assim consentiram na sua partida. Esta tarde {2 de fevereiro} partiu de volta a Santa Catarina (QUEIROZ, 1985, p.106. apud BUCKLEY; CUMMINS, 1936, p.150)

Porém, o Brigadeiro Silva Paes não rumou para Santa Catarina como havia afirmado aos soldados que negociaram sua partida. Silva Paes alojou-se na Estância Real de Bojuru, que ficara na outra margem do presídio Jesus Maria José,

estância esta que era administrada pela coroa portuguesa e que alimentos, munições, roupas não faltavam. O comandante permaneceu na Estância Real até o dia 29 de março, quando a embarcação vinda do Rio de Janeiro e trazendo o que os revoltosos pleiteavam chegou à região, neste momento Silva Paes “retornou ao presídio quando enfrentou ainda a revolta da tropa, diante do pagamento de apenas a terça parte dos atrasados” (QUEIROZ, 1985).

Diante desta realidade enfrentada pelos moradores da povoação e por parte dos militares de baixa patente, a fidelidade destes com a coroa portuguesa esteve fortemente ameaçada, “alguns eram de opinião a passar ao lado do rei da Espanha e insuflavam os demais” (QUEIROZ, 1985, p.106).

Portanto, como se apura nestas páginas, o conflito na região da cidade do Rio Grande é uma realidade desde o início do povoamento e a exploração da população em nome da manutenção e poder também assim o faz desde sua fundação. Salientamos aqui, que embora os militares luso-brasileiros tenham apoiado a legitimação da coroa portuguesa no território sul brasileiro, o retorno dado a eles, em determinados momentos, não foi o mesmo e que nos momentos de extrema dificuldade e de miséria foi a população civil que estes recorreram como forma de endossar o coro frente as péssimas condições que viviam. A Revolta dos Dragões nos explicita que manter um discurso de que a cidade do Rio Grande foi fundada sob uma grande e fraterna família portuguesa é sem dúvida uma incoerência que a historiografia não pode mais multiplicar através de seus representantes.

Neste contexto, negar a legitimação dos conflitos de hoje na cidade do Rio Grande em nome de uma harmonia histórica é se não outra coisa que manter obscuro as lutas por melhores condições de vida para aqueles que assim como os habitantes pobres da cidade do Rio Grande do século XVIII sofrem com as agruras da exploração das elites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos que a história desse período, portanto, nos é contada quase que de forma única. Contada por militares portugueses ou seus aliados, funcionários portugueses ou brasileiros brancos, muitos de origem portuguesa, e assim ressaltando o papel destes na história da cidade do Rio Grande e região. Nesta, os negros, os indígenas e os espanhóis são vistos somente como escravos, serviçais, inimigos e/ou selvagens. É enaltecido o trabalho desses “desbravadores” portugueses, que contribuíram em muito para transformar uma terra até então “selvagem” num lugar apropriado para se viver e explorar suas riquezas naturais.

Assim, como hoje, a história não é feita ou resultado apenas pelas ações dos brancos ou das classes dominantes, acreditamos que este território que atualmente é compreendido como o estado do Rio Grande do Sul e mais especificamente a localidade onde se encontra a cidade do Rio grande, fora construído e constituído por diferentes grupos étnico-raciais e por inúmeros conflitos socioambientais que pouco aparecem nos documentos oficiais, nos periódicos acadêmicos da Universidade do Rio Grande, nos jornais locais e também nos livros didáticos que são utilizados para o ensino fundamental do município.

Acreditamos que isso ocorra devido a uma ideia de pensamento colonial que continua arraigado nos discursos de gestores municipais, de pesquisadores, de parte dos professores e dos jornalistas rio-grandinos. Tal realidade tem corroborado por mais de dois séculos, com uma desigualdade socioambiental, que tem sido marca histórica da região desde sua povoação organizada e arquitetada pelos colonizadores portugueses.

A partir destas percepções como discurso único, com negação de diferentes povos e grupos nos livros didáticos que retratam a história da cidade para as crianças, com um discurso conservador por parte de alguns professores e pesquisadores, pela mídia que fala em nome do capital e da exploração, é que passamos a entender o porquê de estarmos, tão fortemente, inseridos num cenário desolador de exploração e degradação e injustiça ambiental na cidade do Rio Grande.

Percebemos que estas ações que negam o outro têm servido para a manutenção de uma realidade exploratória onde um pequeno grupo que mantém

raízes históricas de exploração e manutenção de poder continua sobrepondo-se a outros grupos diversos e que não se entendem representados nestas escritas.

Entendemos que as inúmeras relações de conflitos presentes na cidade do Rio Grande, têm suas raízes numa formação do território desigual, fictícia e conflituosa. As evidências, trazidas neste trabalho, de uma população rio-grandina que vive em permanente vulnerabilidade socioambiental nos fazem acreditar que está diretamente ligada a construção de um discurso hegemônico que nega os pobres, os negros, os indígenas e com isso mantém processo de exploração e de deslegitimar as lutas destes grupos.

Como resultado disso, percebemos o crescer dos preconceitos ao que não é posto como sendo parte das origens do povo rio-grandino. Trazemos como exemplo disso, o racismo enfrentado pelas populações de outros estados que migraram para cá com o crescimento do polo naval, onde populações pobres e negras, em sua maioria, foram tratadas com desprezo e desrespeito. Também podemos elucidar preconceito com os povos indígenas que veem vender seus artesanatos na temporada de veraneio no balneário Cassino e aqui ou são tratados como exóticos ou mesmo como mendigos pedintes, lhes negando um passado e um espaço na cidade que lhes são de direito, como pertencentes históricos do extremo sul do Brasil. Por fim é a xenofobia preconceituosa que perpetua-se e aflora ultimamente sobre as populações negras de imigrantes de países africanos e do caribe, que passaram a morar no município nos últimos anos.

Apontamos, que a forte injustiça ambiental que é presente no município está arraigada na cidade do Rio Grande desde os tempos de sua fundação no século XVIII. A partir disto, levantamos que tal realidade é fruto de uma utilização desigual de seus bens, e que “este acesso desigual se manifesta tanto na esfera da produção, no que diz respeito aos recursos do território, como na esfera do consumo, com os recursos naturais já transformados em bens manufaturados”. (ACSELRAD; et al, 2009, p.74)

Conforme os autores acima evidenciados, é notório que a realidade encontrada na cidade do Rio Grande é fruto de disputas sociais e políticas, onde constantemente os grupos que oprimem e forçam a desigualdade social, ambiental, étnica, de gênero, estão há muito nos contando a história, sob seus prismas, e fomentando a exploração e a injustiça ambiental. Com isso é necessário compreender essas questões históricas, na qual estamos inseridos, para que a partir

desta realidade possamos trabalhar com mais qualidade e conhecimento de causa às questões acerca da Educação Ambiental nas escolas, nos bairros e nas comunidades mais atingidas pela forte injustiça ambiental da qual estamos inseridos enquanto sociedade.

Esperamos que nossa pesquisa e seus resultados possibilitem uma maior compreensão dos fatos históricos desta região, para assim haver um avanço nos processos de não alienação da população rio-grandina e que assim, permita cada vez mais, haver contra discursos frente ao que está posto atualmente. Com isso, poderíamos avançar em inúmeras questões de ordem pública para um melhoramento mínimo de diversas comunidades que hoje sofrem com os abusos do Estado e de grupos empresariais que visam não mais que o lucro incessante, nem que para isto continuem explorando e degradando o que for.

Nossas expectativas com a finalização desta pesquisa, não é transformá-la numa verdade contrária a que está imposta nos discursos atuais, mas sim, criar mecanismo de interpretar de outra forma os processos de formação do território e que através disso, possibilitem alguns grupos que até então, continuam marginalizados, um reconhecimento necessário para os enfrentamentos em suas lutas constantes contra as injustiças, desigualdades e explorações impostas por uma sociedade consumista que degrada em nome do lucro.

Finalizando esta pesquisa, acreditamos que os fatos do passado acerca do processo de formação do território rio-grandino, travestidos de uma verdade única onde nega as diferentes populações que formaram a cidade do Rio Grande, nega a região como sendo um local de diferentes conflitos desde seu início, corrobora para as manifestações de ódio, racismo, xenofobia e com isso, torna uma região injusta, exploratória e com uma constante desigualdade ambiental e a desigualdade ambiental que afirmamos existir é aquela que o professor/pesquisador Philip Layrargues define como:

a exposição diferenciada de grupos sociais a amenidades (ar puro, áreas verdes e água limpa) e situações de risco ambiental. Minorias étnicas e grupos de baixa renda estão mais expostos a riscos ambientais como enchentes (inundações), deslizamentos (desmoronamentos), poluição, contaminação etc., ou seja, existe uma relação entre baixa condição socioeconômica e alta exposição ao risco ambiental, corroborando a desigual distribuição das amenidades e dos riscos ambientais entre os grupos sociais, causando injustiça ambiental para uns e conforto ou segurança ambiental para outros. (LAYRARGUES, 2009, p.18-19)

Por fim, entendemos que a apropriação da terra, das riquezas produzidas, bem como a ocupação dos espaços de poder não decorre de atos unilaterais. Mas, sim em conflito e em contradição – entre as classes e grupos sociais - numa realidade de relações sociais e destas com o ambiente natural em processo que devem ser incorporados em perspectivas críticas seja da história, da história ambiental, como também da educação ambiental para que possamos avançar nossas práticas em direção a uma perspectiva diferente desta que nos está imposta como sendo a única possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUIERRE, K. et al. No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas/Rio Grande, RS), pp.141-155. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano Dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Visões do Rio Grande: a vila/cidade na óptica europeia (1809-1887)**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César. **Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

ALVES, Francisco das Neves. **Os dragões no Rio Grande do Sul na visão de um historiador militar**. Rio Grande: BIBLOS, 14, pp. 39-46, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In.: LANDER, Edgardo. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

BAZAGA, Rochelle G; ROMANO, Clayton C. O Jornal como fonte da história Política: o papel da imprensa na construção das representações políticas do movimento das “diretas já”. **Anais do III Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí: História e Diversidade Cultural**. Goiânia, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf>. Acesso em Fev.2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. — Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1997, p.69-90.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental no Brasil. In: **Salto Para o Futuro**. TV Escola, 2008, Brasília. Disponível em

<[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambienta%20no%20Brasil%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambienta%20no%20Brasil%20(texto%20basico).pdf) > Acesso em Dez. 2016.

CARDOSO, Heloísa H. C. **Narradores de Javé: história, imagens e percepções.** Fênix – Revista de História e Estudos Culturais v.. 5 ano 5 n. 2 – abril/maio/junho/2008, pp.1-11. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_04_ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Heloisa_Helena_Pacheco_Cardoso.pdf>.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos.** 2ª.ed.Porto Alegre: EDURGS,1981.

CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul;** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CHARTIER, Roger. **“Escutar os mortos com os olhos”;** São Paulo, Revista Estudos Avançados, vol.24, no. 69, 2010. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510/12252>> Acesso em Fev. 2017.

CIPRIANO, Diego e MACHADO, Carlos RS. **Auguste de Saint-hillaire e a natureza: Relatos do rio Grande, 1820.** Mimeo.

CIPRIANO, Diego e MACHADO, Carlos RS. O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 1970 (Rio Grande-RS): remoção de moradias, destruição de histórias das pessoas e a produção da desigualdade ambiental. p. 25-39. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano Dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil.**Porto Alegre: Evangraf, 2015.

CIPRIANO, Diego Mendes. **Rio Grande e o meio ambiente nos séculos XIX e XX: algumas aproximações com a história ambiental em dois estudos de caso – 1820 e 1903.** Monografia(graduação) História Bacharel– ICHI. Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

Coletivo brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? In: **Centro de Estudos Sociais,** 2012, Coimbra – Portugal. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em < <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/ecadernos17.pdf> > Acesso em Mai. 2016.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?.In.: LANDER, Edgardo. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, A; LIMA, H. E; XAVIER, R. C. L;

PETERSEN, S. R. F (Orgs). **Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. In. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **13**(2): p.169-184, novembro de 2001.

GARCIA, João; ALMEIDA, André Ferrand de. **A Terra de Vera Cruz: viagens, descrições e mapas do século XVIII**. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia sul-riograndense e o positivismo comtiano**. Estudos Leopoldenses, vol.30, n.137, 1994, p.69-78.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 4ª ed, 2011.

KÜHN, Fábio. Rivalidades ibéricas no sul da América portuguesa (1762-1801). In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto. (Orgs) **O continente em armas: uma história da guerra no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In.: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de; (Orgs). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez,2009.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales:saberes coloniales y eurocêtricos. In.: LANDER, Edgardo. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LOPO, Rafael Martins. Do macro-discurso de pujança ao choque cultural: alguns dos impactos do Polo Naval na cidade de Rio Grande. p. 71-90 In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano Dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos. Extremo sul do Brasil: uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição”.In: MACHADO, Carlos RS. et al. **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.181-204

MAESTRI FILHO, Mário J. O escravo africano no rio grande do Sul. In: DACANAL, José Hidelbrando & GONZAGA, Sergius. **RS: economia e política**. Porto Alegre. Mercado Aberto,1979.

MARTINS, José de Souza. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. In. **35º Encontro anual da ANPOCS**, 2011, Caxambu. **38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 2011. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1279&Itemid=353>. Acesso em 10 Abr. 2016.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil- Urugua: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura). – Universidade Politécnic da Catalunha, Barcelona, 2001.

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In.: LANDER, Edgardo. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013 : História. Brasília, 2012**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/3773-guia-pnld-2013-%E2%80%93-ensino-fundamental>>. Acesso em 12 Nov.2016.

MIRCO, Carmen Helena Braz. **Textos para o estudo da História do Município do Rio Grande, XVI – XVIII**. – Rio Grande: FURG, 1987.

NEUMANN, Eduardo. REPENSANDO A FRONTEIRA: o lugar das populações indígenas na história rio-platense colonial. In: GUAZZELLI, C. A. B.; FLORES, M. F. C. T.; AVILA, A. L. (Orgs.) **Fronteiras americanas: teorias e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Editora Letra e Vida, 2009.

NEVES, Diego Vignoli das. **Vultos do Rio Grande: da cidade e do município**. Rio Grande: Primeiro Tomo, 1980.

OLIVEIRA, Cleiton Luiz Freitas de. 2016. 140 f. **No meio do caminho tinha uma escola: educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da br-392 no extremo sul do brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – PPGEA, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. “COM A SUA MARCA”: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres da pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, Alexandre; et al (Orgs). **Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. In. **XIV Congresso Internacional de História Agrária**, 2013, Badajoz. XIV CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA AGRARIA CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEHA, 2013.

PILETTI, Felipe. **História do Rio Grande do Sul: história regional, 4º e 5º ano: volume único**. São Paulo: Ática, 2011.

PIRAGINE, Maria. L.R. **Rio Grande portuguesa: com certeza.** Rio Grande, Taurus, 1995.

PIRAGINE, Maria. **Histórias de Vidas Luso Rio-Grandinas.** Rio Grande: Gráfica Salesiano, 1997.

PUCCINELLI, Vinícius Ramos. 2016. 130 f. **Educação Ambiental e o participativismo autoritário da preservação: o caso da estação ecológica do taim e a ecologização dos moradores da vila da capilha.** Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – PPGEA, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.** Dissertação (Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina), Santa Catarina, 1985.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.** Rio Grande: FURG, 1987.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. ESTRUTURA E COMPORTAMENTO DE UMA POPULAÇÃO GAÚCHA DOS SÉCULOS XVIII E XIX. In: ALVES, F. N; TORRES, L. H. (Orgs). **Temas de História do Rio Grande do Sul.** Rio Grande: Editora da FURG, 1994.

SANTOS, Caio Floriano dos. 2016. 235 f. **O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a educação ambiental na gestão “empresarial dos riscos ambientais e “social do território”.** Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – PPGEA, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

SANTOS, Caio Floriano dos. et al. São José do Norte (RS/Brasil): Meio Ambiente como mercadoria. Espírito Santo, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do departamento de Geografia da UFES.** Nº23, 2016. Disponível em <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/geografares/article/view/11991/10385>>. Acesso em Fev.2017.

SANTOS, Julio Ricardo Quevedo dos. Reverso na trajetória historiográfica do negro sul-rio-grandense: a face da escravidão. In: TRIUMPHO, Vera; et al, (Orgs). **Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude.** Porto Alegre, Martins Livreiro, 1991. p.131

SHERLLAD, A.H.A. **A Colonização Ecológica do caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII.** Santa Maria, Geografia, Ensino e Pesquisa. v. 19, n.especial p. 9-16, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/19334/pdf>> Acesso em Fev.2017

SOTO, William Héctor Gómez. El marxismo de Henri Lefebvre y la sociología brasileña. In: **I Congresso Latino-Americano de Teoria Social.** Buenos Aires. I Congresso Latino-Americano de Teoria Social. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/ponencias/Mesa%204/ICLTS2015_mesa4_G%C3%B3mezSoto.pdf> Acesso 20 de Mai. 2016.

SPOLLE, M. V; FABRES, A. C. P. O Polo Naval de Rio Grande e a utilização de trabalhadores especializados migrantes. In: **38º Encontro anual da ANPOCS**, 2014, Caxambu. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em:<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9043&Itemid=456> Acesso em 02 Abr. 2016.

TORRES, Luis Henrique. **A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra**. Rio Grande: Salisgraf, 2008.

TORRES, Luis Henrique. **a colonização açoriana no rio grande do sul (1752 – 1763)**. Rio Grande, Revista Biblos. 16: 177-189, 2004.

TORRES, Luis Henrique. **O poente e o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777)**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. S. TEIXEIRA. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. 1ª ed. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010, v.único, p. 439-462.